

Relatório LACEDH-UNIFEBE 2022



LACEDH
LABORATÓRIO DE CIDADANIA
E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS DA UNIFEBE



UNIFEBE



EXPEDIENTE

Rosemari Glatz

Reitora do Centro Universitário de Brusque UNIFEBE

Sergio Rubens Fantini

vice-reitor do Centro Universitário de Brusque UNIFEBE

Prof^a. Edinéia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura –
PROPPEX

Prof. Sidnei Gripa

Pró-Reitor de Graduação – PROENG

Prof. Ricardo Vianna Hoffmann

Organizador Voluntário do LACEDH-UNIFEBE

Assessoria de Comunicação Social: Arthur Timm/Aline de Souza
Assessoria de Comunicação Social/ Jornalista: Olga Luisa dos Santos
Jornalista Responsável: Vandrezza Amante Gabriel
Imagens e Tratamento de Imagens: Sérgio Deucher

Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos
LACEDH-UNIFEBE do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

Contato: lacedh@unifebe.edu.br

Todas as pessoas que integram o Relatório de Atividades 2022 do LACEDH concordam em participar de forma espontânea e com a autorização do uso de imagem para o material resultante de atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNIFEBE.

Fundação Educacional de Brusque - FEBE CNPJ: 83.128.769/0001-17
Rua Vendelino Maffezzolli, 333, Bairro Santa Terezinha -
CEP: 88350-360 - Brusque - SC Cx. Postal 1501 - Fone/fax: (47) 3211 - 7000



Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa,
Extensão e Cultura - PROPPEX





EDITORIAL

Nós, integrantes do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE), acreditamos na potência do exercício da democracia por meio do respeito a todos os seres humanos. Acolhemo-nos uns aos outros com a certeza da força da coletividade na resolução de conflitos e no desenvolvimento de projetos que contemplem as minorias-maiorias diversas, pois representam a diversidade da população brasileira em sua essência. Nós, indígenas, negros, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências, compreendemos as intersecções que perpassam nosso cotidiano. Por isso, reafirmamos aqui, o nosso compromisso com as nossas existências plurais.

Nós somos o LACEDH-UNIFEBE, professores, estudantes, funcionários, equipe de gestão, colaboradores, parceiros e comunidade em geral. No acolhimento dos seres humanos construímos a cada dia a nossa sociedade, promovendo a dignidade por meio do conhecimento. Praticamos o exercício da cidadania pela educação em direitos humanos como premissa de nossas ações, propostas e projetos. Com palavras de afeto e acolhimento edificamos nossas vivências com cuidado, amparo e solidariedade por justiça social. Acreditamos em um futuro melhor, hoje. Temos a oportunidade de transformar paradigmas e acreditamos em nossa missão: desconstruir preconceitos com o acesso à informação e educação para a cidadania.

No ano de 2022, o LACEDH-UNIFEBE ampliou os seus canais de comunicação com a comunidade, diversificou as temáticas abordadas, apresentou novos projetos e lançou a sua primeira revista científica dedicada à Cidadania e Educação em Direitos Humanos. Com o apoio da equipe de gestão da UNIFEBE reafirmou o seu caráter educativo na promoção da equidade social. Comprometeu-se perante a comunidade científica a discutir, pesquisar e

documentar os mais diferentes temas em diversas áreas do conhecimento relacionadas à cidadania e aos direitos humanos. O LACEDH tornou-se um Laboratório respeitado e reconhecido pelo Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

Agradecemos a todos que compartilharam de nossas incertezas e angústias nessa trajetória. Os conselhos e conversas na busca de soluções possíveis para as demandas apresentadas foram fundamentais para fortalecer o espírito de coletividade que nos une. E é com esta intencionalidade que apresentamos, neste relatório, um resumo das atividades realizadas no ano de 2022. Gostaríamos de agradecer mais uma vez o apoio incondicional de todos os integrantes que compuseram este boletim informativo. Registramos aqui a certeza de que temos de estar em um caminho de esperança na construção de dias melhores para a humanidade.

Nas páginas a seguir, apresentaremos eventos e encontros como as Lives de Quinta-Feira, atividades da Semana da Mulher, Projeto UNIFEBE Lugar de Acolhimento, II Semana Contra a LGBTfobia, a Temática Indígena no LACEDH-UNIFEBE, II Semana Literária da UNIFEBE, 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais, VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania, VII Semana de Direitos Humanos e Saúde, III Semana do Orgulho LGBTQIA+, Poesias e as últimas publicações do LACEDH-UNIFEBE.

Esperamos, por fim, ampliar as possibilidades de compreensão da realidade em que vivemos por meio do conhecimento, considerando as diferentes camadas sociais e grupos culturais que integram nossa sociedade na atualidade. Com o diálogo contínuo, espera-se que o trabalho em prol de nossos direitos encontre terreno fértil em corações e mentes inquietas que acreditem na perspectiva de uma boa colheita a ser compartilhada entre todos. Uma boa leitura!

POEMA

Direitos Humanos

Humanos não parecem ser
Os que a vida vivem a abater.
Humanos não parecem ser
Os que a liberdade insistem em tolher.
Humanos não parecem ser
Os que a equidade negam reconhecer.

Vida, com dignidade,
Liberdade, com respeitabilidade,
Respeito à diversidade,
Educação, com qualidade.
Quesitos de uma sociedade
Que reconhece a humanidade.

Não há que ser humano direito
Para um direito humano merecer.
Ser perfeito não é o preceito
Basta apenas o ser!

Será mera utopia
Em meio à distopia?
Direitos humanos, como há de ser
Onde há mais desumano que humano ser?

Luciana G. Rugani

Acadêmica da Academia de Letras e Artes de
Cabo Frio – ALACAF e da Academia de Letras de
São Pedro da Aldeia – ALSPA



SUMÁRIO

Conheça o LACEDH-UNIFEBE	08
---------------------------------------	-----------

Comissão de Direitos Humanos da UNIFEBE	14
---	----

Legislação em Direitos Humanos	17
--------------------------------------	----

Atividades LACEDH-UNIFEBE 2022

Lives de Quinta-Feira	22
-----------------------------	----

Dia Internacional da Mulher	37
-----------------------------------	----

UNIFEBE Lugar de Acolhimento	41
------------------------------------	----

II Semana Contra a LGBTfobia	45
------------------------------------	----

Temática Indígena no LACEDH-UNIFEBE	53
---	----

Palestra na Escola	55
--------------------------	----

II Semana Literária	61
---------------------------	----

5º Congresso Nacional de Direitos

Humanos e Garantias Fundamentais	68
---	-----------

Artigo	87
--------------	----

Entrevistas	89
-------------------	----

Relatos	96
---------------	----

Semana dos Direitos Humanos na UNIFEBE

VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania e VII Semana de Direitos Humanos e Saúde	103
---	-----

III Semana do Orgulho LGBTQIA+	105
--------------------------------------	-----

Publicações LACEDH-UNIFEBE	111
----------------------------------	-----

Conheça o LACEDH-UNIFEBE



LACEDH

**LABORATÓRIO DE CIDADANIA
E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS DA UNIFEBE**

O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos, do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE tem como base legal da sua criação o PARECER nº 44/15, de 9 de setembro de 2015, do Conselho Universitário – CONSUNI, e aprovado como Projeto Permanente de Extensão Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos – LACEDH, do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos - LACEDH, em sua atividade, está voltado aos acadêmicos, funcionários, professores da UNIFEBE e sociedade em geral, ficando vinculado ao curso de Direito e de Pedagogia. Tem a finalidade de fomentar a pesquisa, o estudo, o debate e a formação nas áreas de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos direcionadas à sociedade brasileira, com especial atuação no estado de Santa Catarina.

O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos – LACEDH/UNIFEBE busca realizar seus objetivos, inicialmente com o trabalho de professores, acadêmicos, funcionários técnico-administrativos, de forma voluntária, sem remuneração, que queiram realizar estudos, projetos de pesquisa na área de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

O LACEDH tem como objetivo geral pesquisar, estudar, publicar e oferecer formação em cidadania, direitos humanos e educação em direitos humanos.

E, como objetivos específicos:

1. Promover a atividade de pesquisa e extensão, visando à produção de conhecimento e atender às demandas colocadas pela sociedade.

2. Criar um banco de dados com informações sobre os serviços e programas realizados pelas diversas entidades e/ou organismos de Direitos Humanos em Santa Catarina.

3. Estimular as discussões temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos no contexto acadêmico das atividades curriculares dos Cursos da UNIFEBE.

4. Contribuir com atividades de consultoria e/ou assessoria nas áreas de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos em organismos e movimentos sociais.

5. Apoiar projetos de pesquisas na área das políticas de segurança pública, visando à democratização, profissionalização e capacitação das ações policiais.

6. Fomentar a articulação com vários núcleos de estudo, pesquisa e extensão existentes na UNIFEBE, bem como com outras entidades e IES locais, estaduais, nacionais e internacionais.

7. Constituir-se num espaço de estudo e pesquisa para apoiar e incentivar a realização de monografias, dissertações e teses acadêmicas.

8. Proporcionar a reflexão e o debate sobre as temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, valorizando a parceria das experiências empíricas das entidades de Direitos Humanos com o saber acadêmico.

9. Desenvolver ações e projetos pedagógicos voltados para a capacitação da população nas áreas Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

10. Proporcionar a Formação Continuada aos professores da Educação Básica com foco na Educação em Direitos Humanos.

11. Participar das discussões sobre Cida-

nia, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos realizadas por organismos e entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos e outros.

12. Elaborar um Boletim Informativo do Laboratório com edição bimestral em meio eletrônico e físico e uma web rádio.

13. Apoiar e incentivar projetos de pesquisas que envolvam cuidados com o meio ambiente e proteção aos animais.

14. Ser embrião do Núcleo de Cidadania, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos da UNIFEBE. Seu público-alvo: acadêmicos, funcionários, professores e comunidade em geral.

O Laboratório, quando criado, iniciou suas ações com os seguintes voluntários e considerados seus fundadores:

1. Adriana Bina da Silveira,
2. Alessandra Maestri Staack,
3. Ana Selma Moreira,
4. Anna Lúcia Martins Matoso Camargo,
5. Caroline Demathé Willrich,
6. Cintia Aparecida da Silva,
7. Claudemir Aparecido Lopes,
8. Claudemir Marcolla,
9. Fernando Rafael Correa,
10. Flávia de Brito Souza,
11. Gislaine Carpena,
12. Isolde Inês Lemfers,
13. José Carlos Schmitz,
14. Juliana Torquato Luiz,
15. Leandro Cisneiros,
16. Luiz Felipe Haider,
17. Luzia Meurer,
18. Moacir Gomes Ribeiro,
19. Rafael Niebuhr Maia de Oliveira,
20. Raquel Schöning,
21. Ricardo José Engel,
22. Ricardo Vianna Hoffmann,
23. Rodrigo José Leal,
24. Rogério Ristow,
25. Ronaldo Uller,
26. Samantha Stacciarini,
27. Schirleni Ristow,
28. Tamilly Roedel,
29. Thaís Vandresen,
30. William Fernandes Molina.



COMITÊ DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÊNERO



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Cronologia

2015

Criação do PARECER nº 44/15, de 9 de setembro de 2015, do Conselho Universitário – CONSUNI, e aprovado como Projeto Permanente de Extensão Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos – LACEDH, do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

Primeira Semana de Direitos Humanos e Cidadania

2016

Primeira Semana de Direitos Humanos e Saúde

2020

Primeira Semana do Orgulho LGBTQIA+

2021

Primeira Semana Literária e Primeira Semana Contra a LGBTfobia

2022

Criação da página do LACEDH no site da UNIFEBE, perfil na rede social Instagram e boletim informativo semestral

Lançamento da Revista de Direitos Humanos do LACEDH-UNIFEBE

A FEBE - Fundação Educacional de Brusque consagra em seu Estatuto o respeito aos Direitos Fundamentais e aos Direitos Humanos

Comunicação LACEDH-UNIFEBE



Home / LACEDH

Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos – LACEDH

O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos, do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE tem como base legal da sua criação o Parecer nº 44/15, de 9 de setembro de 2015, do Conselho Universitário – CONSUNI do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

O LACEDH serve como motivador para o estudo e a pesquisa sobre as violações dos Direitos Humanos e da negação da cidadania, bem como educar em Direitos Humanos, contribuindo dessa forma para a pesquisa, estudo, debate e formação humanista buscada pela UNIFEBE.

O que faz?

Qual o objetivo?

Temáticas Estudadas

Quem pode participar?

Eventos

Notícias

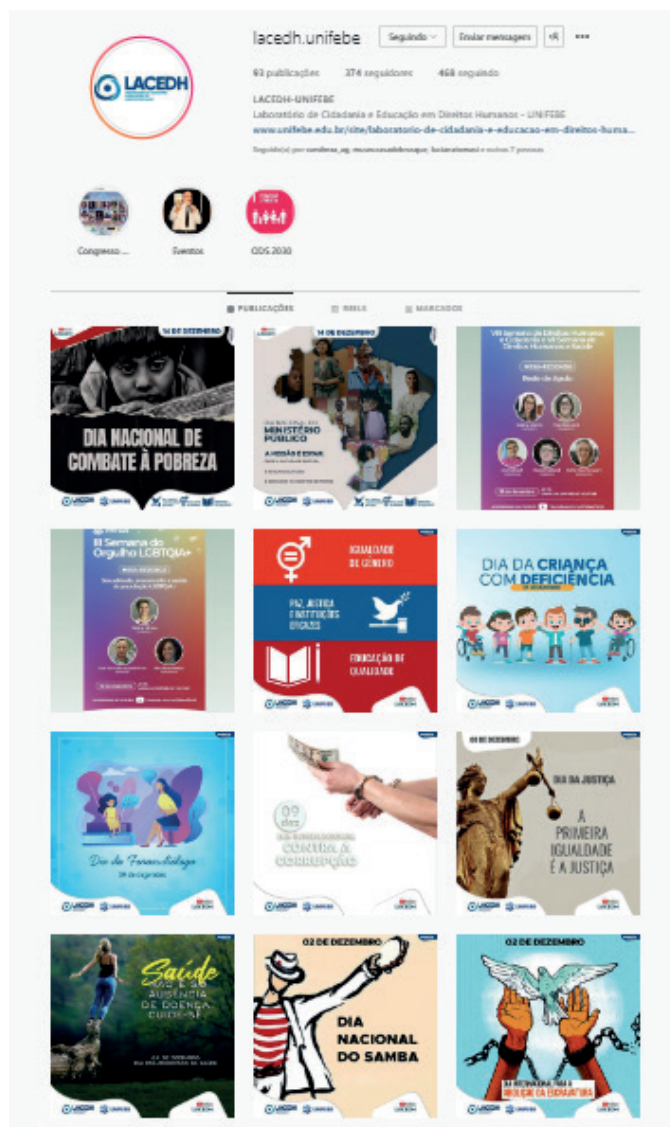
O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH-UNIFEBE ampliou o seu canal de comunicação com a comunidade acadêmica. No ano de 2022 foi criada uma página (aba) no site do Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE, um espaço para o compartilhamento de informações sobre o Laboratório, temáticas estudadas, notícias, entrevistas, boletins informativos, eventos, fotografias e ações sociais.

>> **ACESSE**

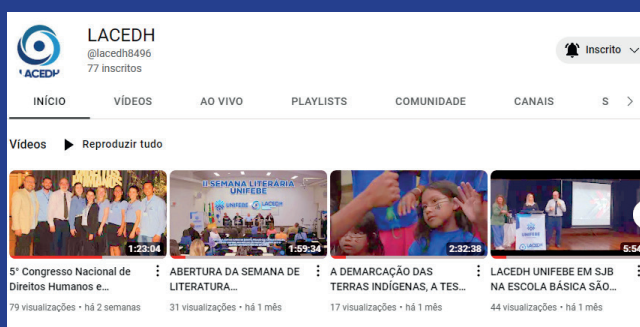


O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH-UNIFEBE possui perfil na rede social do Instagram: **@lacedh.unifebe**

>> **ACESSE**



>> **ACESSE**



O Canal do LACEDH-UNIFEBE na plataforma YouTube disponibiliza vídeos resultantes dos eventos promovidos durante o ano.



Inscreva-se no canal!
[Clique aqui!](#)

Comissão de Direitos Humanos

Comissão de Direitos Humanos da UNIFEBE 2022/2024

Ricardo Vianna Hoffmann

Representante do quadro docente
do Curso de Direito (Presidente)

Alexssandra da Silva Fidelis

Representante do quadro docente
do Curso de Arquitetura
e Urbanismo

Amilton Fernando Cardoso

Representante do quadro docente
do Curso de Administração

Ana Selma Moreira

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Anna Elisa Amaro da Silveira

Representante do quadro docente
do Curso de Medicina

Anna Lúcia Martins Mattoso

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Célio Acelino dos Santos Júnior

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Daíra Andréia de Jesus

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Gabriela Pires Ribeiro

Representante do quadro discente

Giovani Bretzke

Representante do quadro
técnico-administrativo

Comissão de Direitos Humanos da UNIFEBE

2022/2024

Giselly Cristini Mondardo
Brandalise

Representante do quadro docente
do Curso de Pedagogia

Josely Cristiane Rosa

Representante do quadro docente
do Curso de Design de Moda

Leonardo Maestri

Representante da Comunidade

Pedro Henrique de Oliveira

Representante do quadro discente

Raquel Schöning

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Ricardo Henrique Hoffmann

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Robson Zunino

Representante do quadro
técnico-administrativo

Rogério Ristow

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Samantha Stacciarini

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Schirleni Ristow

Representante do quadro docente
do Curso de Direito

Legislação em Direitos Humanos

[Declaração Universal dos Direitos Humanos](#)

[Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem](#)

[Protocolo Facultativo Referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos](#)

[Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento](#)

[Declaração e Programa de Ação de Viena](#)

[Declaração de Pequim Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz](#)

[Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos](#)

[Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#)

[Convenção sobre a Escravatura](#)

[Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio](#)

[Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes: Convenção 97](#)

[Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados](#)

[Convenção sobre Asilo Territorial](#)

[Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura](#)

[Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial](#)

[Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos](#)

Legislação em Direitos Humanos

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Convenção Americana de Direitos Humanos: Pacto de São José da Costa Rica

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Protocolo de São Salvador

Convenção sobre os Direitos da Criança

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte

Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher: Convenção de Belém do Pará

Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores 242 Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

Legislação em Direitos Humanos

[Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher](#)

[Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Criança, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil](#)

[Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados](#)

[Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes](#)

[Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção: Convenção de Mérida](#)

[Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais](#)

[Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo](#)

Normas correlatas

Lei no 12.847/2013
Lei no 9.474/1997
Lei no 9.455/1997
Lei no 9.140/1995
Lei no 7.716/1989
Lei no 7.437/1985
Lei no 2.889/1956

Decretos e regulamentos

Decreto no 7.037/2009
Decreto no 6.872/2009
Decreto no 6.044/2007
Resolução no 1/2012

>> **ACESSE**





Direitos Humanos

Viajando pelo mundo,
Quis entender o direito.
Mas, no contato de cada povo,
Senti na alma sempre o novo.

Chegando ao oriente,
Voltei aos mestres do poente.
Percebi Confúcio e Lao Tsé
Já ensinaram que tudo é.

Povo centrado em sua base,
Aprendeu a sempre respeitar.
Enchi-me de toda disciplina
Para então aproveitar.

Na Europa entendi:
Cidadania é pauta séria!
Voltei meus olhos aos detentores
Dos argumentos da Nova Era.

Já nas Américas vi diferenças
Tanto no sul, como no centro.
Não ditam normas, como no Norte
Que sempre se faz forte.

A Sede é em Nova York
Fico mais leve, busco o que é nobre.
Convido todos a conhecerem
A vida com os Direitos.

Volto então ao Brasil
Recordo o que tudo senti.
Abraço forte, com emoção,
Os amantes desse mundão.

Hairon Herbert de Freitas

Acadêmico da Academia de Letras e Artes de Cabo Frio -
ALACAF e da Academia de Letras de São Pedro da Aldeia - ALSPA

**P
O
E
M
A**

Lives de Quinta-Feira

Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

Todas as quintas-feiras o LACEDH-UNIFEBE promove uma série de debates virtuais, via o canal oficial da UNIFEBE, no YouTube, com as mais diversas temáticas ligadas aos direitos humanos, educação, saúde, cidadania, moda e meio ambiente. As lives contam com a participação de acadêmicos, professores, egressos e convidados especialistas.



LIVE DEBATE VIRTUAL
UNIFEBE

TEMA: "O REINO DE ARUC SOB DIFERENTES OLHARES"

MEDIADORAS:
Otília Lizete de O. Martins Heinig
Tânia Regina Winter Bartelt

DEBATEDORAS:
Izabel Krieger Moritz
Nathielle Boing Lyra

QUINTA-FEIRA 24/02 às 19h30
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

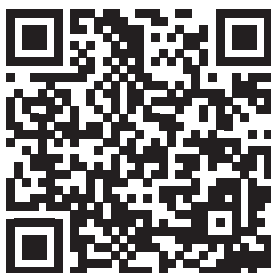
Logos: UNIFEBE, LACEDH, and others.

24/02/2022 - LiveTERATURA: "O reino de Aruc sob diferentes olhares"

Mediadoras: Otília Lizete de O. Martins Heinig e Tânia Regina Winter Bartelt

Autora/ Palestrante: Izabel Krieger Moritz.
Convidada: Nathielle Boing Lyra, psicóloga

A live apresenta a história do livro infantil ilustrado "O Reino de Aruc" que aborda a luta contra o câncer infantil onde a pequena Aneleh, em um cenário lúdico, encontra caminhos para chegar ao reino encantado da cura, repleto de amor, compaixão e gratidão. O conto foi baseado na história da vida de Helena que recebeu o diagnóstico de neuroblastoma metastático de grau quatro com apenas quatro anos de idade. O livro foi inspirado nas próprias narrativas de Helena durante o período de seu tratamento.



LIVE DEBATE VIRTUAL
UNIFEBE

"A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS PARA ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE"

MEDIADORA:
Profª Anna Elisa Amaro da Silveira

PALESTRANTE:
Danieli Schmitt Tomaz
Acadêmica de Medicina

QUINTA-FEIRA 3/03 às 18h
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

Logos: UNIFEBE, LACEDH, and others.

03/03/2022 - Debate Virtual: A importância dos direitos humanos para acadêmicos da área da saúde

Mediadora: Anna Elisa Amaro da Silveira
Palestrante: Danieli Schmitt Tomaz

A partir das discussões sobre direitos humanos e saúde para acadêmicos da UNIFEBE o debate abordou questões relacionadas a subsídios fundamentais para a vida e para a qualidade de vida. Temáticas relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) foram abordadas para explicar o contexto sistêmico das práticas de saúde e bem-estar.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

DEBATE VIRTUAL
LIVE TERATURA

TEMA:
"ILUSTRES ILUSTRADORAS"

Otília Lizete de O. Martins Heinig
MEDIADORA

Tânia Regina Winter Bartelt
MEDIADORA

Marcia Cardeal
DEBATEDORA

Sílvia Regina Mayer Teske
DEBATEDORA

QUINTA-FEIRA 24/03 às 19h30
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

UNIFEBE LACEDH

24/03/2022 - LiveTERATURA: Ilustres Ilustradoras

Mediadoras: Otília Lizete de O. Martins Heinig e
Tânia Regina Winter Bartelt.

Debatedoras: Marcia Cardeal e Sílvia Regina Mayer Teske

A Confraria do Livro foi apresentada por suas participantes em um vídeo inicial. A partir do tema "ilustração" as convidadas Marcia Cardeal e Sílvia Regina Mayer Teske, com obras reverenciadas por toda a região, falaram sobre suas experiências na Artes e Literatura, dos processos criativos e das ferramentas sensoriais que podem ser utilizadas para a comunicação e expressão.



DEBATE VIRTUAL
LIVE

"ZOOSE: PROTEÇÃO DE ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS"

Profª Anna Elisa Amaro da Silveira
MEDIADORA

Lara Schmidt Montibeller
PALESTRANTE

QUINTA-FEIRA 7/04 às 18h,
ao vivo no canal da UNIFEBE
no Youtube

UNIFEBE LACEDH

07/04/2022 - DEBATE VIRTUAL: "Zoonoses: proteção de animais humanos e não humanos"

Mediadora: Anna Elisa Amaro da Silveira

Palestrante: Lara Schmidt Montibeller, bióloga

A live foi direcionada para explicar os direitos dos humanos e dos animais e as ações necessárias para a prevenção de zoonoses, compreendendo que o bem-estar animal deve ser o foco deste debate. Os animais domésticos, considerados animais de pequeno porte, precisam ter a saúde assegurada, com a vacinação correta e o acompanhamento de veterinários especializados para que a prevenção da doença seja garantida. Por estes motivos, a temática direitos humanos e saúde está relacionada ao bem-estar de animais humanos e não humanos.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

LIVE DEBATE VIRTUAL
UNIFEBE

"MODA & ARTE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA"

Profª. Jô Rosa
MEDIADORA
Coordenadora do curso de Design de Moda

Maria Eduarda Pudell
DEBATEDORA
Acadêmica da 5ª fase de Design de Moda

Eduarda de Souza
DEBATEDORA
Acadêmica da 5ª fase de Design de Moda

Caroline Zimmermann
DEBATEDORA
Egressa de Design de Moda, Pós-graduada em Tecnologia Digital e Metodologia ativa pela Unifibe e Assistente de laboratório de Moda

QUINTA-FEIRA 14/04 às 19h
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

UNIFEBE LACEDH

14/04/2022 - Debate Virtual - Moda & Arte: A Representação da Mulher Brasileira

Mediadoras: Jô Rosa e Caroline Zimmermann

Debatedoras: Maria Eduarda Pudell e Eduarda de Souza

Acadêmicas da 5ª fase do Curso de Design de Moda - UNIFEBE

As professoras mediadoras questionaram: quem é a mulher brasileira? O objetivo era direcionar o olhar para as roupas, vestimentas e indumentárias para analisar o jeito que a mulher brasileira se veste, e que se difere da mulher europeia, e como ela interpreta a

Moda. A live é resultado do trabalho na disciplina Projeto de Moda e Produtos para Ambientes, ministrada pela professora Thaissa Schneider.



LIVE DEBATE VIRTUAL
UNIFEBE

"DIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL"

Vandreza Amante
MEDIADORA

Nandjá Schirlei da Rocha
do Povo Laklãnô/Xokleng
DEBATEDORA

Josiane de Lima Tschucambang
do Povo Laklãnô/Xokleng
DEBATEDORA

TERÇA-FEIRA 19/04 às 19h
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

UNIFEBE LACEDH

19/04/2022 – Debate Virtual: Dia dos Povos Indígenas do Brasil

Mediadora: Vandreza Amante

Debatedoras: Nandjá Schirlei da Rocha e Josiane de Lima Tschucambang

Foram convidadas duas mulheres indígenas Laklãnô/Xokleng, Povo que vem habitando o território do Vale do Itajaí há muitos séculos. Elas contaram suas percepções sobre o dia 19 de abril, conhecido como “Dia do Índio, mas que foi ressignificado como “Dia da Pessoa Indígena”, pois o termo “Índio” atualmente é considerado pejorativo, fruto de preconceitos históricos.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

DEBATE VIRTUAL
UNIFEBE

TEMA:
"OS NOVOS IMORTAIS"

Mediadora: Maria Teresinha Debatin
Debatedoras: Alcino Müller, Aldo dos Anjos e Jucilene Souza Rezini

QUINTA-FEIRA 28/04 às 19h
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

Logos: UNIFEBE, LACEDH, and other institutional logos.

28/04/2022 - LiveTERATURA: Os novos imortais

Mediadora: Maria Teresinha Debatin

Debatedoras: Alcino Müller, Aldo dos Anjos e Jucilene Souza Rezini

A Academia de Letras do Brasil - Seccional Brusque, fundada em 10 de agosto de 2013, apresentou aos amantes da leitura e da literatura três novos imortais: Alcino Müller, Aldo dos Anjos e Jucilene Souza Rezini. O objetivo do encontro foi difundir o conhecimento

sobre o mundo literário, cultural, social por meio da literatura e pela preservação da história.



LIVE SAÚDE
UNIFEBE

"FISIOTERAPIA GERIÁTRICA"

Mediadora: Ricardo Vianna Hoffmann
Debatedoras: Karla Colzani, especialista em fisioterapia geriátrica

QUINTA-FEIRA 5/05, às 19h.
Ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

Logos: UNIFEBE, LACEDH, and other institutional logos.

05/05/2022 - Live Saúde: Fisioterapia Geriátrica

Mediadora: Ricardo Vianna Hoffmann

Debatedoras: Karla Colzani, especialista em fisioterapia geriátrica

No Brasil, o envelhecimento da população brasileira cresce a cada dia. Na região do Vale do Itajaí o índice de longevidade revela a necessidade de atendimento especializado para a população idosa, com cuidados específicos para essa faixa etária. Os mais

diversos segmentos da área da saúde como fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, cuidadores de idosos, entre outros profissionais, precisam estar preparados para atender essa demanda social.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



DEBATE VIRTUAL

**MODA & ETARISMO:
MULHERES MADURAS EM AÇÃO
CONTRA A SOCIEDADE "JOVENCÊNTRICA"**

Silvia Teske
MEDIADORA
Ativista social, professora
Universitária, acadêmica e conselheira
de novas alternativas para uma
educação superior e
inovadora.

Patrícia Megale
DEBATEDORA
Atua como crítica e
temperado no desenvolvimento
artístico.

Mônica Fachini Krinke
DEBATEDORA
Formada em Serviço Social (UFSC),
especializada em Trabalho Social
(UEFS), Mestre em Administração em
LIVRE, ex-estudante universitária, atual em
montagem das aulas de Design
na Unifibe.

Vânia Teske
DEBATEDORA
Ex-professora docente de
arte, apresentadora e atriz
no área de contagem de
reservas.

**QUINTA-FEIRA 19/05, às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube**

UNIFEBE **LACEDH**

19/05/2022 - Debate Virtual - Moda & Etarismo: mulheres maduras em ação contra a sociedade "jovencêntrica"

Mediadora: Silvia Teske

Debatedora: Patrícia Megale, Mônica Fachini Krinke e Vânia Teske

Palavras como etarismo, idadeismo, idosismo e ageismo apresentam diferentes significados para explicar a relação permeada pela discussão de faixa etária ou idade. Os preconceitos enraizados na



sociedade que supervaloriza a juventude como ideal de beleza e felicidade é excludente para a maioria da população que não se encaixa nesse padrão, como as mulheres mais maduras. Considerar a longevidade e o envelhecimento como parte do processo de respeito aos valores humanos, culturais e sociais deve ser uma postura cotidiana nas relações interpessoais.



DEBATE VIRTUAL

LIVE TERATURA

**TEMA:
"A ARTE, A CIÊNCIA
E A FILOSOFIA - UMA HISTÓRIA
DE AMOR À SABEDORIA"**

Maria Teresinha Debatin
MEDIADORA

Maria Glória Dittrich
DEBATEDORA

**QUINTA-FEIRA 26/05, às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube**

UNIFEBE **LACEDH**

26/05/2022 - LiveTERATURA: A arte, a ciência e a filosofia - uma história de amor à sabedoria

Mediadora: Maria Teresinha Debatin

Debatedora: Maria Glória Dittrich

A Academia de Letras do Brasil é um espaço que reúne pensadores, literários, poetas, escritores, compositores e pessoas que gostam da troca de saberes. O objetivo da live é apresentar os imortais que falam de arte, ciência, cultura, das letras, da saúde, do ser humano, seus desafios para encontrar novos caminhos e dar sentido à sua própria existência.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



02/06/2022 - Live Saúde - Doenças respiratórias x inverno: quais cuidados precisamos ter?

Mediadora: Anna Elisa Amaro da Silveira

Debatedora: Leilane Marcos - Coordenadora do Curso de Fisioterapia



Na abertura da live, enfatizou-se que os direitos humanos pode ser entendido como o vínculo para se compreender a sociedade em que estamos inseridos. Diante dessa premissa, busca-se compreender por meio dos aprendizados sobre os cuidados e as questões legais relacionadas com a saúde as possibilidades da atenção aos direitos das pessoas. Na ocasião, discutiu-se que o acesso aos cuidados com a saúde nas mudanças bruscas de temperatura contribui para o bem-estar.



23/06/2022 - LiveTERATURA: "Conversas sobre Shakespeare"

Mediadora: Otilia Lizete de O. Martins Heinig e Tânia Regina Winter Bartelt

Debatedores: Marina Borgmann da Cunha e José Francisco Botelho



O debate do encontro se deu em torno das obras de William Shakespeare (1564-1616), poeta, dramaturgo e ator inglês. Os integrantes da live incentivaram os leitores a conhecerem as obras do artista, assistirem às peças de teatro escritas por ele e apresentadas na contemporaneidade para compreenderem a atualidade das temáticas abordadas.

Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



30/06/2022 - ECO-live "Década dos Oceanos"

Mediadora: Family Roedel

Debatedores: Thalia Santana e Drusko da Cunha

A live discutiu a importância da preservação das restingas para a proteção da orla marítima, uma responsabilidade do poder público, da comunidade e da coletividade da sociedade como um todo. Apresentou-se o projeto Fábrica de Corais, uma startup de produtos e serviços com perspectiva multidisciplinar que contribui para a reconstituição dos recifes. Essa proteção é entendida como um direito e um dever de todos.



07/07/2022 - Live Saúde: Insegurança Alimentar

Mediadora: Anna Elisa Amaro da Silveira

Convidada: Fabile Schlickmann

Todas as pessoas devem ter o direito à alimentação diária como parte da dignidade do cidadão para suprir as suas necessidades básicas. A insegurança alimentar é a ausência do exercício do direito. O conceito de segurança alimentar está associado à segurança de um país e às suas possibilidades de garantir a produção de alimentos para as demandas de sua população.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



DEBATE VIRTUAL **ECO-live**

TEMA: Energia fotovoltaica

Mediadora
Family Roedel
Professora da UNIFEBE

Debatedor
Guilherme Meurer Brandalise
"Usinas Fotovoltaicas"

Debatedora
Vivian Siffert Wildner
"Microgeradores"

Debatedor
Milton Augusto Pinotti
"Pesquisas na UNIFEBE"

Debatedor
Jarbas Lazzarin
"Acquamundi Academia"

Dia 21 de julho (quinta-feira), às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube.

Logos: UNIFEBE, COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, LACEDH, ENGENHARIA CIVIL, Alexandria, CEAR, and others.

21/07/2022 - ECO-live: Energia Fotovoltaica

Mediadora: Family Roedel

Convidados: Guilherme Meurer Brandalise, Vivian Siffert Wildner, Milton Augusto Pinotti e Jarbas Lazzarin

O foco da live foi a produção da Energia Fotovoltaica, energia elétrica captada e produzida a partir da luz do sol por meio de painéis solares, convertendo a luz dos raios solares em eletricidade. Apresentou-se os princípios de confecção dos painéis e suas estruturas de suporte, além da diversidade de matrizes energéticas desenvolvidas no país para contribuir com a demanda na atualidade, visando à sustentabilidade.



DEBATE VIRTUAL

TEMA: "Biopolítica: perspectivas e resistências"

Mediador
Ricardo Vianna Hoffmann

Debatedor
José Augusto Simões de Miranda

Dia 27 de julho (quarta-feira), às 19h.
Ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

Logos: UNIFEBE, LACEDH, and others.

27/07/2022 - Debate Virtual - Biopolítica: perspectivas e resistências

Mediadora: Ricardo Vianna Hoffmann

Convidada: José Augusto

O pesquisador convidado apresentou o conceito contemporâneo de biopolítica como forma de controle da população por meio de análises estatísticas, demografia, epidemiologia e biologia, com questões ligadas à natalidade, alimentação, higiene, sexualidade, longevidade, mortalidade para a saúde pública.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



28/07/2022 - LiveTERATURA: Leitura, Literatura e Escola

Mediadores: Otília Lizete de O. Martins Heinig e Alício Schiestel
Debatedoras: Professora Rosi e Aládia Patrícia Peixer Paz, Rosi Cléa Costa Sardo. Participação de Maria Teresinha Debatin.

A discussão do encontro enfatizou a importância do incentivo à leitura, o papel significativo dos professores na formação de novos leitores e na aproximação com a literatura na escola. Pontou-se,

que o desenvolvimento da criança pelo acesso a diferentes possibilidades de sentidos e significados, a serem atribuídos por ela mesma à sua existência por meio da leitura, podem refletir em transformações socioculturais por meio da educação.



18/08/2022 - ECO-Live: Rio Itajaí-Açu

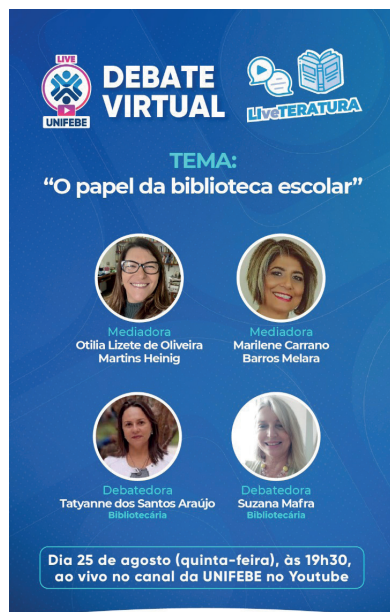
Mediadora: Tamilly Roedel
Debatedores: Mauro Michelena e Isabel Cristina Bohn Vieira

Em torno de temas sobre o Rio Itajaí-Açu, a live abordou, primeiramente, questões como o monitoramento da carga fluvial e a intrusão salina no encontro do rio com o mar. Destacou-se a ocupação e uso do solo no entorno para a qualidade da água do Rio Itajaí-Açu. Análise que considera a saúde pública aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira



25/08/2022 - LiveTERATURA: O papel da biblioteca escolar

Mediadoras: Otília Lizete de O. Martins Heinig e Marilene Carraro Barros Melara

Debatedoras: Tatyane dos Santos Araújo e Suzana Mafra

Para a valorização das bibliotecas escolares se faz necessária a organização interna, investimento em acervo, desenvolver ações para promover as práticas educacionais, além de políticas públicas voltadas à contratação de bibliotecários e que atendam às de-

mandas comunitárias, culturais e socioeconômicas. Para incentivar a leitura é necessário uma estruturação em diferentes escalas.



08/09/2022 - Debate Virtual - Chapéu: autoestima, identidade e apoio social durante o câncer de mama

Mediadoras: Arina Blum e Caroline Zimmermann

Debatedoras: Gabriela Poltronieri Lenzi, Vera Lucia Freiner Correa e Débora Cristina Marques da Silva

O encontro apresentou experiências sobre o uso de chapéus e lenços por mulheres que acessaram o serviço da Rede Feminina de Combate ao Câncer durante o tratamento da enfermidade. Por meio do simbolismo do uso das peças confeccionadas pelas próprias mulheres durante oficinas ministradas, elas mesmas pu-

deram ressignificar a relação saúde-doença trazendo, com afeto e solidariedade, um novo sentido a sua própria existência e fortalecendo os cuidados que o momento exigia.



Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

15/09/2022 - ECO-live: Educação Ambiental



Mediadora: Tamily Roedel

Debatedoras: Viviane Michele Lemes, Elaine Petermann, Natieli Fátima da Costa e Aline Coelho dos Santos

Foram apresentados durante a live projetos como “Educar para prevenir”, da Defesa Civil Brusque direcionado às escolas municipais, o Projeto de Educação Ambiental da FUNDEMA com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, o projeto “Escola

amiga das abelhas” em uma escola do campo de Brusque e o projeto BR-470 de educação ambiental e comunicação social.



22/09/2022 - LiveTERATURA: Mediação literária do literário na formação universitária



Mediadora: Maria Glória Dittrich

Debatedora: Professora Cleide Pareja

A live, em parceria com Academia de Letras do Brasil, subseção Brusque, compartilhou experiências das participantes sobre o contato com a arte da palavra literária nas mais diferentes fases da vida, na integração da pessoa com o mundo. Com a leitura do espaço social, pode-se compreender, por meio da leitura literária, a si mesmo e ao outro como partes de contextos inter-relacionados.



Atividades LACEDH-UNIFEDE

Lives de Quinta-Feira

29/09/2022 - Debate Virtual: Ética

Mediador: Teri Roberto Guerios

Debatedores: João Paulo Bilíbio e Padre Aléssio da Rosa

RESUMO: Durante a live foram debatidos assuntos relacionados à ética, à ética médica, às bioéticas e à reprodução humana. Na ocasião, destacou-se que a ética não pode ser mensurável por regras, por leis ou testes, pois a ética é um conhecimento empírico. Entre outros pontos de análise, o mediador citou, entre outros filósofos,

Tomás de Aquino, que seguia a linha Aristotélica, e estabeleceu as quatro virtudes cardinais: sabedoria, justiça, coragem e temperança como base para uma possível normalização para critérios de estudo.



DEBATE VIRTUAL

TEMA: Ética

Mediador
Teri Roberto Guerios

Debatedor
João Paulo Bilíbio

Debatedor
Pe. Aléssio da Rosa

Dia 29 de setembro (quinta-feira), às 19h30.
Ao vivo no canal da UNIFEDE no Youtube

UNIFEDE | **LACEDH**

13/10/2022 - Debate Virtual: Arranjos Estéticos e Produção de Moda nos Figurinos de Cinema

Mediadora: Roberta Dal-Vechio

Debatedoras: Arina Blum e Caroline Zimmermann

RESUMO: A discussão desta live esteve focada na pesquisa “Arranjos Estéticos e Produção de Moda nos Figurinos de Cinema como Formato de Publicidade nas Marcas de Luxo”. O trabalho com a análise de filmes revelou características peculiares enunciadas em discursos das marcas ligadas a códigos de reconhecimento articuladas aos figurinos. As marcas se posicionam de forma a atrair consumidores por meio da comunicação direcionada, revelada com o mapeamento de publicação de reportagens.



DEBATE VIRTUAL

TEMA:
“Arranjos Estéticos e Produção de Moda nos Figurinos de Cinema como Formato de Publicidade das Marcas de Luxo”

Debatedora
Prof.ª. Roberta Dal-Vechio

Mediadora
Prof.ª. Arina Blum

Mediadora
Caroline Zimmermann

Dia 13 de outubro (quinta-feira), às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEDE no Youtube

UNIFEDE | **DESIGN DE MODA** | **LACEDH**

Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

10/10/2022 - Debate Virtual - Paris: relatos e experiências do curso Design de Moda na cidade luz



DEBATE VIRTUAL

TEMA:
"Paris: relatos e experiências do curso Design de Moda na cidade luz"

Mediadora:
Caroline Zimmermann

Mediadora:
Thaissa Schneider

Debatedora:
Ana Luiza Ribeiro Pereira

Debatedora:
Tainara Manerich

Debatedora:
Maria Lucia Milani Fischer

Dia 10 de novembro (quinta-feira), às 19h, ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

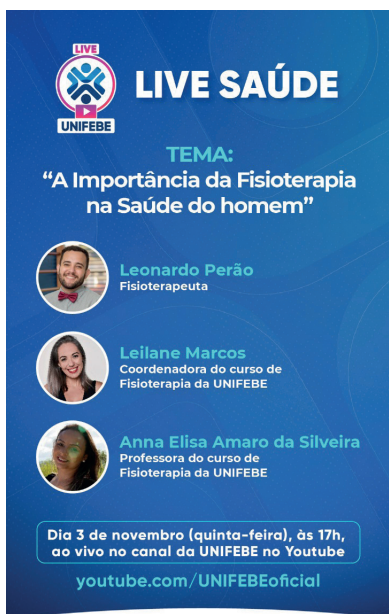
UNIFEBE | DESIGN DE MODA | LACEDH

Mediadoras: Caroline Zimmermann e Thaissa Schneider
Debatedoras: Ana Luiza Ribeiro Pereira, Maria Lúcia Milani Fischer e Tainara Manrich

RESUMO: No mundo da Moda, estilistas, designer e pesquisadores viajam o mundo em busca de tendências e novas referências para inovar nas coleções. Neste ano, estudantes e professores foram visitar Paris, na França, a capital da Moda no mundo, conhecer museus e coleções históricas. Durante a live, elas compartilharam suas experiências e impressões sobre a viagem de estudos internacional promovida pelo Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.



03/11/2022 - Live Saúde: A importância da Fisioterapia na Saúde do homem



LIVE SAÚDE

TEMA:
"A Importância da Fisioterapia na Saúde do homem"

Leonardo Perão
Fisioterapeuta

Leilane Marcos
Coordenadora do curso de Fisioterapia da UNIFEBE

Anna Elisa Amaro da Silveira
Professora do curso de Fisioterapia da UNIFEBE

Dia 3 de novembro (quinta-feira), às 17h, ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube

youtube.com/UNIFEBEoficial

UNIFEBE | LACEDH

Mediador: Anna Elisa Amaro da Silveira
Debatedores: Leilane Marcos e Leonardo Perão

RESUMO: Apresentou-se o conceito de fisioterapia pélvica para a saúde da mulher e para a saúde do homem no tratamento de patologias e disfunções do assoalho pélvico. O tratamento é direcionado para pessoas com aparelho reprodutor e geniturinário, principalmente em grupos de risco para algumas doenças. Enfatizou-se a importância do papel da fisioterapia das disfunções sexuais e urinárias, voltadas à saúde do homem.



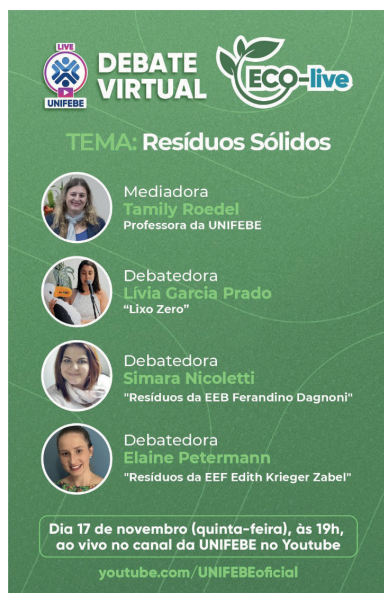
Atividades LACEDH-UNIFEBE

Lives de Quinta-Feira

17/11/2022 - ECO-live: Resíduos Sólidos

Mediadora: Tamilly Roedel

Debatedoras: Livia Garcia Prado, Simara Nicoletti e Elaine Petermann



A live apresentou o projeto sobre resíduos sólidos na escola rural EEF Edith Krieger Zabel de Brusque (SC), intitulado “Reciclando hábitos produzindo menos lixo”. A escola, signatária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, atende 59 estudantes, do berçário até o quinto ano. A organização das práticas diárias na instituição, a partir da equipe de gestão, promovem mudanças significativas voltadas à sustentabilidade.



>> Siga o LACEDH-UNIFEBE



[@lacedh.unifebe](https://www.instagram.com/lacedh.unifebe)



Inscreva-se no canal
[Clique aqui!](#)

Dia Internacional da Mulher

8 de Março Dia Internacional da Mulher

Mulheres: contra a violência, pela igualdade

Foto: Sérgio Deucher



07/03/2022 - Integraram a mesa Anna Lúcia Martins Mattoso, Alexssandra da Silva Fidelis, Fernanda Analu Marcolla, Nicole Caroline Eccel, Mariana Aparecida Vicentini, com participação *on-line* de Ricardo Bortoli.

Na abertura do encontro a Reitora da UNIFEFE, Rosemari Glatz, no primeiro evento sem o uso de máscara desde o início da pandemia de coronavírus, ressaltou a importância da participação de acadêmicos, professores, pesquisadores e colaboradores compartilharem suas experiências, e parabenizou o Professor Ricardo Vianna Hoffmann por sempre estar à frente dos trabalhos pelas mais diversas causas da humanidade.

“São questões que nós sempre precisamos discutir porque permeiam o nosso dia a dia, um pouco mais ou menos, a depender de onde se está inserido. Algumas empresas já lidam com essas temáticas com menos diferenças, mas é preciso pensar no coletivo porque dentro do mundo existem muitos mundos. Os problemas estão aqui também, e contribuir com a melhoria da qualidade de vida está ao nosso alcance”, declara Glatz.

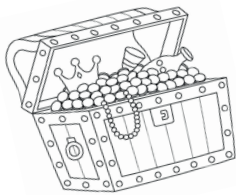
Na ocasião, foi apresentado um vídeo produzido pelo Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Brusque - UNIFEFE em comemoração aos 49 anos da instituição.

>> **ACESSE**



Semana da Mulher

Baú de Crenças



Fotos: Divulgação UNIFEBE



A atividade “baú de crenças” teve o objetivo de intensificar a conscientização da comunidade acadêmica sobre a existência de práticas e ações sociais opressoras que circundam as mulheres diariamente. A comunidade acadêmica foi convidada a escrever e depositar no baú crenças limitantes que incidem sobre a força e o posicionamento das mulheres na sociedade.

Como forma de agradecimento, os participantes receberam frases que evidenciam o papel de protagonismo e as potencialidades das mulheres. As frases foram desenvolvidas por discentes voluntárias do Curso de Pedagogia.



>> **ACCESSE**

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

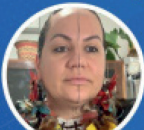
Live: Mulheres Indígenas

10/03/2022 - Debate Virtual: Mulheres Indígenas. Mediadora: Vandreza Amante Gabriel.

**SEMANA DE ATIVISMO
PELO FIM DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES E
PELA IGUALDADE DE GÊNERO**

DEBATE VIRTUAL
"MULHERES INDÍGENAS"


Vandreza Amante Gabriel
MEDIADORA


Joziléia Kaingang
DEBATEDORA


Ingrid Sateré Mawé
DEBATEDORA

Quinta-feira 10/03, às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEBE no Youtube



UNIFEBE



LACEDH
LABORATÓRIO DE CIDADANIA
E EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS

Debatedora: Joziléia Kaingang

Mulher indígena do Povo Kaingang, da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, Joziléia é cofundadora da ANMIGA e da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos. Mestre e doutoranda em Antropologia Social. É membra do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina, editora na Revista FAG TAR - A Força Delas, feita por e para mulheres indígenas. Faz parte do Conselho Editorial do Projeto Vozes Indígenas na Produção do Conhecimento, da FIOCRUZ, e Conselheira editorial no Projeto Diálogos da Diáspora.

Debatedora: Ingrid Sateré Mawé

Mulher Indígena pertencente ao Povo Sateré-Mawé, Ativista, Professora da rede estadual, Bióloga, Ecosocialista, Ecofeminista, Comunicadora Indígena, mãe de 3, nasceu na cidade de Manaus-AM, escolheu viver em Santa Catarina desde 2006, foi coordenadora do Sindicato dos trabalhadores em educação Regional São José, Primeira Mulher indígena a concorrer ao cargo de Governadora do Estado de Santa Catarina no ano de 2018, conselheira municipal dos direitos da mulher de Florianópolis, membro da Comissão de Regulação do Fórum de Combate aos impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos de Santa Catarina, Colunista Portal Desacato com a Coluna Diálogos Indígenas, Diretora de Conteúdo Indígena na Revista Inspiração *teen* e coordenadora do Movimento Social do Bem Viver.

Historicamente, as mulheres indígenas de todo o país são impactadas por um cotidiano de múltiplas violências colonialistas que marcam uma trajetória de lutas por dignidade. Integrantes de movimentos indígenas organizados essas mulheres utilizam o poder transformador da educação pelo diálogo intercultural para diminuir estereótipos e preconceitos enraizados nas relações sociais.



UNIFEBE Lugar de Acolhimento

UNIFEBE Lugar de Acolhimento

A união entre LACEDH, NPJ, FAMI e Coletivo Clã contra a homofobia e a transfobia na UNIFEBE

Foto: Divulgação FAMI



FOTO: Primeiro encontro FAMI. Nila Leoni, Sílvia Roso da Silva e Denise Bittencourt (sentadas), Daniele Lorenço, Iria Mafezolli, Daniel Mafezolli, Vilmar Mafezolli, Sofia Winter, Elenice Winter da Conceição. Jô Leoni, Juliana Marchi, Ricardo Vianna Hoffmann.

Para compreender as raízes dos preconceitos relacionados às temáticas LGBTQIA+ e promover a educação em direitos humanos, o Centro Universitário de Brusque desenvolveu o projeto UNIFEBE: Lugar de acolhimento.

O Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos do Centro Universitário de Brusque — LACEDH-UNIFEBE, pelo projeto “UNIFEBE: LUGAR DE ACOLHIMENTO”, em parceria com o Grupo FAMI — Famílias do Amor Incondicional e com o Coletivo Clã LGBTQIA+, tendo como objetivo de promover ações que venham promover a defesa dos direitos da pessoa LGBTQIA+ e implantam uma rede de apoio aos pais e mães de filhos LGBTQIA+ no município de Brusque e região.

No dia 23 de abril de 2022, os grupos se reuniram na UNIFEBE, pela primeira vez, para planejar as próximas ações. As integrantes da FAMI compartilharam suas experiências em uma roda de diálogo, apoio e constante aprendizado. “Participar da FAMI é ter força, apoio. Me sinto amparada e amparando FAMI é um abraço forte nos momentos mais difíceis”, comenta Elenice Winter da Conceição.

Entre as mães da diversidade LGBTQIA+, compartilhar as vivências cotidianas nos momentos de incerteza se torna uma ferramenta de apoio necessária para seguir em frente na busca por respeito. “A troca de experiências vivenciadas pelas Famílias do Grupo FAMI é fundamental para seguir. A acolhida é muito especial!”, afirma Evanilde Leoni.

Sílvia Roso da Silva conta que, “participar da FAMI é estar em sintonia com pessoas que vivem e entendem das mesmas preocupações, dores e alegrias que eu. É pertencimento e acolhida. É muito especial!”.

Em 2019, FAMI e Coletivo Clã nasceram da necessidade de integrar os familiares de pessoas LGBTQIA+ às vivências sociais, pois o objetivo do grupo é discutir as origens do preconceito e eliminar paradigmas por meio do compartilhamento de experiências pessoais. Promover debates e palestras para conscientizar familiares de cidadãos LGBTQIA+, bem como a comunidade acadêmica e toda a sociedade, para que tenham conhecimento sobre o cotidiano invariavelmente preconceituoso e violento que enfrentam.

“FAMI é um lugar de acolhimento, partilha e apoio motivado pela luta do direito à Diversidade. Somos mães, pais, tios, tias, avós, amigas que iniciaram a luta pela diversidade dentro de casa. Agradecemos ao Professor Ricardo, a Unifebe que é lugar de acolhimento”, declara Denise Tatiane Bittencourt.

Por ser mãe e compreender a realidade de sua família por meio da diversidade sexual Gisiane Otilia Pöpper Crispim relata, “participar da FAMI para mim, é somar, dividir, contribuir, apoiar, ser apoiada. É buscar ser uma mãe melhor”.

A imposição histórica da educação sexual cisheteronormativa enfatiza uma pauta moralista, culturalmente disseminada pelo poder patriarcal, racista, sexista e colonialista. Na sociedade brasileira, a homofobia, a transfobia, o pânico moral e o discurso de ódio contra os LGBTQIA+ dificultam ainda mais o trabalho educativo contra os estereótipos e preconceitos, deixando muitos familiares totalmente inseguros quando a orientação de filhos e filhas, até porque, eles não têm informações e grupos de apoio em que possam amparar suas aflições.

Por esses motivos, promover os direitos humanos pela educação sexual é essencial para que a sociedade tenha informações educativas sobre a realidade de diversidade vivida pela condição estabelecida no movimento da natureza humana em seus corpos. Na promoção de respeito por um lugar de acolhimento onde os tabus e os preconceitos possam dar espaço para o afeto, a empatia, o conhecimento e o diálogo.

Conheça a legislação vigente sobre o tema no país:

Direitos Humanos

· [Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2006 - Ministério da Educação](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192

Gênero

· [Decreto 8.727 de 28 de abril de 2016](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm) - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm

· [Nota Técnica 32/2015](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/nota_tenica322015_cgdh.pdf) - CGDH - Diretrizes de Gênero e Orientação Sexual.
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/nota_tenica322015_cgdh.pdf

Promoção de Direitos LGBT

· [Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

· [Portaria nº 4032 de 24 de novembro de 2005](https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91552-institui-o-grupo-de-trabalho-para-acompanhar-a-implementauo-do-uprograma-brasil-sem-homofobiau-no-ministurio-da-educauuo.html) - Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia” no Ministério da Educação. Além de outras finalidades, esse GT propõe “a formulação de ações que garantam o direito à educação da população GLTTB e que promovam o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos sistemas educacionais”.
<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91552-institui-o-grupo-de-trabalho-para-acompanhar-a-implementauo-do-uprograma-brasil-sem-homofobiau-no-ministurio-da-educauuo.html>

· [Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018 \(*\) - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp-001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192)
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp-001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192

UNIFEBE Lugar de Acolhimento

Palestra Idosos

Foto: Divulgação UNIFEBE



31/05/2022 - Palestra: “Direitos das Pessoas Idosas e Direitos das Mulheres” com a Professora Daíra Andréa de Jesus e o Professor Ricardo Vianna Hoffmann.

O Estatuto da Pessoa Idosa representa um grande avanço da legislação brasileira, iniciado com a promulgação da Constituição de 1988. Elaborado com intensa participação das entidades de defesa dos interesses das pessoas idosas, ampliou em muito a resposta do Estado e da sociedade às suas necessidades. Trata dos mais variados aspectos, abrangendo desde direitos fundamentais até o estabelecimento de penas para os crimes mais comuns cometidos contra essas pessoas.

Uma sociedade fortalecida e consciente busca o respeito mútuo na sua relação com o Estado e com o próximo, e a informação se apresenta como um importante instrumento do cidadão para defesa dos seus direitos e realização de suas aspirações e desejos.

FONTE: Estatuto da Pessoa Idosa, documento do Ministério da Saúde - Brasil. Acesse no QRCode ao lado.

>> **ACESSE**



A vertical rainbow gradient background, transitioning from red at the bottom to purple at the top.

LACEDH Contra a LGTBfobia

LACEDH promove Semana de Conscientização contra a LGBTfobia na UNIFEBE

A II Semana de Conscientização contra a LGBTfobia aconteceu na UNIFEBE entre os dias 16 e 19 de maio de 2022 com exposição de banners, mesa-redonda e live pelo canal da UNIFEBE no Youtube.

Foto: Sérgio Deucher



Debatedores/as: Andre Marques, Douglas Leoni, Daniel Mafezolli, Sílvia Roso da Silva (mediadora), Marina Roso, Daniela Lorenço e Vinícius Luciani Dittrich.

Na segunda-feira (16), às 19 horas, no auditório do bloco F (Bloco da Saúde), o Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE) organizou uma mesa-redonda com o tema LGBTfobia, mediada por Sílvia Roso da Silva, do grupo FAMI-Famílias do Amor Incondicional. Integraram a mesa Marina Roso da Silva, Daniel Mafezolli, Douglas Leoni, André Marques, Vinícius Luciani Dittrich e Daniela Lorenço.

Por todo o país, a semana foi marcada com debates, apresentação de dados por meio de diagnósticos, reportagens, lives e espaços para acolhida de depoimentos sobre a trajetória de vida das pessoas LGBTQIAP+. A sigla integra pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais ou Agêneros, Pan ou Poli, Não-Binárias entre outras identificações vividas há muitos séculos de forma fluida pela população em sua orientação sexual.

Para o Professor Ricardo Vianna Hoffmann, responsável pelo Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE), as instituições de ensino têm um papel

fundamental no processo educativo da sociedade para a construção da justiça social e de gênero. “o espaço universitário é lugar de pesquisa, de diálogo, de encontro e de acolhimento, onde os princípios democráticos imperam, lugar de debatermos todos os temas”, afirma Hoffmann.

Mesa-redonda: LGBTfobia

Segundo a mediadora Sílvia Roso da Silva, mãe e integrante da FAMI, as ações contra os preconceitos passam por entendimentos dentro e fora das famílias que integram as pessoas LGBTQIA+, e o espaço universitário pode contribuir com o caráter informativo e educativo.

“É muito importante discutir isso dentro da Universidade porque aqui a disseminação das ideias parte de dentro do ambiente universitário. É importantíssimo essa abertura da UNIFEBE e o convite direcionado para FAMI porque as famílias que têm uma pessoa LGBTQIA+, seja de qual variante for, elas têm sofrimento no seio da sua família. Então, quanto mais a gente puder discutir, quanto mais puder descobrir sobre isso, passar informações, trocar experiências, isso é

que vai melhorando essa questão do preconceito”, comenta a mãe.

Daniel Mafezoli, participante da FAMI e do Coletivo Clã LGBT de Brusque, como homem trans diz que é a segunda vez que participa de encontros como esse, mas que, por ser recente, ainda tem dificuldades para relatar o seu processo de transição de gênero e compreende a importância dos espaços de debate.

“Não faz muito tempo que eu comecei a transição e eu ainda estou adquirindo conhecimento não só de mim, mas de tudo em volta da minha comunidade. Acho que é sobre o meu aprendizado e o das pessoas, pois é um aprendizado coletivo o conhecimento da sociedade em relação a nós. Que saibam compreender essa causa para que a gente se sinta mais acolhido na sociedade e para não acontecer no local de trabalho aquelas perguntas que constroem. As pessoas com esse conhecimento já vão ter noção disso. Talvez para deixar a ignorância de lado. Por isso, essas palestras são importantes”, analisa Daniel.

O respeito é um direito

A acadêmica da sétima fase do curso de Psicologia da UNIFEBE, Marina Roso da Silva, mulher trans, acredita que as fobias em geral são construções sociais, pois, em outras culturas no passado, as pessoas LGBT eram bem aceitas. “Na Grécia antiga, os homens eram heterossexuais e homoafetivos, onde o objeto do amor eram outros homens. O sexo era utilizado para a reprodução humana e estava tudo bem em relação a isso. Se a gente for entender que a LGTBfobia é uma coisa muito recente, da idade média em diante, momento em que a igreja católica precisava dominar as pessoas, e que introduziu isso como critério para elas não irem para o inferno. Então, a gente consegue entender que se foi uma coisa criada recentemente, a gente pode desconstruir também. Só que para isso a gente precisa de informação”, comenta Silva.

Segundo Marina, os espaços de acolhimento, informação, poder e mudança como as Universidades e instituições de ensino precisam ser acessadas pelas pessoas LGBTQIAP+. “Se a gente pensar historicamente a comunidade LGBT não acessa as Universidades, não acessa a academia onde, inclusive, nós somos colocados como objetos de estudo. A gente tem que pensar que é muito necessário que a gente esteja aqui falando sobre isso e debatendo para que outras pessoas que ainda não estão acessando

isso possam ver que aqui dentro também tem espaço para elas e, a partir disso, elas possam se empoderar mais e tomar conta desse espaço, porque a academia é para todes”, enfatiza a acadêmica do curso de Psicologia.

Douglas Leoni, integrante do Clã Coletivo Livre dos Armários, criado em 2019, conta que o grupo é um lugar de diálogo, acolhimento e que está se fortalecendo. “Estamos em uma cidade ainda muito conservadora e a prática de um grupo desse é muito difícil, socialmente falando, porque até os próprios LGBTs não veem a importância do movimento. É uma questão social porque parte dessa geração é mais nova, com 18, 20, 25 anos, e já nasceu em um mundo com várias referências LGBTs na televisão e no rádio. Eu sou de uma época quando nós tínhamos pouquíssimas referências LGBTs e referências de um humor com sátiras, que era zoadado, marginalizado ou que não eram uma referência de vida até”, analisa Leoni.

O professor Douglas, contou sobre a sua vivência enquanto membro da sociedade brusquense e catarinense, sobre os preconceitos, os caminhos de diálogo por que têm passado e a importância dos processos educativos. “Eu vejo que nós temos ainda um longo caminho nessa questão contra a homofobia e a transfobia. Eu sou professor, trabalho em escolas e agora que a escola começou a compreender parte desse processo. Mas a própria Universidade não debate esse lugar. Então, se a Universidade, onde nós criamos grande parte dos nossos membros da nossa sociedade, os médicos e advogados, não debate essa pauta, nós não vamos ter funcionários, pessoas, integrantes da sociedade também debatendo. A escola não debate porque a própria sociedade não debate”, ressalta o convidado.

Para ele, a Universidade pode promover espaços de diálogos informativos e educativos que reverberam em toda a sociedade para diminuir estereótipos e preconceitos historicamente enraizados. “Nós não temos professores capacitados hoje para acolher uma pessoa trans. Eu não culpo esse professor porque a própria Universidade não sabe trabalhar com isso ainda, com homossexual. E a própria bandeira LGBT no espaço universitário incomoda. Nós ainda vivemos muitos tabus que precisam ser revistos, que fazem parte da nossa colonização e da nossa história. Hoje eu acredito que é pelo diálogo, é um processo e esse evento de hoje é mais um passo”, comenta o professor Leoni.

O Brasil é o país mais violento com pessoas LGBTQIAP+

O diagnóstico apresentado no evento pelo advogado, Vinícius Luciani Dittrich, mostra dados compilados pelo Grupo Gay da Bahia (2021) em que 300 pessoas LGBTQIAP+ foram mortas de forma violenta no Brasil, sendo uma morte a cada 29 horas. Foram 276 homicídios, 24 suicídios, destes 40,6% eram pessoas trans. Segundo os dados, 90,7% das pessoas tinham entre 20 e 50 anos, 51% eram homossexuais, 37% eram travestis, transexuais e mulheres trans. A maior parte dos assassinatos foram de profissionais do sexo e professores, além de cabeleireiros, estudantes, ativistas, funcionários públicos, aposentados, garçons, padres, policiais militar e civil, pai de santo, proprietário de bar, trabalhador rural, pessoa em situação de rua, entre outras. Os dados revelam pessoas LGBTQIAP+ de todas as classes sociais.

O mestrando em Direito da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Vinícius Luciani Dittrich, conta que o Brasil é o país mais violento do mundo com pessoas trans, o que mais mata pessoas LGBTQIAP+ e o que mais consome pornografia trans. Ele considera que os poderes executivo e legislativo, por ação, omissão, atos e discursos de ódio legitimam a violência contra as minorias.

“É extremamente relevante essa discussão no cenário atual em que nós vivemos de um verdadeiro massacre da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil. Nós temos, nos últimos quatro anos, o Brasil com uma infeliz posição do país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ em todo o planeta terra. É o país que mais mata pessoas trans. Nós temos uma política de omissão, de exclusão e, portanto, considerando que esse preconceito e atitudes LGBTfóbicas transpassam todas as instituições, todas as camadas sociais. Estamos convidando toda a comunidade universitária e a comunidade externa para discutir esses assuntos”, enfatiza Dittrich.

Para o estudante, a Educação é uma ferramenta essencial para desconstruir o ideário que sustenta a fobia ou a LGBTfobia. “A base é sempre a Educação desde o Ensino Fundamental, Ensino Médio e passando por este ambiente universitário onde estamos. Sabemos que existe uma forte oposição por parte da sociedade civil, sobretudo a ala conservadora, da discussão desse tipo de tema que é extremamente impor-

tante nas nossas escolas. Isso resulta em uma ignorância, digo do verbo ignorar. Felizmente, no âmbito universitário, podemos discutir com um pouco mais de liberdade, apesar de ainda haver posicionamentos contrários, afinal, vivemos em um estado democrático de direito e as opiniões divergentes são esperadas. Mas o respeito também é esperado e é isso que a gente quer”, comentou Dittrich.

A advogada e pesquisadora sobre a aposentadoria de pessoas trans, Daniela Lorenço, integrante da FAMI-Famílias do Amor Incondicional, fala sobre o sistema de cotas para pessoas trans nas instituições de ensino, um direito reconhecido por meio do SISU-Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação, assim como a política de permanência para auxiliar estudantes trans.

“Desde 2018, pelo menos três instituições de ensino passaram a prever o sistema de cotas nos seus editais. Inclusive no SISU já tem essa possibilidade de colocar essa opção de cotas e depois o transgênero, assim que aprovado, vai apresentar uma autodeclaração de pessoa trans. Também temos uma política de permanência nas Universidades que seria a utilização do nome social, tanto pelos alunos quanto pelos funcionários, e a utilização de banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero da pessoa. Inclusive isso é um tema pacificado pelo STJ-Superior Tribunal de Justiça, a possibilidade de utilização dos banheiros”, conta Lorenço.

Segundo a advogada, o poder público precisa criar políticas que assegurem os direitos das pessoas trans a partir das reivindicações, para diminuir o preconceito e fomentar oportunidades. “A questão da aposentadoria também é importante de ser debatida justamente por questão do preconceito, no caso das dificuldades de inserção no mercado de trabalho e por conta da baixa expectativa de vida da pessoa trans. Então esses programas são criados visando à inserção dessas pessoas no sistema de previdência, e as regras de previdência aplicadas às pessoas trans, justamente porque as regras de aposentadoria são aplicadas diferentemente para homens e mulheres. É muito importante esse debate que a gente está fazendo pelas reivindicações de direitos. Isso tem que chegar ao poder público, tem que chegar ao legislativo para criar políticas que auxiliem no direito dessas pessoas”, afirma a convidada.



Na foto: Debatedores integrantes da mesa-redonda, Prof. Ricardo Vianna Hoffmann, Prof. Ricardo Henrique e acadêmicos da 7ª. fase do Curso de Ciências Contábeis da UNIFEFE com o Prof. Leandro Gelatti.

Garantir o acesso de LGBTQIAP+ ao mercado de trabalho

Conduzida pelo Professor Leandro Gelatti, a turma do sétimo semestre do curso de Ciências Contábeis da UNIFEFE participou do evento. De acordo com o Professor, o acesso à informação pode desconstruir os tabus existentes e contribuir com a inserção das pessoas LGBTQIAP+ no mercado de trabalho.

“Me senti tocado pelo convite do Professor Ricardo de tentar trazer um pouco mais de informação para esses acadêmicos, alunos que já estão no sétimo semestre e daqui a pouco já estarão formados, futuros profissionais, e muitos já atuam nas suas áreas, para que eles tenham o mínimo de conhecimento com relação a essa realidade que está cada vez mais presente na nossa sociedade. Que eles possam saber lidar com essas situações, dar oportunidades, abraçar essas pessoas para que possam estar cada vez mais inseridas e participando da sociedade. Acho que é isso o principal. Que eles possam ter o espaço deles com a sua profissão e o seu trabalho. Trazer a informação para aqueles que ainda têm um pouquinho desse tabu, para que entendam um pouco melhor e possam passar essas informações a diante”, ressalta Gelatti.

O acadêmico do curso de Psicologia da UNIFEFE, André Marques, questionou durante o evento: “a quem estamos combatendo?”. Ele explica os motivos que levam as pessoas a estarem juntas na luta contra a LGBTfobia. “A luta contra a LGBTfobia busca contemplar uma categoria de pessoas que fazem parte de uma sigla que é o LGBTQIAP+. A minha maior refre-

xão e a minha busca para causar um avanço no debate é: a quem a gente vai contemplar com essa luta contra a LGBTfobia? Porque fica um pouco vago, um pouco distante daquilo que a gente pode pensar com o que acontece hoje em dia. Temos pessoas que ainda morrem, que não conseguem emprego, não têm acesso ao mercado de trabalho. A expectativa de vida das pessoas trans e travesti é muito menor do que das pessoas que não são trans”, ressalta o estudante.

Para ele, o objetivo é respeitar e humanizar as pessoas LGBTQIAP+ em sua diversidade. “LGBTfobia não é só matar ou agredir uma pessoa LGBT na rua, é negar uma vaga de trabalho quando você tem uma pessoa qualificada para isso, é dificultar o acesso dela a um banheiro, por exemplo, que as pessoas trans precisam usar quando estão em lugares públicos, em restaurantes, em shoppings, coisas que nós, pessoas cis, não percebemos porque simplesmente não precisamos. Essa é a luta. É olhar para um outro ser humano e tirar ele dessa categoria de inumano”, declara Marques.

Aconteceu na II Semana de Conscientização contra a LGBTfobia na UNIFEFE:

• LIVE Sexualidade e Saúde Mental

Data: 19 de maio, às 19 horas

Local: Canal da UNIFEFE no YouTube

Mediadora: Fernanda Analu Marcolla

Debatedores: Sara Alves Raquel e

Roselaine Silva Pereira Favaro

De 16 a 19 de maio
II Semana de conscientização contra LGBTfobia

DEBATE VIRTUAL

"Sexualidade e Saúde Mental"



Fernanda Analu Marcolla
Mediadora



Sara Alves Raquel
Debatedora



Roselaine Silva Pereira Favaro
Debatedora



QUINTA-FEIRA (19/05), às 19h,
 ao vivo pelo Google Meet:
meet.google.com/sce-kuwh-njy



unifebe.edu.br



II Semana de Conscientização contra a LGBTfobia na UNIFEBE

LIVE Sexualidade e Saúde Mental

Data: 19 de maio, às 19 horas

Local: Google Meet

Mediadora: Fernanda Analu Marcolla

Debatedoras: Sara Alves Raquel e

Roselaine Silva Pereira Favaro

CONHEÇA:

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestis e Transexuais (LGBT)



A Política Nacional de Saúde LGBT é um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

Acesse pelo QRCode ao lado.



Resolução CONSUNI nº 16/2021



UNIFEBE

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

Conselho Universitário - CONSUNI

RESOLUÇÃO CONSUNI nº 16/2021

Dispõe sobre o uso do nome social na UNIFEBE e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Universitário - CONSUNI, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 14 do Estatuto da UNIFEBE, bem como no Decreto nº 8.727/2016, de 28 de abril de 2016, já em uso no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, tendo em vista o que deliberou este Conselho na reunião realizada nesta data,

Considerando, as fundamentações apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos da UNIFEBE;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o uso do nome social como forma de reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transgênero, a todos os membros da comunidade acadêmica, no âmbito do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, considera-se:

I - nome social: designação pela qual a pessoa transgênero se identifica e é socialmente reconhecida.

II - identidade de gênero: dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º A utilização do nome social pelos discentes poderá ser requerida a qualquer tempo, devendo a pessoa interessada manifestar expressamente sua vontade junto à Secretaria Acadêmica da UNIFEBE.

Parágrafo único. Quando requerido, o nome social constará em todos os documentos oficiais, cadastros, listas de chamada e demais documentos institucionais, acompanhado do nome civil.

Art. 3º A utilização do nome social por empregados docentes e técnico-administrativos poderá ser requerida a qualquer tempo, devendo a pessoa interessada manifestar expressamente sua vontade junto ao Setor de Recursos Humanos da UNIFEBE.

>> **ACESSE**



28 de Junho Dia do Orgulho LGBT

Conheça a sigla **LGBTQIAPN+** que integra pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais ou Agêneros, Pan ou Poli, Não Binárias entre outras identificações vividas há muitos séculos de forma fluida pela população em sua orientação sexual e identidade de gênero.

LÉSBICAS:

substantivo feminino.

Mulher homossexual, que sente atração afetiva e/ou sexual por outra mulher.

GAYS:

adjetivo e substantivo de dois gêneros.

Que ou aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo.

BISSEXUAL:

adjetivo e substantivo de dois gêneros.

Relativo a, compatível com, ou que abrange ou reúne os dois sexos.

TRANSGÊNERO:

adjetivo e substantivo de dois gêneros.

Pessoa que não se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu ou que possuem uma identidade de gênero que é diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento.

QUEER

Termo guarda-chuva da língua inglesa para minorias sexuais e de gênero, ou seja, que não são heterossexuais ou não são cisgênero.

*Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

INTERSEXO:

Termo usado para descrever pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do



sexo feminino ou masculino, em questões de hormônios, genitais, cromossomos, e/ou outras características biológicas.

ASSEXUAL ou **AGÊNERO**:

Pessoa que não sente atração sexual. Que se identifica como sem gênero. Não se sente como mulher, homem, ou qualquer um dos outros gêneros.

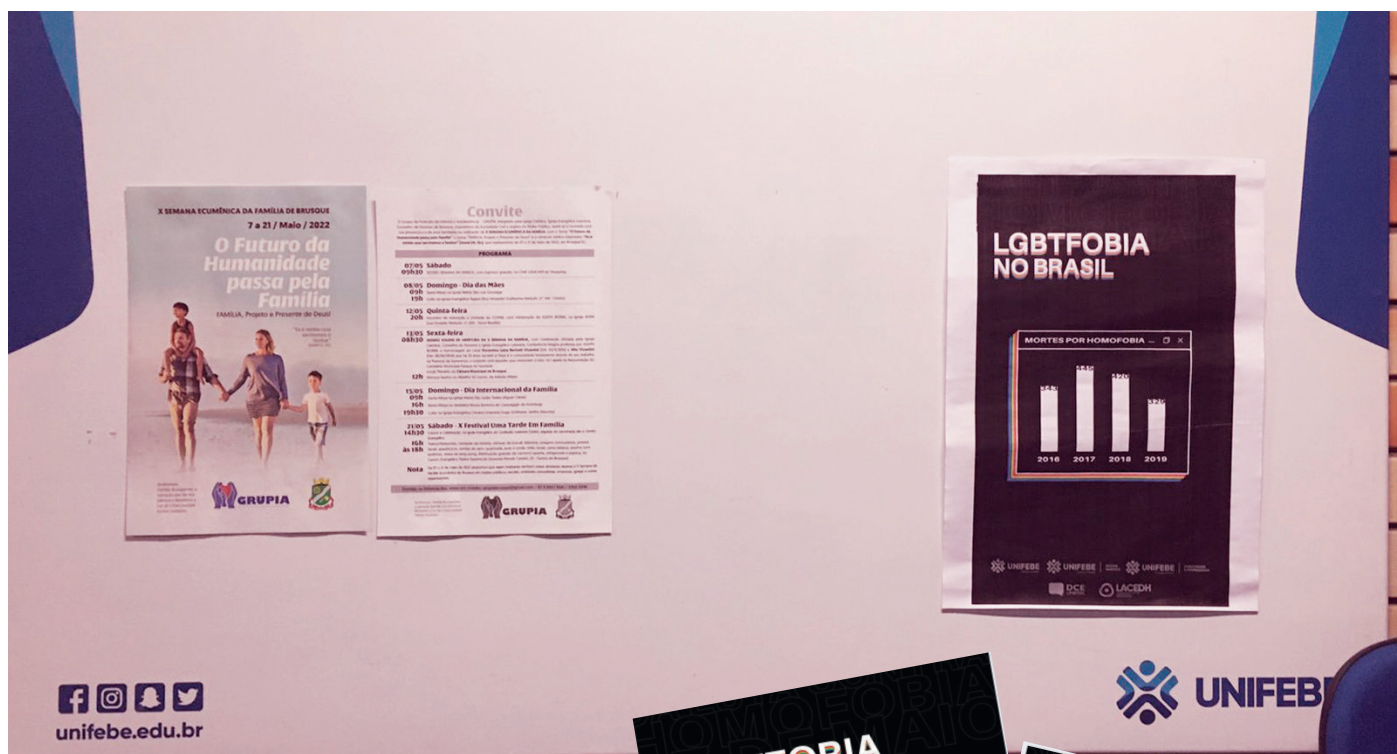
PAN ou **POLI**:

Pessoas pan sentem atração por todos os gêneros, ou independentemente do gênero. Pessoas poli sentem atração por muitos gêneros.

NÃO BINÁRIA:

Não binariedade ou identidade não binária é um termo guarda-chuva para identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas, estando portanto fora do binário de gênero e da cisnormatividade. O + está na sigla para pessoas não-cis.

28 de Junho Exposição de Banners LGBTQIAPN+



O que é LGBTFobia?

O termo LGBTfobia significa o ódio à população LGBTQIA+, assim como o termo homofobia.

Originalmente, o termo homofobia refere-se apenas à violência e hostilidade contra homossexuais, que são as lésbicas e os gays. Mas a utilização do termo se popularizou e, hoje, é considerado por muitos uma forma correta de definir o ato de ódio.

Desde 2019, a homofobia é criminalizada no Brasil, atrelada à Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

FONTE: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtphobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>



Cartazes colados nos murais da UNIFEBE com o objetivo de conscientizar a comunidade acadêmica.

Temática Indígena no LACEDH-UNIFEBE

DEBATE: A demarcação das Terras Indígenas, a tese do marco temporal e os direitos humanos

Foto: Sérgio Deucher



A mesa-redonda debateu sobre os direitos dos povos indígenas na região Sul do País.

12/05/2022 - Mesa-redonda: a demarcação de terras indígenas, a tese jurídica do marco temporal e os direitos humanos. Apresentação do Coral de Crianças Indígenas Mborai Vy'a Mbyá-Guarani de Major Gercino (SC). Organização: Professora Jô Rosa - Curso de Design de Moda/Composé.

Foram convidados para a mesa a advogada, pesquisadora e professora Geórgia Fontoura, o advogado indígena Hyral Moreira do Povo Guaraní, o professor e pesquisador indígena Micael Vaipon Weitschô do Povo Laklãnô/Xokleng, e os professores da UNIFEBE Raquel Schöning e Rafael Niebuhr Maia de Oliveira. Com mediação da jornalista Vandreza Amante Gabriel e organização do Professor Ricardo Vianna Hoffmann.

O debate foi proporcionado para o exercício da cidadania em prol do aprimoramento da democracia por meio da educação em direitos humanos. A temática indígena pode ser considerada, estudada e compreendida por meio dos diferentes pontos de vista no diálogo intercultural com os povos originários. Acredita-se que a demarcação das terras indígenas é uma ferramenta para a construção de espaços de sociabilidade, cidadania e para confirmar a possibilidade de uma continuidade da diversidade cultural existente no território.

>> **ACESSE**



DEBATE: A demarcação das Terras Indígenas, a tese do marco temporal e os direitos humanos

O Coral de Crianças Indígenas Mborai Vy'a pertence à Terra Indígena Tekoá Vy'a, Aldeia Feliz localiza-se no município de Major Gercino, no Vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina. A área onde a aldeia indígena está localizada foi adquirida com recursos de indenização da construção da duplicação da BR-101, trecho Palhoça, em Santa Catarina, até Osório no Rio Grande do Sul, com mediação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Nessa grande obra do governo federal, foram impactadas, em média, trinta aldeias indígenas de diferentes povos.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, dados de 2015) estima-se que cerca de 45 milhões de pessoas indígenas vivem na América Latina em 826 povos, representando 8,3% da população. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) identifica que atualmente no território brasileiro estão presentes 305 povos, falantes de mais de 274 línguas diferentes. Há o registro de mais de cem indígenas que vivem isolados, e grupos estão requerendo o reconhecimento e identificação de sua condição indígena no órgão federal indigenista.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, revelou que são mais de 817.963 pessoas indígenas. Destes, 315.180 vivem em áreas urbanas e 502.783 em áreas rurais. E 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. Em Santa Catarina os Povos Indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng/Läklänö estão entre os mais populosos.

Em agosto de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu início ao julgamento da tese do “marco temporal”, uma ação de reintegração de posse solicitada pelo governo do estado de Santa Catarina, por meio do Instituto do Meio Ambiente (IMA), reivindicando as terras indígenas do Povo Xokleng-Läklänö, da Terra Indígena de Ibirama, Alto Vale do Itajaí.

A área é declarada como de tradicional ocupação indígena, localizada em parte da Reserva Biológica do Sassafrás (SC). No estado, hoje, menos de 1% do território está destinado às Terras Indígenas. Em 2019, o STF deu ao processo *status* de “repercussão geral”, o que significa que a decisão servirá de diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da Justiça no que diz respeito aos procedimentos demarcatórios de terras indígenas.

Foto: Acervo UNIFEBE



Na foto, integrantes do Coral Indígena Guarani e participantes do debate na UNIFEBE.

DEBATE: A demarcação das Terras Indígenas, a tese do marco temporal e os direitos humanos

Brinquedoteca

As acadêmicas da primeira fase do curso de Pedagogia convidaram as crianças indígenas para conhecer a brinquedoteca, o laboratório do respectivo curso. Na ocasião, as crianças foram conduzidas em brincadeiras, envolvidas em contação de histórias, e também, desenvolveram desenhos livres que retratavam suas vivências. Foi um momento repleto por trocas interculturais, que, por sua vez, geraram reflexões críticas importantes sobre os alcances e a responsabilidade social da profissão pedagogo.

Foto: Divulgação/Reprodução



Turma da 3ª fase de Medicina visita Aldeia Indígena Guarani

Foto: Divulgação/Reprodução



16/05/2022 - Visita de estudos na Terra Indígena Guarani M'Biguaçu com a Professora Jô Rosa na disciplina Cultura e Cidadania. Acolhida realizada pela Professora indígena pedagoga Celita Antunes, o cacique e advogado Hyral Moreira e apoio da pesquisadora Vandrezza Amante Gabriel.

Turma da 3ª fase de Direito visita Aldeia Indígena Guarani

Foto: Divulgação/Reprodução



03/06/2022 - Visita de estudos na Terra Indígena Guarani M'Biguaçu com a Professora Jô Rosa na disciplina Pensamento Filosófico e Sociológico. Acolhida realizada pelo Professor Indígena Daniel, mestrando em antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio de Celita Antunes e do cacique Hyral Moreira. Apoio da pesquisadora e jornalista Vandrezza A. Gabriel.

Paiestra na Escola

LACEDH participa da Semana de Ciências Sociais na EEB São João Batista

Foto: Sérgio Deucher



Estudantes do Ensino Médio lotaram o auditório para receber a palestra do LACEDH-UNIFEBE

Na quarta-feira 21 de setembro, integrantes do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH) do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE participaram da Semana de Ciências Sociais na Escola de Educação Básica São João Batista, evento direcionado para estudantes do Ensino Médio, organizado pela escola com o Professor Doutor Paulo César Jacó.

“Nossa escola (E.E.B.S.J.B.), por meio do LACEDH, criou um espaço formativo de muita singularidade, ao trazer aos alunos a temática dos Direitos Humanos, em um tempo no qual diversas e distintas minorias sociais emergem em busca de reconhecimento social de seus direitos”, analisa Jacó.

O responsável pelo LACEDH, Professor e Advogado Ricardo Vianna Hoffmann, falou sobre a importância dos Direitos Humanos na sociedade atual, as legislações vigentes que amparam a atuação dos profissionais que trabalham com as diferentes temáticas abordadas e as possibilidades de caminhos que assegurem o acesso aos direitos constitucionais.

A Advogada Criminalista, Professora e Pesquisadora Fernanda Analu Marcolla, apresentou dados que revelam a violência contra as mulhe-

Foto: Sérgio Deucher



res na Região Sul do País e a falta de representatividade feminina na política local, pois na cidade de São João Batista não há mulheres que integram o poder no legislativo.

“Falar sobre a violência contra a mulher no âmbito dos direitos humanos é sempre um grande desafio, pois muitas vezes esse crime acontece de forma invisível e sutil. No entanto, ao trazer essa dificuldade aos alunos da Escola Básica de São João Batista, tive a grata surpresa do quanto os estudantes estão inteirados e interessados em combater a violência contra a mulher”, afirma Marcolla.

A Jornalista, Pesquisadora e Voluntária do LACEDH, Vandrezza Amante Gabriel, mostrou mapas e dados sobre a situação dos Povos Originários na atualidade, revelando a diversidade cultural no Brasil em um contexto de 305 diferentes povos. Em Santa Catarina, os Povos Indígenas mais populosos são os Guarani, Kaingang e Xokleng/Läklãnõ.

“Temos a oportunidade de promover o diálogo intercultural como ferramenta de apoio ao desenvolvimento regional, exercendo a cidadania e o respeito entre os povos. Observamos que conhecer a nossa própria história como povo brasileiro faz parte desse processo”, ressalta Gabriel.

A atividade faz parte do Projeto de Extensão do LACEDH-UNIFEBE, que leva às escolas da região informações educativas sobre Cidadania e Direitos Humanos, ações que buscam promover a Educação em Direitos Humanos na comunidade.

Destacamos que a Educação em Direitos Humanos é uma ferramenta essencial na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

>> ACESSE



Foto: Sérgio Deucher



II Semana Literária

II Semana Literária na UNIFEBE

Foto: Sérgio Deucher



Sorteio de livros na noite de abertura da II Semana Literária

De 24 a 28 de outubro de 2022, no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, aconteceu a II Semana Literária, promovida pelo Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos - LACEDH, em parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, os cursos de Direito, Pedagogia, Letras-Inglês e o Colégio UNIFEBE.

Debates e mesas-redondas foram organizados de forma presencial e on-line, para destacar a importância da literatura e o papel da instituição em aprofundar a proposta pedagógica relacionada à educação da comunidade acadêmica, a formação de novos leitores e escritores. A abertura do evento ocorreu às 19 horas no auditório do Bloco C, com o debate “Literatura: pesquisa e o ato de escrever”, tendo como convidados a Reitora Rosemari Glatz, os escritores Ricardo José Engel, Celso Deucher, Reinaldo Cordeiro e o cartunista Aldo Maes dos Anjos.

Sidnei Grippa, pró-reitor de graduação da UNIFEBE, falou durante a abertura do evento que o encontro traz conhecimento para toda a comunidade. “É um importante momento, muito rico, no qual a gente pode discutir e trazer ao conhecimento da nossa comunidade e da nossa região os estilos, as temáticas dos gêneros literários que os nossos autores daqui acabam trabalhando. É um marco para a história literária de nossa cidade. Momentos como esse oportunizam que essa área se desenvolva ainda mais”, declara Grippa.

A Reitora da UNIFEBE e escritora Rosemari Glatz, falou sobre a importância de se reconhe-

cer os escritores locais e de se compreender que a escrita envolve um longo, minucioso e árduo trabalho técnico para a publicação da obra literária.

“Este é um momento muito importante porque é a oportunidade que temos de trazer alguns escritores da nossa cidade. Ler qualquer um consegue, mas escrever é um processo bem longo, dificultoso, o qual você tem que entender a técnica. É importante conhecer os autores que estão aqui hoje, autores de vida real mesmo, de pesquisas. É um momento da comunidade acadêmica e da comunidade como um todo conhecerem um pouquinho dos autores de excelência que temos e das obras que eles produzem”, ressalta Glatz.



>> ACESSE

II Semana Literária na UNIFEBE

Foto: Sérgio Deucher



Debate “Literatura: pesquisa e o ato de escrever” mediado pela reitora Reitora Rosemari Glatz.

A coordenadora do Curso de Direito, Anna Mattoso, que nesta ocasião representa os coordenadores dos outros cursos envolvidos na II Semana Literária, comenta que a leitura pode ancorar as habilidades do estudante durante o seu percurso formativo e as decisões a serem tomadas relacionadas ao seu futuro. “Para o acadêmico, no âmbito universitário, ou mesmo em nível de colégio, a leitura é o que amplia a visão dele para o aprendizado. Sem a leitura, sem a pesquisa, sem o ato de escrever, o estudante perde o foco. Essa II Semana Literária é importante para que venha à tona a criatividade, o desafio da pesquisa, da coleta de dados, e que o aluno possa realmente ampliar o seu mundo, que ele possa ver que cada vez mais adquirir habilidades e conhecimentos é relevante para enfrentar o mercado de trabalho e as conquistas que ele planeja para o seu futuro”, analisa Mattoso.

O vice-presidente da Academia de Letras do Brasil, Marcos Eugênio Welter, comentou sobre o fechamento das principais livrarias por todo o país, assim como em Santa Catarina, onde as maiores livrarias de Joinville, Blumenau e Itajaí fecharam as suas portas após décadas de trabalho.

“Agradeço pela oportunidade e felicito aos que tomaram a iniciativa para que tivéssemos este

evento com os estudantes valorizando a cultura, a formação literária, porque por meio disso, vai abrir a cabeça um pouco mais para as coisas mais nobres, vai fazer com que os estudantes se deem conta de que o mundo não é só material, de que nós somos seres espirituais e que devemos dar um pouco de valor à nossa cultura, que infelizmente, nos últimos tempos tem sido bastante desprestigiada”, afirma Welter.

O Tenente-Coronel comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar de Brusque, Heintje Heerdt, esteve presente no evento e falou que considera a literatura como algo muito importante, pois é a capacidade de transmitir o conhecimento adquirido para outras gerações.

“Hoje, você pode ler a Epopeia de Gilgámesh, que é o texto mais antigo da humanidade, escrito pelos sumérios há mais de três mil anos, e entender o que pensava aquela sociedade, qual os valores, e tentar absorver, e tentar contemporizar para o seu ambiente. Essa é uma das coisas que eu acho fenomenais na literatura, é a capacidade de transmitir conhecimento, transmitir informação, não só de uma geração para outra, porque a tradição oral é essa, a geração anterior transmite para a geração atual os seus conhecimentos, os seus valores, sua cultura. E com a literatura você consegue dar esse salto e atingir mais pessoas”, declara Heerdt.

A Professora e Coordenadora do Curso de Letras-Inglês da UNIFEBE, Rosana Paza, destaca a relevância da criação literária para os acadêmicos poderem compreender a cultura letrada. Para ela, o evento pretende mostrar aos acadêmicos a importância do ato de ler e da própria escrita.

“O exercício do ato de escrever é valioso para a criação literária, para uma escrita criativa. Os textos literários e não literários trazem a expressão dos sentimentos, ideias que podem ser fictícias ou não, e podemos destacar os livros, novelas, contos, ensaios, peças teatrais, romances, crônicas, fábulas, poemas, pois tudo isso faz parte da teoria literária. E dominar as mais distintas formas de linguagem no mundo contemporâneo é elemento potencializador do desenvolvimento da escrita, essencial para a inserção do sujeito na cultura letrada”, completa Paza.

LIVRO: A trajetória de uma vida: memórias de Marco Antônio Pizarro da Silveira, de Ricardo José Engel e Reinaldo S. Cordeiro.

A representante da Confraria do Livro, Adriana Bina da Silveira, Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ e Professora da UNIFEBE, conta que um dos livros escritos pelos autores convidados Ricardo José Engel e Reinaldo S. Cordeiro intitulado “A trajetória de uma vida: memórias de Marco Antônio Pizarro da Silveira”, relata as memórias de seu pai, o que a deixa profundamente emocionada.

“Como professora vejo a importância de termos a leitura inserida em nossa vida. O que mais me motiva é a questão de a vida das pessoas poder estar consubstanciadas, pelo menos uma partezinha delas, em um livro. É uma obra que meu pai fez ainda em vida, ele foi professor na UNIFEBE por mais de vinte anos e na FURB também, ele era servidor público da Justiça do Trabalho, e ele tem histórias muito bonitas. Foi feito um livro a seis mãos. Eu recomendo a leitura porque ele sempre foi uma pessoa muito especial. Eu fico encantada com essa oportunidade”, declara Silveira.

ATIVIDADES ON-LINE

MESA-REDONDA: O papel da literatura em tempos de crise

Em 25 de outubro, às 19h30 foi transmitida pelo canal do YouTube da UNIFEBE a mesa-redonda com o tema “O papel da literatura em tempos de crise”, mediada por Gilvaldo Quinzeiro, participação de Mirtzi Ribeiro, Tarciso Martins, Luciana Rugani, Hairon Herbert, Nelson Gaspar e Julimar Silva.



>> **ACESSE**

Foto: Sérgio Deucher



A escritora paraibana Mirtzi Ribeiro diz que a literatura pode ser responsável pelas transformações sociais. “Muitos dos movimentos no mundo tiveram como base a literatura. A sociedade tem uma cobertura anterior da literatura que viralizou os pensamentos, movimentos de vanguardas como o feminismo. Tudo passa pela literatura e, a meu ver, a literatura é responsável pelo avanço da sociedade, pois ela é uma leitura da sociedade e a propositura de novos pensamentos”, analisa Ribeiro.

Para a convidada, Luciana Rugani, a literatura é um elemento central que sustenta a pessoa em sua individualidade como alimento da alma. “O papel da literatura como braço da cultura é de transformação da sociedade. A literatura muitas vezes é a nossa tábua de salvação, nos traz alento, aquela força, aquele pulso para resistir. Não só a leitura, mas a nossa escrita. A gente se nutre. Eu considero o sagrado alimento de nossa alma”, ressalta Rugani.

O jornalista convidado, Julimar Silva, explica a estrutura da comunicação na sociedade fazendo referência ao uso de óleo no motor de um carro. Analisa que a comunicação assertiva promove a cidadania e os direitos humanos, tendo uma consequente harmonia social. Para ele, a literatura traduz os sofrimentos, os sentimentos das pessoas, as esperanças, os sonhos, e traduz também aquilo que está para o bem e para o mal.

“Eu compreendo a comunicação como o óleo dentro do motor de um carro, você quase não dá importância, mas se não tiver o óleo para que haja uma sincronicidade, para que as coisas funcionem, o motor vai parar. Com essa comparação a gente pode observar que o conteúdo que é difundido pelos meios de comunicação, pela nossa comunicação uns com os outros, a forma como nos comunicamos, tudo isso é como se fossem as peças de uma engrenagem. A cidadania vai se deteriorando quando a comunicação é ruim. A comunicação é o respeito à fala do contraditório”, explica Silva.

MESA-REDONDA: Literatura Jurídica

No canal do YouTube da UNIFEBE, em 27 de outubro, às 19h, foi transmitida a live Literatura Jurídica, com a mediação do Professor Ricardo

Vianna Hoffmann, participação das advogadas Fernanda Analú Marcolla e Sabrina Lehnem Stoll.

A advogada apresentou obras publicadas e fez referência à ciência dizendo que, para desenvolver uma pesquisa, é necessário reconhecer sólidas fontes de informação, com bases jurídicas, filosóficas e com perspectivas de gênero.

“A gente trabalha questões sobre o patriarcado, o machismo e o sexismo no Código Penal, no Direito Penal. Por isso, é importante a pesquisa para que a gente possa entender porque algumas práticas permanecem no meio jurídico e como a gente pode mudar essa realidade”, analisa Marcolla.

A advogada Sabrina Lehnem Stoll apresentou informações conceituais sobre a Literatura do Direito, considerando a análise do discurso e as consequências da ação humana como pilares que sustentam o processo penal.

“O Direito, dentro da literatura jurídica, é considerado um manual, por isso a gente justifica a hermenêutica, sendo um diálogo como uma troca de informação, uma marca do outro em si mesmo, e acaba por encontrar a dualidade da moral e do agir comunicativo como o discurso, analisando o bem e o mal, muitas vezes sendo o principal objeto de análise jurídica”, ressalta Stoll.

O responsável pelo **Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH-UNIFEBE**, Professor e Advogado Ricardo Vianna Hoffmann, destacou que o papel das instituições de ensino é promover o conhecimento por meio das discussões sobre as mais diferentes temáticas, aprimorando o debate público e aprofundando as relações sociais.

“A sociedade tem dificuldade de debater alguns temas, e é dever da academia trazer essas discussões para que se tenha respeito a quem pensa diferente. A academia se propõe a ser esse espaço para construir uma sociedade mais igualitária”, afirma Hoffmann.



>> **ACCESSE**



Encerramento da II Semana Literária da UNIFEBE.

IV LITERATURA: Diálogos e Conexões

No auditório do Bloco F, na sexta-feira (28), às 19h, foi realizado o encontro IV LITERATURA: Diálogos e Conexões, com o debate sobre o livro “A máquina de fazer espanhóis”, de Valter Hugo Mãe, indicado pelo Curso de Letras-Inglês da UNIFEBE.

A mediação ficou sob responsabilidade da Professora Suy Mey Schumacher Moresco, e teve participação dos debatedores Glória Alice Wanka, Fabio Briks, Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti e Maria Teresinha Debatin, Presidente da Academia de Letras do Brasil - Brusque. O evento contou com a participação de parceiros da Confraria do Livro de Brusque e Colégio UNIFEBE.

A Professora de Língua Portuguesa e responsável pelos Cafés Literários no Colégio Unifebe, Suy Mey Schumacher Moresco, mediadora do debate, acredita que eventos como esse promovem o encontro das pessoas com a literatura.

“Essas discussões são muito importantes porque aproximam um pouco mais a literatura das pessoas. Às vezes a gente pensa que as histórias dos livros estão em outro mundo, mas muitas vezes, elas estão perto de nós, são histórias do nosso dia a dia. A gente tem muito a aprender com a literatura”, ressalta Moresco.

A temática do livro faz uma relação entre as relações afetivas, envelhecimento e a morte, tratando o cotidiano de vida de idosos que moram em asilos. A Presidente da Academia de Letras do Brasil - Brusque, Maria Teresinha Debatin, falou que é possível pensar nas vivências

dos idosos com dignidade, para que possam decidir sobre a sua própria existência.

“A gente se prepara para ter crianças, mas não se prepara para envelhecer. Precisamos pensar a respeito das vivências dos idosos. Às vezes, pode ser que para a pessoa idosa seja melhor o atendimento em um asilo, mas, por outro lado, deixar o idoso que ainda pensa morar na própria casa, mesmo com o corpo fragilizado, é respeitar a decisão dele em morar sozinho até a própria morte”, analisa Debatin.

A Professora e Psicóloga Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti reforça a ideia de que a vida é um momento de constantes mudanças e adaptações. “É nosso trabalho lidar com os sentimentos dos idosos nas instituições asilares. Como as casas estão preparadas para acolher os idosos? Como estamos nos preparando para a velhice? Há o sentimento de medo e solidão na velhice, no processo do envelhecer, e também com relação à morte, mas precisamos vivenciar o luto. A pessoa, quando chega à terceira idade, pergunta-se o que vai fazer da sua vida, e o livro mostra essa realidade de hoje. Nós não estamos preparados. A nossa vida é uma constante adaptação”, conclui Chiaratti.

LANÇAMENTO Aprender brincando: entre letras e números

Na ocasião, ocorreu o lançamento do livro publicado pela Editora UNIFEBE “Aprender brincando: entre letras e números”, projeto realizado pelo Curso de Pedagogia com a Brinquedoteca, direcionado a crianças de 6 a 8 anos para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

UNIFEFE
II Semana Literária
UNIFEFE DE 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2022

24 de outubro • às 19h AUDITÓRIO DO BLOCO C (UNIFEFE)
 Rua Dorval Luz, 123 - Santa Teresinha - Brusque/SC

Abertura da Semana Literária UNIFEFE
 Debate sobre Literatura: pesquisa e o ato de escrever.
 Mediador: Sidnei Grippa.
 Participação: Rosemari Glatz, Ricardo José Engel, Celso Deucher, Aldo Maes dos Anjos, Reinaldo Cordeiro.

25 de outubro • às 19h30 CANAL DA UNIFEFE NO YOUTUBE
 youtube.com/UNIFEFEoficial

Mesa-Redonda on-line com o tema:
"O PAPEL DA LITERATURA EM TEMPOS DE CRISE"
 Mediador: Gilvaldo Quinzeiro.
 Debatedores: Mirtzi Ribeiro, Tarciso Martins, Luciana Rugani, Hairon Herbert, Nelson Gaspar e Julimar Silva.

27 de outubro • às 19h CANAL DA UNIFEFE NO YOUTUBE
 youtube.com/UNIFEFEoficial

LiveTERATURA

28 de outubro • às 19h AUDITÓRIO DO BLOCO F (UNIFEFE)
 Rua Dorval Luz, 123 - Santa Teresinha - Brusque/SC

IV LITERATURA: Diálogos e Conexões - debate sobre o livro:
"A Máquina de Fazer Espanhóis", de Valter Hugo Mãe
 Mediadora: Suy Mey Schumacher Moresco.
 Debatedores: Fabio Briks, acadêmica Glória Alice Wanka, Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti e Maria Teresinha Debatin.
 Participação dos convidados-parceiros: Confraria do Livro de Brusque, Colégio UNIFEFE e Academia de Letras do Brasil - Brusque.

UNIFEFE
II Semana Literária
UNIFEFE DE 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2022

MESA-REDONDA:
"O PAPEL DA LITERATURA
EM TEMPOS DE CRISE"

Mediador
 Gilvaldo Quinzeiro

Debatedor
 Hairon Herbert

Debatedora
 Luciana Rugani

Debatedor
 Tarciso Martins

Debatedora
 Mirtzi Ribeiro

Debatedor
 Nelson Gaspar

Debatedor
 Julimar Silva

Dia 25 de outubro (terça-feira), às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEFE no Youtube

youtube.com/UNIFEFEoficial

UNIFEFE
II Semana Literária
UNIFEFE DE 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2022

LiveTERATURA:
"LITERATURA JURÍDICA"

Sabrina
 Lehnen Stoll

Fernanda
 Analú Marcolla

Dia 27 de outubro (quinta-feira), às 19h,
ao vivo no canal da UNIFEFE no Youtube

youtube.com/UNIFEFEoficial



>> **Siga o LACEDH-UNIFEFE**



@lacedh.unifebe



Inscreva-se no canal
Clique aqui!

5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais

5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais

Foto: Sérgio Deucher



De 21 e 23 de novembro o evento foi realizado pela primeira vez na cidade de Brusque (SC).

De 21 e 23 de novembro, das 19h às 22 horas, foi realizado pela primeira vez na cidade de Brusque (SC) o Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais na Sociedade Esportiva Bandeirante. Com coordenação geral do advogado Dr. Luiz Fernando Ozawa e coordenação científica do Professor Ricardo Vianna Hoffmann, o evento teve por objetivo debater os temas centrais relacionados aos Direitos Humanos e Constitucionais. O encontro foi dedicado à memória de Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, Presidente e Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Internacional de Justiça.

Durante o congresso, aconteceu o lançamento dos livros: “Castração química como pena para os crimes sexuais - Reflexões históricas de constitucionais”, de Fernanda Analú Marcolla; “A deficiência na perspectiva da inclusão e da acessibilidade”, organizado por Tamilly Roedel e Raquel Maria Cardoso Pedrosa; e “Vozes Não Silenciadas - Vivências LGBTQIA+”, organizado por Joanna Leoni e Ricardo Vianna Hoffmann.

Trazer o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais para Brus-

que foi uma iniciativa do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACE-DH-UNIFEBE), Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE e Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia (ACAD), com o apoio da CAASC/Brusque, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/SC Brusque, Laboratório Hoffmann Análises Preventivas e de Diagnósticos, Marcolla & Fachi Advocacia e Assessoria Jurídica, Ozawa Advogados, Dominoni & Maia Advocacia e Assessoria Jurídica, Vianna Hoffmann Advocacia, Ristow & Cunha Advocacia e Assessoria Jurídica, e Maestri Advocacia.

Foto: Sérgio Deucher



5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais

Foto: Sérgio Deucher



Mesa de abertura do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais.

O vice-reitor do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, Sérgio Rubens Fantini, esteve presente na abertura do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais e comentou que é necessário pôr em prática ações em prol da comunidade.

“Eu acredito que, apesar de todas as leis que nós temos, ainda há muitas distorções que precisam ser refletidas pela comunidade. É um evento muito importante e com certeza temos boas discussões com os palestrantes pelo nível dessas pessoas e a nossa comunidade vai ganhar muito. É importante que se ponha em prática isso, e não apenas que fique na discussão. Que consigamos por meio das reflexões, levar para a prática e realmente levar isso para a nossa comunidade, para a nossa sociedade”, afirma Fantini.

A mediadora do debate A questão central da etnia no Brasil e o racismo estruturante, Daíra Andrea de Jesus, Professora do Curso de Direito da UNIFEBE, comentou que é necessário investir na Educação em Direitos Humanos para que a população tenha acesso ao conhecimento sobre os seus direitos.

“A relevância do Congresso é ímpar, especial-

mente em uma cidade como Brusque, onde a temática Direitos Humanos encontra uma resistência enorme em razão da dificuldade das pessoas de entenderem a abrangência do que significa Direitos Humanos. É uma alegria imensa poder participar de uma semana como essa que também reflete a questão da Consciência Negra. São nomes de referência cujos livros pesquisamos a vida inteira, e agora temos a oportunidade de discutirmos frente a frente, presencialmente. São oportunidades nas quais o acadêmico tem de estar em eventos em que os debates são amplos e variados, uma forma extremamente próspera de se aprender”, analisa a Professora.

O Pró-Reitor de Graduação, Sidnei Grippa, esclarece que todas as Instituições de Ensino Superior têm a obrigação de trabalhar as temáticas relacionadas aos Direitos Humanos como temas transversais que compõem o currículo acadêmico na atualidade, entre outros temas que envolvem Ética, Cidadania, Inovação e Cultura.

“Como Instituição de Ensino Superior, nós temos a obrigação de trabalhar os temas que a gente fala transversais. Às vezes esses temas não estão em uma disciplina especificamente,

mas precisa ser trabalhado ao longo do curso transversalmente como Direitos Humanos, Ética, Cidadania, Inovação, temas voltados à Cultura, perpassa todo o currículo. Todas as Instituições de Ensino Superior têm a obrigação de trabalhar com essas temáticas. Além de trabalhar em alguns componentes curriculares, a UNIFEBE, quando não organiza, apoia eventos alinhados a esses temas tão importantes para a discussão no mundo atual”, ressalta o Pró-Reitor.

A Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Edinéia Pereira da Silva, comenta que a UNIFEBE precisa conscientizar os estudantes sobre a importância da atenção voltada aos Direitos Humanos como parte do cotidiano e que integra um contexto mais amplo.

“Nós como Universidade temos que desenvolver iniciativas como estas: palestras, eventos, incorporar nos conteúdos obrigatórios porque precisamos conscientizar os nossos alunos sobre a importância dessa atenção aos Direitos Humanos, para não imaginarem que esses Direitos Humanos estão aquém, pois temos que percebê-lo à nossa volta. Esse aluno precisa perceber isso. Expandir para a comunidade como neste evento, que é nacional, para que eles percebam que a UNIFEBE discute essas questões e trabalhamos de uma forma muito responsável”, diz a Pró-Reitora.

Para a estudante da 8ª Fase do Curso de Direito da UNIFEBE, Laisa Gabriele Gums, o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais é importante como referência ao aprimoramento da discussão sobre os Direitos Humanos da população LGBT.

“Eu acho muito importante um evento como este sobre os Direitos Humanos. É um assunto interessante e a gente acaba aprendendo mais com os convidados renomados, como no caso da mesa de acolhimento à população LGBT porque é um assunto em que precisamos estar atentos para que os direitos não sejam cerceados”, lembra Gums.

O coordenador Científico do Congresso, Ricardo Vianna Hoffmann, advogado e professor responsável pelo Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH), do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, fala sobre os resultados do evento.

“Gostaria de agradecer e dizer que é com muita alegria e satisfação que estamos trazendo a Brusque este Congresso. É um momento

de compartilhar conhecimento com palestrantes em nível nacional e internacional, por isso, contamos com alguns parceiros que contribuíram com o evento. Gratidão. E o meu agradecimento especial ao Centro Universitário de Brusque UNIFEBE pela acolhida junto da Reitoria e dos Pró-Reitores, ao pessoal da comunicação e da organização”, compartilha Hoffmann.

Foto: Sérgio Deucher



Coordenador Científico do Congresso, Ricardo Vianna Hoffmann, Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH-UNIFEBE.

Foto: Sérgio Deucher



>> ACESSE

Lançamentos de Livros

“Vozes Não Silenciadas - Vivências LGBTQIA+”, de Joanna Leoni e Ricardo Vianna Hoffmann, “Castração química como pena para os crimes sexuais - Reflexões históricas de constitucionais”, de Fernanda Analú Marcolla e “A deficiência na perspectiva da inclusão e da acessibilidade”, organizado por Tâmile Roedel e Raquel Maria Cardoso Pedroso.

Fotos: Sérgio Deucher



A advogada e autora do livro “Castração química como pena para os crimes sexuais - Reflexões históricas de constitucionais”, Fernanda Analú Marcolla, contou que a obra traz uma abordagem sobre a possibilidade da castração química para os crimes sexuais. Segundo ela, é um tema abordado há muito tempo, tendo mais de vinte projetos de lei sobre o assunto. O motivo seria buscar uma punição do criminoso sexual, mas a autora questiona o método, pois fere os direitos humanos de acordo com a legislação vigente atualmente no Brasil.

“A castração química possui um nome errôneo porque é uma dosagem hormonal, um tratamento hormonal e não uma castração, é um tratamento reversível, mas que deixa sequelas. A nossa Constituição Federal e o Código Penal proíbem penas corpóreas, então não se pode aplicar a castração química em uma pessoa, até porque ferem os direitos humanos no sentido da pena, é incompatível com a pena jurídica hoje. Foi um trabalho que surgiu em 2017 e foi se construindo ao longo do tempo com as questões históricas desde as ordenações de Portugal, na época em que as ordenações estavam em vigor no Brasil, trazendo como eram essas penas e, assim, a gente foi trabalhando no livro com depoimentos de pessoas que tiveram a castração química e como eram os sintomas, e casos de como alguns países aplicam ou não aplicam a pena”, explica a Marcolla.

De acordo com os dados pesquisados pela autora, os Estados Unidos são um dos países que aplicam a castração física e química, mas

não há comprovação sobre a eficácia do método. A Espanha promoveu iniciativas para implementar a metodologia punitiva. Compreende-se a necessidade de uma atenção multidisciplinar para os casos de crimes sexuais, pois se viu a importância de se trabalhar os direitos humanos e a questão social, com o apoio da psicologia para a recuperação da pessoa.

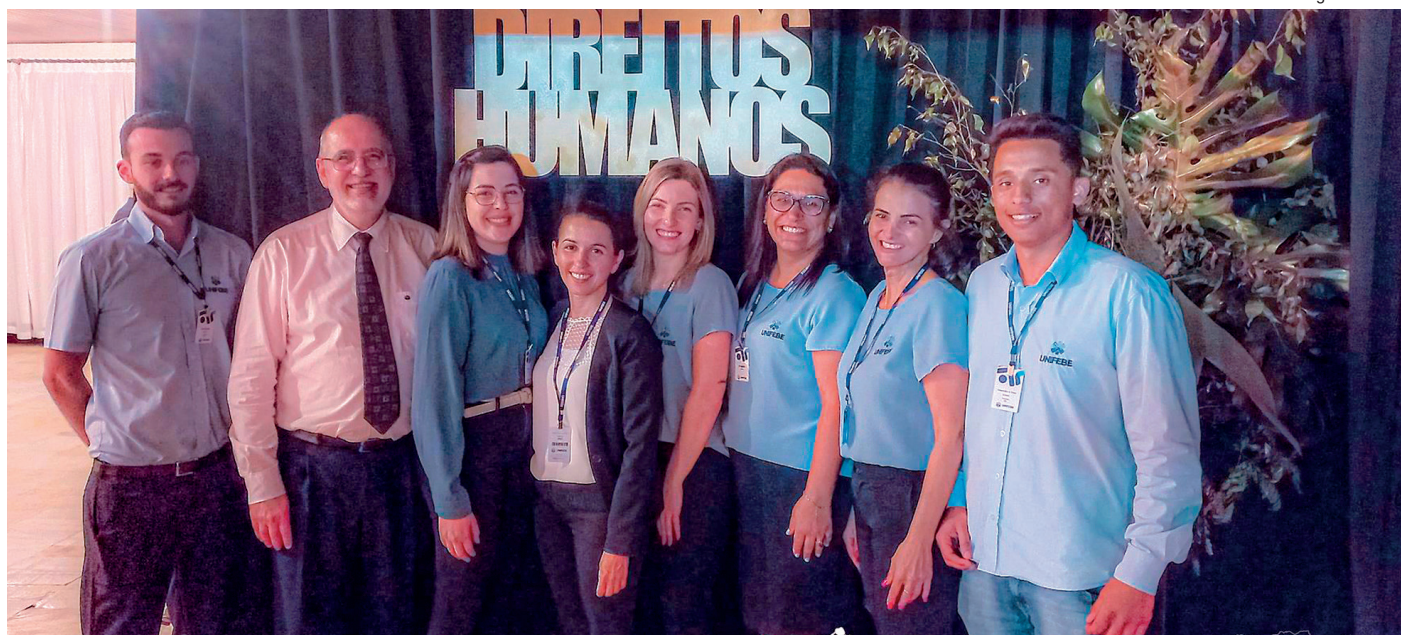
O livro que integrou a noite de lançamentos do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais foi “Vozes Não Silenciadas - Vivências LGBTQIA+”, organizado por Joanna Leoni e Ricardo Vianna Hoffmann, que apresenta histórias, relatos e memórias sobre a autoafirmação das pessoas como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

A professora e autora Joanna Leoni, cofundadora do Coletivo Clã, comentou que o livro tem o objetivo de apresentar as histórias de vida das pessoas LGBTQIAPN+ para a população que desconhece as vivências, e enfatizou que os direitos humanos reafirmam esse direito da população à vida.

“Discutir os direitos humanos é discutir o direito à vida, à existência e às possibilidades de existência” afirma Joanna.

“O evento, que aconteceu aqui é de extrema importância para o local onde a gente vive, para a nossa realidade, para discutirmos vivências LGBT, sobretudo, vivências trans que ainda são

Foto: Sérgio Deucher



Equipe de eventos do Centro Universitário de Brusque - UNIFE.

pouquíssimas discutidas, sobre essas possibilidades de existências em diversos lugares para além da prostituição e da violência”, analisa Leoni.

Compreendendo os preconceitos, a integrante do grupo Famílias do Amor Incondicional - FAMI, Denise Tatiane Bittencourt, ressalta que mais importante do que a bandeira que a população LGBT levanta é o amor e o apoio que a família pode proporcionar a essas pessoas para o acolhimento de um ser humano que é parte de uma sociedade.

“É de extrema importância porque nós temos que mostrar para a cidade, para o estado, para o país e para o mundo que as pessoas LGBTQIA+ têm uma família, são excelentes profissionais e nós apoiamos. Além de qualquer sigla, pois não é isso que denomina a pessoa ou que identifica o que ela é. Nós, como família, acolhemos, amamos, apoiamos e participamos dos eventos porque estamos juntos, somos diversos. Nós temos família de filhos que são gays, trans. Nós acolhemos a todos. O lema mais importante é o amor”, relata a mãe.

As reuniões da FAMI acontecem no segundo sábado de cada mês no Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE e acolhe famílias de pesso-

as LGBTQIAPN+ de outras cidades da região.

AULA MAGNA COM FLÁVIA PIOVESAN

A abertura do evento foi transmitida de forma on-line com a Aula Magna com Flávia Piovesan, Doutora e Mestra em Direito, Comissária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018-2021) e Secretária Especial de Direitos Humanos do Brasil (2016-2017), Professora visitante na Universidade de Harvard, Oxford, UBA e Sevilha, Procuradora do Estado de São Paulo. A advogada estava na Alemanha para receber o Prêmio Humboldt Research Award.

Na ocasião, a advogada agradeceu o convite dizendo que, “com alegria e esperança, com o coração e com alma que eu me somo a vocês nessa luta por direitos e por justiça. Queria aplaudir o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais e lembrar que os Direitos Humanos são muito mais do que uma disciplina, é uma causa emancipatória, é uma causa transformadora. E me unir a esse mosaico de vozes que marcam os direitos humanos, as alianças para o bem e as parcerias para a cooperação sempre necessária”, completa Piovesan.

Foto: Sérgio Deucher



A advogada Flávia Piovesan estava na Alemanha para receber o Prêmio Humboldt Research Award.

O coordenador do evento, o advogado e professor Dr. Luiz Fernando Ozawa, comentou que a intenção de trazer o Congresso para Brusque teve como objetivo um diálogo franco e aberto sobre as mais diversas temáticas consideradas sensíveis na atualidade relacionadas aos Direitos Humanos e Garantias Fundamentais.

“A gente tentou, diante de um cenário muito complexo, condensar grandes eixos de discussão. Nós entendemos que neste 2022 era extremamente importante falar sobre a questão da liberdade sexual, de gênero e diversidade, falar sobre a questão do negro, da inclusão e sobre a jurisdição constitucional. Cada mesa, com um grande título guarda-chuva. Convidamos os palestrantes para podermos debater essas matérias, cada um com a sua perspectiva e sua origem desde o seu lugar de fala”, comenta Ozawa.

A presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Subseção Brusque, Ildete Regina Vale da Silva, ressaltou a honra e o orgulho da organização em apoiar este 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais em Brusque.

“Muito nos orgulha trazer essa temática tão importante nos temas atuais. Eu tenho a certeza de que conhecer e trabalhar com direitos humanos faz parte do nosso pensamento como cidadão e como profissional em qualquer esfera de atuação porque, é pelos direitos humanos que nós iremos entender aqueles direitos que nós, pessoas humanas, temos e que só nós somos capazes de contrariá-los pelas diferentes ideologias. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, estamos cientes de tudo aquilo que é comum para toda a sociedade, a humanidade, e isso temos que tornar a premissa”, ressalta Silva.

O professor do Curso de Direito do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, Rogério Ristow, advogado e ministrante nas Disciplinas de Direitos Humanos, Direito Penal e Direitos Processual Penal na instituição, disse que considera importante festejar esse momento, pois a categoria lida com essas temáticas na prática do dia a dia na advocacia, nas salas de aula, e que o Congresso vem justamente para dar autoridade a toda essa matéria.

“Estamos bem contentes com este evento graças ao Professor Ricardo Vianna Hoffmann, do nosso Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE). Os



temas são os mais pontuais possíveis neste momento quando o Brasil passa por uma prova de fogo no que diz respeito aos Direitos Humanos. Estamos aqui firmes demonstrando que isso é de interesse de todo e qualquer cidadão. Um evento muito bacana com a participação massiva dos alunos, das entidades do nosso município que lidam com Direitos Humanos, autoridades e pessoas de outras cidades que vêm em busca do conhecimento”, declara o professor.

O estudante da 8ª Fase do Curso de Direito da UNIFEPE, Amarildo Luís Sartor, ressaltou que acredita no direito constitucional como forma de promover o respeito entre as pessoas como pertencentes a uma sociedade, afirmando a importância da oportunidade de participar do Congresso com palestrantes renomados.

“Neste semestre estamos tendo aula de Direitos Humanos com o Professor Ricardo Vianna Hoffmann e ele abriu os olhos dos acadêmicos quanto à necessidade de respeitarmos os Direitos Humanos. Inclusive, alguns acadêmicos não acreditam nos direitos humanos porque eles acham que só os bandidos, os marginais que são os beneficiados com as ONGs para a defesa dessas pessoas. E na atual conjuntura do país é muito importante porque é um desrespeito muito grande com as pessoas que não compartilham com os bloqueios e os atos antidemocráticos, por exemplo, que estão suprimindo os direitos constitucionais de ir e vir. Eu vi a programação do Congresso e temos uma palestrante que já fez parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Isso é muito interessante e muito proveitoso”, declara o estudante.

O delegado Leonardo Maestri, que participou do evento de abertura, afirmou que o seu trabalho demanda a aplicação da lei que se ancora nos direitos das pessoas nas mais diversas situações, pois “os direitos humanos fazem parte da rotina de todas as pessoas, a gente lida diariamente com eles, em nosso trabalho, fazendo o uso dos direitos humanos, pô-los em prática para cumprir o que está na legislação”, declara.

A Secretária de Desenvolvimento Social, Fabiana Demétrio, que na ocasião representou o Prefeito Municipal José Ari Vequi, explicou que a Política de Assistência Social tem como premissa os direitos humanos. “Essa política defende as pessoas vítimas de violências, as crianças que sofrem abusos, os idosos que têm os seus direitos violados, as pessoas com vulnerabilida-

des socioeconômicas. Eu me sinto muito honrada em participar de um Congresso com essa relevância, pois sabemos a importância desse tema e de se discutir os direitos humanos”, lembra Demétrio.

A representante do Centro de Direitos Humanos - CDH de Brusque, Rafaela Felipe Kohler, afirma que o evento é um marco na cidade. Segundo ela, é uma luta constante com discussões sobre os Direitos Humanos nas entidades e nos conselhos para que se consiga viver com harmonia, de uma maneira melhor.

“A programação do evento foi sensacional. Tivemos a oportunidade de ouvir diversas pessoas palestrantes, ativistas que já têm uma trajetória super consolidada com relação aos assuntos. Uma oportunidade única de podermos acompanhar de pertinho essas discussões, aprender sempre mais sobre o assunto, pois precisamos nos atualizar para acompanhar a legislação, já que são direitos, está escrito na lei. **Estivemos no evento para discutirmos todas as nossas reivindicações com relação à inclusão, racismo, LGBTfobia**, todos esses assuntos que infelizmente a gente ainda é obrigada a conviver em uma região como a nossa, um pouco complicada por falta de acesso à informação sobre o que são os Direitos Humanos”, analisa a ativista.

Foto: Sérgio Deucher



Secretária de Desenvolvimento Social,
Fabiana Demétrio.



>> **ACCESSE**

Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia

Foto: Sérgio Deucher



Integrantes da Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia - ACAD.

A Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia - ACAD, surgiu em 2016, em Balneário Camboriú, quando as instituições estavam abaladas em razão do processo, até hoje juridicamente muito questionado, do impedimento da presidenta da república em exercer suas funções presidenciais. Surgiu da ideia de congregar os advogados que atuavam na defesa das instituições democráticas e do sistema constitucional brasileiro.

A ACAD é uma associação sem fins lucrativos, congrega pensadores, juristas e não juristas, mas em maioria advogados, defensores das instituições democráticas brasileiras que há muito foram conquistadas em 1986, 1987 e 1988, e reconquistadas no curto espaço de tempo democrático.

“O Brasil não tem tradição democrática, mas nós, a partir de 2016, tentamos criar essa associação para congregar e reunir essas pessoas”, esclarece Dr. Luiz Fernando Ozawa, integrante da ACAD.

A advogada e membra da Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia - ACAD, Retijane Popelier, 61 anos, nasceu em Blumenau, Santa Catarina, na época da ditadura, em 1961. Atualmente está com 37 anos de atividade

como advogada, e já participou da OAB em vários cargos na subseção de Balneário Camboriú (SC). Ela contou que toda a sua trajetória escolar e acadêmica foi limitada pela força da ditadura da época.

“A história que me passaram não é a história real. Passaram para mim e todos os meus coleguinhas. E isso perdurou até a graduação, nos cursos, pós-graduação, nos seminários, mestrado, congressos. A gente foi desvendando essa realidade que é tão importante para uma sociedade, qualquer sociedade, a garantia de que você é um ser humano e, só por isso, tem que ter garantido todos os direitos. Você é fundamental, eu sou fundamental. Nós seres humanos somos fundamentais. Tudo o que existe se destina a nós, e nós temos que ser felizes. Nós não nascemos para menos. Então, quando pessoas fazem um Congresso desses, uma pequena célula como a Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia tem que estar junto. Aplaudimos esses movimentos. E se já conseguimos fazer alguma coisa já vai ter valido a pena”, afirma Popelier da ACAD.

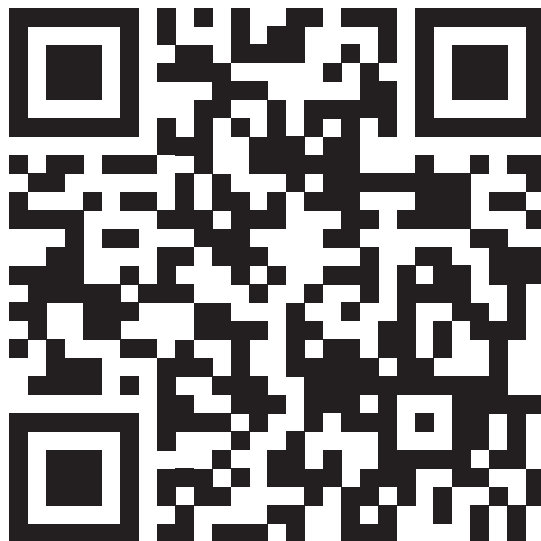
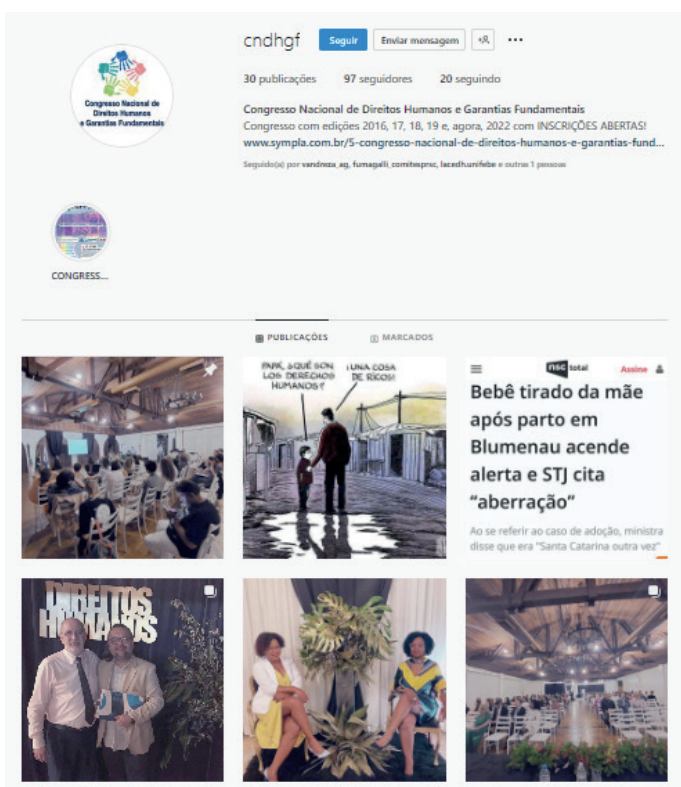
A advogada e membra da ACAD, Georgina Maria Albuquerque Garcia, comenta que está na advocacia há 36 anos e compreende a potência do respeito aos direitos humanos e as garantias fundamentais por meio da democracia.



“O que eu vejo é que muita gente deixou de ser humana na realidade, de ver como pessoas humanas. A gente tem que dismantelar essas ideias porque os direitos humanos estão a favor de nós todos. Então não vai excluir ninguém, vai ser uma maravilha e sempre será. Em muitas ocasiões a gente percebe que existe a solidariedade, a empatia. Mas há alguns grupos

hoje em dia fazendo com que a gente acredite que eles não são favoráveis aos direitos humanos. Os direitos humanos são a favor de todos e eu luto por isso sempre. Sou advogada há 36 anos, e a gente fez o juramento de defender a democracia a todo custo, e é por isso que eu estou nessa causa. Democracia acima de tudo. Nós temos a nossa Constituição que nos rege, então a gente tem que ter essas regras para poder viver em sociedade de uma forma harmoniosa, feliz, em paz. Por isso, eu participo”, declara Garcia da ACAD.

>> **ACESSE**



22 de novembro de 2022

A definitiva inclusão de quem (ainda) necessita de lugar na Democracia

Foto: Sérgio Deucher



Na terça-feira, 22 de novembro de 2022, às 19 horas foi realizada a mesa intitulada **A definitiva inclusão de quem (ainda) necessita de lugar na Democracia**, com participação da indígena Ingrid Sateré-Mawé, bióloga e matemática, comunicadora social e liderança indígena membra da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) da etnia Sateré-Mawé (AM), Yarlenis Ileinis, psicóloga Pós-Doutora em Saúde Pública, Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim, juiz de direito, Doutorando em Direito, especialista em Ciências Criminais (PE), com mediação do advogado Ricardo Henrique Hoffmann.

A palestrante e pesquisadora Yarlenis Ileinis Mestra Malfrán falou sobre a intersecção entre a migração latino-americana e a saúde, além de compartilhar suas experiências como uma mulher migrante e os desdobramentos políticos a partir dessa relação com o objetivo de pensar formas de acolhimento para essa população, para que transformem radicalmente as matrizes

de dominação como o racismo e a xenofobia.

“É super importante a gente poder falar um pouco de uma população específica da qual eu mesma faço parte. Eu sou estrangeira, morando no Brasil, vim em 2017 fazer doutorado na UFSC e fiz um pós-doc na Universidade de São Paulo. Sou migrante, faço parte de uma população de migrantes latino-americanos e caribenhos. Precisamos pensar no acesso dessa população a políticas públicas de saúde, pois, no contexto da pandemia, nós não fomos inseridos e tivemos muitas dificuldades. A xenofobia opera como um código no estabelecimento de fronteiras internacionais e coopera com um sistema de estratificação da humanidade”, explica Malfrán.

Para analisarmos o contexto de vulnerabilidades sociais relacionadas aos Povos Indígenas, tema que integra a mesa, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), revela que no Brasil existem 305 Povos Indígenas, falantes de 274 línguas, uma grande riqueza cultural presente em todos os estados do país.



No relato como mulher indígena, a convidada Ingrid Sateré-Mawé, professora, bióloga, matemática, comunicadora social, liderança indígena membra da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) pertence à etnia Sateré-Mawé (AM), conta que é migrante e moradora de Santa Catarina há 15 anos. Em sua fala, revela as reivindicações pautadas pelos povos originários na atualidade.

“É muito importante ressaltar que para nós, Povos Indígenas, nunca existiu democracia. Para a população indígena isso é algo ainda muito distante, mas a gente sabe que existe. É necessário visualizar o que de fato está acontecendo para compreender as violações direcionadas aos corpos dos povos indígenas. São assassinatos, chacinas, massacres, envenenamentos, prisões ilegais, torturas, violências psicológicas, intimidação, ameaças, despejos violentos, escravidão, estupros, campanhas difamatórias, aculturação, preconceitos. Não temos como garantir os direitos sem a demarcação dos territórios”, denuncia a indígena.

O palestrante convidado Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim (PE), juiz de direito que integrou a mesa, é Doutorando em Direito, especialista em Ciências Criminais, e falou, além de outros temas, sobre o exercício da democracia enfatizando o caráter excludente da justiça penal, negociada para menor potencial ofensivo, em que os processos podem tramitar mais rapidamente na vara criminal, por meio da transição penal, da delação premiada e do acordo de percepção penal desconsiderando os direitos fundamentais.

“A justiça penal negociada se baseia em dois pilares e os dois são falsos: igualdade das partes e celeridade. E pode haver justiça negociada em qualquer ramo, penal, civil ou trabalhista. A gente precisa admitir que há uma negociação livre e equânime entre as partes que estão naquele negócio. E não o Estado estar tutelando em coação moral ou física, pois o Estado estaria tutelando uma injustiça e não uma justiça. O Estado admite que uma pessoa em situação de fragilidade negocie os seus direitos garantidos pela Lei e pela Constituição com outra parte mais forte. A gente está tutelando uma injustiça social”, analisa Amorim.

22 de novembro de 2022

Liberdades sexuais, gênero e feminismos nas relações humanas

Foto: Sérgio Deucher



Após o primeiro debate, a partir das 20h30 aconteceu a segunda mesa intitulada **Liberdades sexuais, gênero e feminismo nas relações humanas**, com a advogada Daniela Felix (SC), Mestra em Direito, o advogado Paulo Roberto Iotti Vecchiatti (SP), Doutor e Mestre em Direito, pós-graduado em Direito Constitucional e em Direito da Diversidade, a bibliotecária Maria Zanela (SC), Doutoranda em Educação e Mestra em Serviço Social, com mediação de Retijane Popelier da ACAD.

Para a advogada Daniela Felix as violências dos últimos anos atacaram as liberdades sexuais e reprodutivas, suprimindo direitos até então assegurados e extinguindo políticas públicas. Segundo ela, o desafio daqui para frente é discutir essas temáticas e construir novos caminhos por meio de diagnósticos contextuais para a reivindicação de direitos.

“Falar de liberdades sexuais, gêneros, feminismos e relações humanas é um desafio imenso. É uma tarefa muito complexa essas análises no contexto de um estado de exceção direcionado às liberdades sexuais, reprodutivas e a todas

as minorias oprimidas da nossa sociedade. A gente vê que tudo que conquistamos pós 1988, no contexto dos direitos humanos, direitos das mulheres e violência foram suprimidos, extintos, e todas as fontes de financiamento de políticas públicas reduzidas ao máximo. A lógica da política foi essa. E a própria academia, as instituições de ensino, as escolas, pautam-se pelo seu conservadorismo em temas como ‘escola sem partido’ que, na realidade, tem um partido muito definido, uma política ideológica extremamente pautada no fundamentalismo religioso. É uma gama de violências que ao longo desses últimos anos atacaram as nossas liberdades”, comenta Felix.

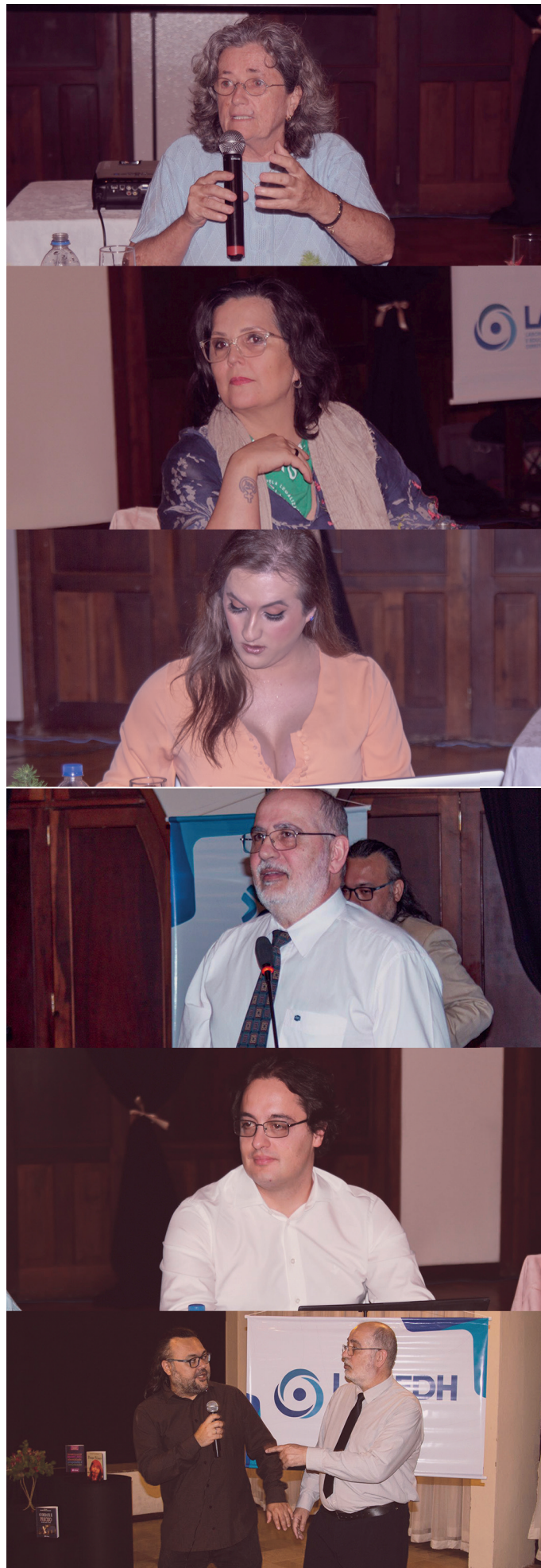
Corroborando com a temática abordada, a pesquisadora Maria Zanela considera que as vivências trans e travestis precisam fazer parte dos processos educativos no cotidiano das instituições de ensino para que se possa trabalhar contra a LGBTfobia e o racismo em nossa sociedade, diminuindo as opressões direcionadas para essa parcela da população brasileira, a que mais sofre violência no país.

“Olhando para a minha história de vida, para a minha experiência como pesquisadora, ativista e intelectual em desenvolvimento, eu penso muito no poder da práxis, e o quanto a gente bebe de teoria, mas não aplica isso no nosso cotidiano. Que vocês levem para o cotidiano um intento de sociedade que dê conta de opressão, de preconceitos e discriminações. Ser antiLGBTfóbico, ser antirracista é responsabilidade de toda uma sociedade. Fazendo uma relação entre Direitos Humanos e Educação, como podemos pensar uma sociedade que consiga conceber esses intercruzamentos?”, questiona Zanela.

O advogado Paulo Iotti, tem atuado no Supremo Tribunal Federal (STF) com direitos humanos LGBTQIAPN+. No evento falou sobre as liberdades sexuais, explicando que o direito de liberdade é o direito de se fazer o que se quiser, desde que não prejudique terceiros. Afirmou que o Estado Nacional não tem o direito de discriminar as pessoas LGBTQIAPN+.

“Pontuei as várias vitórias que a gente teve no STF sobre a união homoafetiva como família, o direito de pessoas trans na sua identidade ter o seu documento independente de cirurgia, laudos e ação. E como no mundo, principalmente em países fundamentalistas na ONU, defendem que direitos da diversidade sexual não seriam direitos humanos. Mostra como muita gente ainda quer nos punir e nos discriminar pelo fato de exercermos o nosso afeto com pessoas do mesmo sexo ou querer adequar o nosso corpo à nossa identidade de gênero, no caso das pessoas trans. A ideia foi pontuar um pouco as questões do Supremo, mas falar do direito de liberdade sexual, em que o básico é ter consenso entre pessoas de igual capacidade. Das pessoas maiores e capazes que querem se relacionar entre si, seja em uma relação sexual casual ou uma comunhão plena de vida. O Estado não tem que discriminar as pessoas por isso”, diz Iotti.

A integrante do grupo Famílias do Amor Incondicional - FAMI, Rosângela Bernegózzio, de Blumenau (SC), lembra que o Brasil é o país



mais violento do mundo com pessoas LGBT-QIAPN+, e que discutir essas temáticas relacionadas à Educação é um caminho possível para a segurança dos filhos.

“Estamos aqui hoje pelo apoio que a gente recebe da FAMI porque é um grupo que nos dá suporte, para os nossos filhos. E para os pais é importante ver isso, esse movimento na sociedade para o futuro dos nossos filhos. Pra gente é muito importante discutir os temas sobre direitos humanos porque o Brasil é conhecido como o país que mais mata pessoas LGBT. É importante que a sociedade acorde e veja as diferenças, aprenda a respeitá-las que os nossos filhos tenham um futuro melhor”, relata a integrante da FAMI.

Integrando o público do evento, Isabele Basso, da 2ª fase do Curso de Direito da UNIFE-
BE, afirmou que os estudantes foram motivados a participar do Congresso para aprofundar os seus conhecimentos relacionados aos direitos humanos para dar continuidade ao seu processo educativo.

“Fomos motivados por causa dos nossos professores que nos convidaram em razão da importância do tema. Conversando com os nossos colegas de classe entendemos que mesmo

hoje em dia é muito pertinente relembrar destes assuntos e voltar nesta temática porque infelizmente há pessoas que sofrem com isso e a gente não consegue mais admitir. Se a cada sementinha plantada florescer, mudar a cabeça de alguém, acho que já funciona, já vale a pena e o evento já nos motiva à mudança”, declara Basso.

A estudante Luciana Pinheiro, da 2º fase do Curso de Direito da UNIFE-
BE, contou que acredita em conhecimentos adquiridos para promover e contribuir com os direitos humanos como parte do papel da advocacia na sociedade, e que espera contribuir com isso.

“O meu interesse sempre foi estudar direito, mas acabei optando por administração com ênfase em marketing. Agora eu estou com 50 anos, estudando os nossos direitos porque eu acredito que é muito importante para a nossa vida, para o nosso cotidiano, para a nossa família. Eu acho que cada vez mais temos que lutar pelos direitos humanos, temos que ter conhecimentos, adquirir os livros e ler porque é um conteúdo muito importante. E aproveitar esses congressos e palestras para buscar mais conhecimentos e conhecer outras realidades para promover direitos”, comenta Pinheiro.

Fotos: Sérgio Deucher



**Assista ao vídeo produzido
pela FAMI e Coletivo Clã**



>> ACESSE

23 de novembro de 2022

A questão central da etnia no Brasil e o racismo estruturante

Foto: Sérgio Deucher



Em 23 de novembro, quarta-feira, às 19 horas, ocorreu a mesa intitulada **A questão central da etnia no Brasil e o racismo estruturante**, com a participação do pesquisador Adilson José Moreira (SP), Doutor e Mestre em Direito em Harvard e Doutor e Mestre em Direito em Yale, da advogada Fayda Belo da Costa Gomes (ES), Especialista em Direito Processual Penal e em Ensino Superior, da escritora Joice Berth (SP), Arquiteta e Urbanista, como mediação da advogada e professora da UNIFEFE, Daíra Andrea de Jesus.

A palestrante Joice Berth, arquiteta urbanista, assessora parlamentar, comunicadora, psicanalista em formação, lembra que os direitos humanos devem ser a base de todas as políticas públicas, que é necessário promover o acesso à informação em uma discussão ampla e geral com toda a sociedade.

“Direitos humanos é a base de toda e qualquer discussão sobre política pública, sobre avanço na sociedade, sobre transformação so-

cial. As pessoas confundem, acham que direitos humanos têm a ver com esse ou aquele partido, mas está muito além da questão partidária. É a discussão que vai falar sobre as nossas vidas em sociedade, o que podemos ou não fazer, aquilo que é nosso direito ou não é nosso direito e, principalmente, os danos que podemos sofrer vivendo em uma sociedade que não teria regras se não fossem os Direitos Humanos para nortear as nossas relações sociais. Estamos em uma fase de fomentar as discussões, levando informação, elucidação sobre as mais variadas camadas da sociedade, sobre diversidade que fala sobre todos nós”, ressalta Berth.

A advogada criminalista Fayda Belo da Costa Gomes, palestrante especialista em crimes de gênero, direitos humanos antidiscriminatório e feminicídio, analisa que discutir sobre o racismo é fundamental, considerando a realidade do Brasil atual, e pontua a necessidade da criação de ferramentas para combater esse mal.

“Os direitos humanos para muita gente, de



uma maneira equivocada, pensam que na verdade se trata de direitos 'dos negros', mas ele estuda o direito de todas as pessoas, não importa se é alguém em cárcere ou uma mulher vítima de violência. Estar em um evento no qual houve uma mesa que inseriu o racismo como tema é muito relevante, já que vivemos em um Brasil que nega o racismo, mas é racista todos os dias. Estar em um evento debatendo a importância de se criar instrumentos, mecanismos para combater esse mal que nos tira os direitos e nos rouba a vida todos os dias é de extrema importância. Foi uma mesa ao lado de gigantes e que, com certeza, fará a diferença não só para aqueles que estiveram presentes, mas para todos que residem aqui no Sul", completa Gomes.

O pesquisador Adilson José Moreira, Doutor e Mestre em Direito em Harvard, Doutor e Mestre em Direito em Yale, apresentou os resultados parciais de uma pesquisa que está desenvolvendo sobre discriminação estética e segregação espacial no ambiente de trabalho, analisando centenas de decisões judiciais sobre discriminação dessa natureza em tribunais regionais de todo país. Para ele, a pesquisa releva o caráter estrutural do racismo.

"Estou especialmente focado em tribunais que correspondem a regiões do país com maior número de pessoas negras, pessoas asiáticas e pessoas indígenas. **O resultado mostra que esse problema da discriminação estética tem como objetivo tornar o corpo de funcionários racialmente, fisicamente uniforme, e que isso tem um impacto significativo na vida das pessoas, de pessoas negras, de pessoas obesas, de pessoas com deficiência.** Porque ao serem relegadas, ao sofrerem esse problema da segregação espacial elas também são obrigadas a ocupar posições e funções com menor remuneração. Isso é um problema bastante presente na realidade brasileira que afeta pessoas negras e afeta pessoas brancas também, que ajuda a reproduzir esse caráter estrutural do racismo", analisa Moreira.

A vereadora de Brusque, Marlina Oliveira (PT), eleita no ano de 2020, é a primeira mulher negra a ocupar a vaga em uma cadeira no legislativo municipal, sendo a sexta mulher a estar nesse espaço de poder, a Câmara Municipal de Vereadores. De acordo com ela, o debate sobre direitos humanos é insurgente e convoca todos os integrantes da sociedade.

“Esse Congresso no município de Brusque é muito insurgente. Convoca as minorias ‘maiorias’ para dialogar, para estabelecer o debate. Estar aqui é muito importante pelas pessoas que passaram nesse Congresso, os debates são muito importantes, muito ricos, com nomes muito expressivos no cenário. Eu não tenho dúvida que trouxe, especialmente aos acadêmicos, aos operadores do direito, aos militantes dos direitos humanos, uma perspectiva muito importante sobre essa pauta que a gente tanto viu ser depreciada por um período de tempo ou colocada como algo de menor importância”, analisa a ve-readora.

A professora do Curso de Direito da UNIFE-BE, Gislaïne Carpena, considera o debate importante para os acadêmicos nas discussões que pautam o racismo e as estruturas que o propagam, pois, para ela, somente o conhecimento vai gerar a inclusão.

“O evento agrega aos acadêmicos a discussão acerca dos direitos humanos, especialmente uma questão tão delicada quanto à questão racial na nossa cidade, na nossa comunidade, onde ainda a gente encontra e se depara com muita resistência à atuação dessas pessoas no meio. Somente esse debate, essa discussão vai possibilitar novos olhares para essas pessoas e a sua inclusão efetiva no nosso meio”, analisa a Carpena.

O estudante Wellington Pereira Silva, da 7ª fase do Curso de Direito da UNIAVAN em Itape-ma, fala sobre os motivos que o levaram a participar do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais em Brusque.

“Uma das principais motivações de estar aqui hoje foi um convite do Professor Dr. Luiz Fernando Ozawa que nos instiga bastante a ter esse tipo de participação em debates. Ao conhecer o Congresso percebemos que são pessoas de renome nessa área e é de suma importância termos esse contato para ter uma formação, sobretudo, voltada mais para o ser humano. Temos a tecnicidade na faculdade, mas eventos como esse contribuem na nossa formação como acadêmico e como ser humano nos diversos âmbitos nos quais procuramos atuar”, declara o estudante.

A conselheira estadual da sociedade civil do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Paraná, Bernadete Del Molin Schenatto, professora aposentada da área de Língua Portuguesa

e Literatura Brasileira, e que já atuou na gestão da Educação na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conta os motivos que a levaram a participar do Congresso. Para ela, o etarismo é uma forma de discriminação que precisa ser considerada nos debates.

“É muito importante retomarmos às discussões sobre direitos humanos porque é um direito natural que nós temos e que se funda na liberdade das pessoas. Toda essa discussão que acontece no Congresso, ela procura mostrar para todos nós exatamente isso, que cada um de nós é um ser livre, único e com a sua individualidade, e isso deve ser respeitado. É essa identidade tão peculiar que faz a beleza do universo e da humanidade. Todos somos diferentes, com o direito a sermos diferentes uns dos outros e a sermos respeitados pelas nossas escolhas, pelas nossas características e condições. Temos muito a questão do idadismo. A nossa sociedade infelizmente discrimina quem já tem uma idade a mais porque o padrão aceito é das pessoas belas, jovens, bem formatadinhas. Sabemos que a natureza tem ciclos e ela vai nos tornando diferentes nesse processo. A sociedade precisa compreender que nós continuamos sendo indivíduos de direitos apesar de a idade que nós possamos ter”, conclui Schenatto.

Às 20h30 foi realizada a mesa **Jurisdição constitucional em tempos de violações de garantias**, com mediação da Professora Dra. Anna Lúcia Martins Mattoso e Professor Dr. Leonardo Maestri, participação on-line de Ruy Samuel Espíndola (SC), Mestre em Direito, advogado e Ingo Wolfgang Sarlet (RS), Pós-Doutor e Doutor pela Ludwig Maximilians-Universität Munique, Mestre em Direito, ex-Desembargador, pesquisador.

Foto: Sérgio Deucher



Artigo Artigo Artigo Artigo Artigo

Estado Democrático de Direito

Sofia Fantini
Acadêmica da 6ª fase de Direito

Sendo um Estado Democrático de Direito, no Brasil é assegurado aos cidadãos, na própria Constituição de 1988, chamada “cidadã”, os direitos fundamentais, entre eles os direitos sociais. Consoante a Carta Magna, em seu art. 6º, os direitos sociais são a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Nesse ínterim, sabe-se que os direitos sociais inseridos na Lei Maior têm como objetivo, isto é, como finalidade prática minimizar as disparidades sociais no território nacional, garantindo qualidade de vida aos cidadãos, em consonância com assegurar a dignidade da pessoa humana.

Todavia, resta claro que para a efetivação dos direitos positivados, faz-se necessária a atuação do Estado, o qual tem obrigação de garanti-los por meio de medidas práticas. Dessa forma, cabe destacar as ações afirmativas, as quais são políticas públicas governamentais com o intuito de amenizar desigualdades historicamente estabelecidas, o que demonstra uma forma de exercer a responsabilidade intrínseca do Estado nas questões sociais, resguardada pela CF/88.

Em contrapartida, urge ressaltar que o que vem ocorrendo na contemporaneidade consiste em uma espécie de “desresponsabilização do Estado com as garantias de direitos e as políticas sociais”. Isso ocorre, em grande parte, devido à precarização dos serviços públicos, a qual advém tanto da negligência de políticos quanto da ques-

tão dos direitos sociais, bem como da nociva - e enraizada – corrupção do sistema, que gera desvio de verbas públicas destinadas à saúde, educação, transporte, moradia etc., para o bolso dos detentores de poder (e, principalmente, dos detentores de muitos “reais”).

A iniciativa privada, portanto, ganhou destaque em proporcionar acesso aos direitos dos cidadãos. Assim, escolas privadas estão sempre em destaque nos alunos inseridos em melhores universidades, hospitais privados recebem destaque pela eficiência, concessões de vias públicas mediante pedágio de empresas privadas ganham destaque por boas rodovias, etc.

Contudo, há o paradoxo no panorama da questão: se os direitos sociais estão inseridos na Constituição Federal como forma de amenizar as discrepâncias econômicas e sociais no Brasil, uma das principais mazelas em nossa sociedade, por que os cidadãos, na tentativa de exercer esses direitos, necessitam recorrer à esfera privada?

A situação supramencionada prejudica diretamente os menos favorecidos, isto é, os mais pobres, os quais, de forma totalmente incongruente, os direitos sociais deveriam proteger. Urge, sendo assim, que o Estado realize investimentos nas esferas em análise, a fim de promover o bem-estar para todos, de forma igualitária, respeitando as máximas constitucionais que regem o país.

Ora, hialino e trágico que, na realidade, com a “desresponsabilidade” estatal em garantir os direitos, não há, evidentemente, garantia de direito algum.

Entrevistas LACEDH-UNIFEBE

ENTREVISTA

Luiz Fernando Ozawa é entrevistado pelo LACEDH

Foto: Divulgação Dr. Luiz Fernando Ozawa



Entre 21 e 23 de novembro aconteceu em Brusque o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais. Entre as instituições parceiras estão a ACAD - Associação Catarinense de Advogados pela Democracia, o Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH) e o Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

O Coordenador Geral do evento, Dr Luiz Fernando Ozawa, é Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito Constitucional e Teoria dos Direitos Fundamentais (2020); Doutor em Ciências Jurídicas - Teoria e Filosofia do Direito - na Pontifícia Universidad Católica Argentina (UCA), em Buenos Aires, Argentina (2020); Mestre em Gestão de Políticas Públicas - Instituições, Cultura e Sustentabilidade (PMGPP/UNIVALI); Bacharel em Direito (UNIVALI) (2004), pesquisador em projetos institucionais, professor universitário na Graduação e advogado militante na cidade de Balneário Camboriú (SC).

Em entrevista ao Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE) Ozawa falou sobre o objetivo do encontro, das temáticas que foram abordadas, dos palestrantes convidados, entre outras informações relevantes.

LACEDH - Dr Luiz Fernando Ozawa, o senhor poderia nos explicar qual é o principal objetivo do evento?

Dr Luiz Fernando Ozawa: O objetivo geral do evento era debater temas sensíveis na sociedade que são os direitos humanos e as garantias fundamentais constitucionais brasileiras. Os temas são sensíveis porque não são temas de direita ou de esquerda, são temas fundamentais da própria existência do ser humano e de sua organização social enquanto comunidade.

O Brasil foi signatário da Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e como signatário, devemos cumprir toda a sistemática dos direitos humanos que é transnacional, é um direito internacional que vários países aderem a essa declaração. Depois teve o Pacto de San José da Costa Rica, a Declaração Interamericana de Direitos Humanos e, finalmente, a Constituição da República de 1988 que também traz uma série de garantias de direitos humanos em seu próprio texto.

O objetivo do Congresso foi unir pensadores, atores sociais, professores, alunos e a sociedade civil organizada para discutir esse tema tão relevante e crucial nesta quadra histórica em

que a gente assiste, tanto no Brasil quanto no mundo, violações de todas as naturezas, de gênero, de relações econômicas, violações políticas e várias violações de direitos humanos que acabam atentando a nossa própria paz social.

LACEDH - Quais foram os motivos que levaram a equipe organizadora a trazer o evento para Brusque?

Dr Luiz Fernando Ozawa: Primeiro porque a UNIFEBE tem em sua tradição na escola do Direito, na sua história, fomentado esse tipo de evento dessa magnitude, em especial por meio do Laboratório de pesquisa e extensão nesta área de Direitos Humanos na UNIFEBE, capitaneada pelo Professor Ricardo Vianna Hoffmann a quem eu rendo as minhas homenagens porque é um grande pesquisador nessa área.

A UNIFEBE tem a tradição de trazer pesquisadores para debater a questão das mulheres, a questão racial, a questão econômica, étnica, tudo baseado nas normas jurídicas transnacionais.

Brusque é uma cidade que foi berço do voto eletrônico no Brasil, é o berço de vários juristas importantes. Então Brusque, este ano, pela primeira vez sediou o Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais. A gente teve uma expectativa muito alta a respeito da resposta de Brusque a esse evento.

LACEDH - Você poderia nos contar como foi a escolha dos palestrantes?

Dr Luiz Fernando Ozawa: A gente costuma chamar para o Congresso Nacional pensadores, expoentes, autores de livros, como seria o caso este ano do Ingo Wolfgang Sarlet, Prêmio Jabuti de Literatura, é um dos pensadores mais citados no Brasil e no mundo sobre direitos fundamentais. É um jurista, um ex-juiz, desembargador do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul e é uma referência nessa área.

Outra pessoa que a gente está trazendo este ano é a jurista Flávia Piovesan, doutora na área, já foi comissária do Comissariado de Direitos Humanos da América Latina, ela também tem uma dezena de obras publicadas e livros nesta área de direitos humanos e garantias fundamentais.

A escolha passa por uma análise teórica de quanto a pessoa contribuiu para a área e outras

circunstâncias que estão diretamente ligadas com os direitos humanos. A gente tenta misturar um pouco, fazer uma mistura de cores para esse *line up*, essa linha de frente desses palestrantes que virão de fora em nível nacional.

A gente costuma tentar privilegiar a questão étnica, a questão de gênero, a questão regional também trazendo juristas do país, de outros estados. Tem o Professor Adilson Moreira que também escreve, é um cara excepcional, tem doutorado no exterior, um homem referência na questão da negritude. A gente tenta privilegiar este tecido social multicolorido e trazer pessoas de referência teórica e prática nessa área.

LACEDH - E como foi a escolha da temática principal do evento?

Dr Luiz Fernando Ozawa: Todo ano requer uma análise do que está mais sensível na pauta social. Este ano nós estamos trazendo quatro temas gerais, quatro eixos, que vão pautar as mesas que serão compostas. Uma delas vai falar sobre a questão racial e étnica, a outra deve abordar a questão das liberdades sexuais e gênero, e a terceira mesa deve pautar a questão da jurisdição constitucional, e mais uma quarta mesa que deve falar sobre a questão da inclusão de quem ainda não está incluso na sociedade. Tentamos não limitar tanto os debates, tentar afunilar ele dentro desses quatro eixos principais neste ano.

LACEDH - Quais consequências do encontro desses atores sociais que vocês esperavam com o evento?

Dr Luiz Fernando Ozawa: O Congresso já teve várias sedes, roupagens e metodologias. Este ano, como foi uma retomada dos encontros pessoais, a gente reaprendeu a fazer o congresso presencialmente. Nós fizemos o nosso melhor oferecendo os melhores professores da área, os melhores atores sociais da área, por um valor acessível para que toda a sociedade pudesse participar mesmo.

Nós organizamos o congresso de uma maneira que os patrocinadores, as instituições contribuísem o máximo possível para conseguirmos oferecer um valor mínimo para a boa presença de público. Não foi um congresso político, foi um congresso jurídico, social, e suprapartidário e marcou a história da cidade.

ENTREVISTA

Reitora Rosemari Glatz é entrevistada pelo LACEDH

Foto: Divulgação UNIFEBE



Para acolher e promover a educação em direitos humanos de forma local, a Reitora da UNIFEBE, Rosemari Glatz, confirmou o apoio da instituição na organização do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais.

Glatz é escritora, pesquisadora, professora universitária e funcionária pública federal aposentada. Em 2020 recebeu o título de Cidadã Honorária de Brusque. Foi diplomada com o título *Ad Immortalitatem*, como titular da Cadeira Perpétua número 02, da Academia de Letras do Brasil do Estado de Santa Catarina Seccional Guabiruba (ALEG). É Vice-Presidente da Academia de Letras do Brasil do Estado de Santa Catarina Seccional Guabiruba (ALEG), e Vice-Presidente da Associação Visite Guabiruba (AVIGUA). É Diretora para Assuntos Comunitários e integra o Conselho Deliberativo da As-

sociação Empresarial de Brusque, Guabiruba e Botuverá (ACIBR). Integra o Conselho Deliberativo da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).

Em entrevista ao Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH) Glatz declarou o apoio da UNIFEBE ao evento e reafirmou o compromisso da instituição com as temáticas que foram abordadas no congresso. “Foi uma oportunidade muito rica para evoluirmos em temas que precisam ser discutidos em prol de uma sociedade melhor e mais igual”, afirma a reitora.

LACEDH - Quais os motivos que levaram a UNIFEBE a apoiar o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais que foi realizado pela primeira vez na cidade?

Reitora Rosemari Glatz: O Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Educacional de Brusque – FEBE, fundada em 15 de janeiro de 1973, e que tem como Missão “Atuar no Ensino Superior desenvolvendo seres humanos comprometidos com a qualidade de vida”. Nesse sentido, apoiar o 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais, que em 2022 aconteceu pela primeira vez em Brusque, significa apoiar uma ação que está alinhada com a missão da Instituição. Significa, ainda, apoiar a discussão madura e de alto nível daquilo que está contido nos direitos inatos e inalienáveis do ser humano, ou seja, dos direitos humanos como direitos do Homem, e das Garantias Fundamentais inspiradas nos pactos e acordos de direitos humanos.

LACEDH - De que forma o exercício da cidadania e a atuação em prol dos direitos humanos podem contribuir para uma sociedade melhor?

Reitora Rosemari Glatz: Já foi dito que ninguém nasce cidadão, mas se torna cidadão pela educação, pois a educação atualiza a inclinação potencial e natural das pessoas à vida comunitária ou social. Cidadania é um processo em contínuo desenvolvimento, que precisa ser “alimentado e exercitado continuamente” para se desenvolver e solidificar. Mas é importante que se ressalte que os direitos humanos caminham par-e-passo ao lado dos deveres humanos, no respeito dos limites individuais e coletivos. Nesse sentido, o direito de um vai até onde também começa o direito do outro. O coletivo se sobrepõe ao individual. O equilíbrio entre direitos e deveres, individual e coletivo, público e privado é essencial para que o exercício da cidadania resulte numa sociedade melhor e precisa ser exercitado pela educação. Precisamos compreender que o coletivo se sobrepõe ao individual, e que direitos e deveres devem ser complementares para que a sociedade evolua e o mundo se torne um lugar melhor para todos, e o caminho ainda é longo.

LACEDH - Qual a importância do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH para a UNIFEBE?

Reitora Rosemari Glatz: A UNIFEBE é uma Instituição de Ensino Superior consolidada, com

relevantes contribuições no campo da educação e na formação social, política e econômica de Brusque e região. E assim como cidadania e educação sempre estiveram e continuam em permanente construção indissociável, pois são referenciais de conquistas da humanidade, também o Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH da UNIFEBE é dela indissociável. O LACEDH da UNIFEBE representa uma verdadeira riqueza para a sociedade.

LACEDH - Como você analisa a atuação do LACEDH na comunidade com suas diversas temáticas como idosos, mulheres, pessoas com deficiência, negros, indígenas, LGBT?

Reitora Rosemari Glatz: Desde a sua constituição, o Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos LACEDH do Centro Universitário de Brusque UNIFEBE apresenta grande evolução e, cada vez mais, envolve atores que se preocupam em atuar, voluntariamente, em ações que contribuem para a evolução da sociedade pelo exercício da cidadania. São diversas temáticas que têm sido desenvolvidas, e representa uma evolução que passa pela educação, e pelo exercício do despertar de que todos somos iguais perante Deus. E esse é o grande desafio: nos enxergarmos como iguais, mas dedicar especial atenção àqueles que, naquele momento que a sociedade vive, precisam de uma atenção especial. Considero que, pela realidade da região na qual estamos inseridos, as temáticas relacionadas aos idosos requerem de nós atenção especial, pois vivemos em cidades longevas, com baixos índices de natalidade, com altíssimos índices de empregabilidade, e em que, cada vez mais as pessoas têm menos tempo para cuidar dos seus idosos. A questão é urgente e requer nosso empenho e cuidado.



ACESSO

ENTREVISTA

Jurista Flávia Piovesan é entrevistada pelo LACEDH

Foto: Reprodução



A advogada e jurista brasileira Flávia Cristina Piovesan, professora e doutora em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é procuradora do Estado de São Paulo. Conhecida por sua atuação voltada aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional, fez parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018-2021), e ocupou cargo de Secretária Especial de Direitos Humanos do Brasil (2016- 2017).

Piovesan ministrou de forma on-line a aula magna da solenidade de abertura do 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais que ocorreu entre os dias 21 e 23 de novembro, na Sociedade Esportiva Bandeirante em Brusque. O evento foi uma iniciativa do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos (LACEDH-UNIFEBE) e da Associação Catarinense dos Advogados pela Democracia (ACAD) com apoio do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

Em entrevista ao LACEDH-UNIFEBE Flávia Piovesan afirmou que o Congresso é um momento estratégico para que se possa avançar na

educação em direitos humanos e na democracia do estado de direito no Brasil.

LACEDH - Flávia, conte-nos um pouco como foi o percurso que levou você a trabalhar em prol dos Direitos Humanos? Quais os seus objetivos e as motivações?

Flávia Piovesan: De um lado eu creio que foi esse sentimento de indignação em face das injustiças; por outro lado, a esperança em transformar a realidade.

LACEDH - Como foi a sua participação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos? Que momento você destacaria no período em que integrou a CIDH?

Flávia Piovesan: Eu sou apaixonada pelo Sistema Interamericano e para mim foi uma dádiva poder ter servido ao mandato na Comissão Interamericana no ano de 2018 a 2021. Um mandato hemisférico de promover e proteger os direitos humanos na região, envolvendo 35 países na América do Norte, Central, Caribe e América do Sul.

LACEDH - Historicamente o Brasil é um país subdesenvolvido em razão de ter o seu território colonizado por países europeus, inserido em um contexto latino-americano de exploração de recursos primários. Na atualidade, como você vê o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas, socioambientais e de gênero? Quais os caminhos de atuação devem ser estimulados para a promoção dos direitos humanos?

Flávia Piovesan: De fato, nós carregamos desafios estruturais na região. Somos a região mais desigual do mundo, além disso, sofremos com a epidêmica violência e com o déficit democrático. A pandemia ainda agravou esses desafios estruturais e, eu creio, na potência e impotência do direito. Nós temos que, ao máximo, fazer do direito um instrumento de transformação social. E, nesse sentido, temos uma Constituição absolutamente progressista, avançada no campo dos direitos, temos o Sistema Interamericano como nosso aliado em prol da democracia, direitos humanos e estado de direito. Temos instrumentos para contribuir para a inclusão social.

LACEDH - Quais as ferramentas que podem ser utilizadas para combater as violações de direitos humanos em uma escala local e também transnacional?

Flávia Piovesan: Eu creio que nós temos instrumentos nacionais e internacionais, temos que somar essas ferramentas para permitir, intensificar e fortalecer a luta por direitos e por justiça.

LACEDH - Qual o impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na Proteção da População LGBTIAPQN+ e dos Povos Indígenas em um contexto local?

Flávia Piovesan: Eu tive a honra de ser relatora para os direitos das pessoas LGBTQIAPQN+ por quatro anos na região e vejo que o Sistema Interamericano presta uma contribuição extraordinária ao difundir padrões interamericanos a respeito do *right to be*, o direito de ser. Nem mais nem menos, mas o direito de ser e desenvolver a personalidade humana de forma livre, autônoma e plena. Portanto, temos o direito de ser. Eu creio que a Corte Interamericana constrói essa argumentação porque é um direito de todos nós conferirmos sentido à nossa existência.

Quanto aos Povos Indígenas, o Sistema Inte-

ramericano tem a jurisprudência mais avançada do mundo na matéria, protegendo o direito e a identidade cultural, protegendo o direito à terra na dimensão coletiva e o direito à consulta livre prévia e informada com relação a decisões que afetem povos indígenas e seus direitos.

LACEDH - Para você, qual a importância da Educação em Direitos Humanos?

Flávia Piovesan: Tem um papel central porque a Educação é um direito humano em si mesmo, mas é um direito de empoderamento que impacta o exercício dos outros direitos. Então nós temos que, cada vez mais, cultivar a educação em direitos humanos e temos que responder com paz quando temos a guerra, com tolerância quando temos hostilidade, afirmando direitos quando há a negação deles.

LACEDH - Qual a relevância de eventos como 5º Congresso Nacional de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais que acontece este ano em Brusque, Santa Catarina, Brasil?

Flávia Piovesan: O Congresso é um momento especial, estratégico, valioso para que nós possamos avançar no fortalecimento dos direitos humanos, da democracia do estado de direito no nosso Brasil. Então eu queria reconhecer essa iniciativa e dizer que me sinto muito orgulhosa de poder fazer parte dela.

Breve currículo

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Foi Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; da *UN High Level Task Force on the implementation of the right to development*; e do *OAS Working Group* para o monitoramento do Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Eleita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (2018-2021). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Internacional.

<http://lattes.cnpq.br/1701611968664709>

Relatos Relatos Relatos Relatos

Em busca de oportunidades

Por Laura Karina Rodriguez Mota

Houve um tempo em que eu via meus filhos José e Valeri, muito entretidos com os seus afazeres e brincadeiras, como se não se importassem com o que estava acontecendo ao seu redor. Pois eles começavam a brincar próximos a mim e, quando eu recebia uma visita em casa ou falava ao telefone com alguém, pareciam não prestar atenção ao que eu fazia. Mas, a realidade era outra, eles estavam atentos a tudo e, quando a visita ia embora ou eu terminava a ligação, eles se aproximavam de mim e perguntavam: Mamãe, quem foi roubado? Quem era aquela senhora? Por que você deu roupas para ele? Por que você deu comida para ele?

E eu lhes respondia e explicava que a situação pela qual essas pessoas estavam vivendo estava muito difícil. E foi dessa forma que meus filhos tomaram conhecimento dos problemas econômicos, da insegurança e da falta de alimentos que a Venezuela estava passando naquele momento.

À época, eu estava trabalhando e tinha uma situação mais estável e tranquila, por isso podia ajudar. Porém, com o passar do tempo, esses problemas chegaram também à nossa casa. Meu salário foi desvalorizado, não dava mais para pagar todas as contas, então fomos obrigados a reduzir os gastos, primeiro com lazer e consumo e depois com alimentação.

Apesar de o aumento das dificuldades, continuávamos mantendo esperança de que as coisas melhorariam, por isso começamos a vender os poucos objetos de valor que tínhamos para sobreviver. Mas a situação não melhorou. Estava numa condição tão precária que única saída que eu conseguia perceber era vir para o Brasil. Não foi fácil, mas tomei a decisão de deixar meu emprego, mudar minha vida e vir em busca de melhores oportunidades para mim e meus filhos.

No dia em que informei a meus filhos que iríamos partir, eles me perguntaram se toda a família iria também. E ao saber que apenas nós três partiríamos, eles começaram a chorar e me questionaram: “você quer dizer que eu não vou mais ver meus tios, meus primos, nem meus amigos?” Foi difícil vê-los sofrer assim. Eu tinha um nó em minha garganta, mas não podia vaci-

lar, eu era a força deles. Então eu lhes respondi com uma voz firme e forte que sim, mas que eles os carregariam em suas mentes e em seus corações. E no futuro, tudo poderia acontecer. Continuei com discursos motivacionais para animá-los até que chegou o dia em que deixamos o nosso amado país, a Venezuela, em busca de um futuro melhor.

Chegar ao Brasil implicou entrar em uma nova cultura, uma nova língua e uma sociedade que não conhecíamos. Chegamos à Boa Vista, no estado de Roraima, onde morava meu irmão. Ele nos recebeu e, nos dias que se seguiram, acompanhou-nos para organizar os documentos e estar legalmente no Brasil.

Nas visitas que fizemos às entidades encarregadas do protocolo de legalização, pudemos conversar com outros venezuelanos que nos contaram como foram excluídos naquela comunidade brasileira. De suas experiências, contaram-nos que quando passava jogo de futebol pela televisão em bares ou restaurantes, eles se animavam para ir ver e sentir a emoção do jogo, mas eram expulsos com gritos e palavras humilhantes. O mesmo acontecia quando eram contratados para fazer trabalhos diários de limpeza em alguma casa ou jardim e não os pagavam. Isso dificultava o pagamento do aluguel, que acabavam atrasando e, quando informavam aos locadores essas situações, eles não os entendiam, tampouco davam um prazo maior para que cumprissem seus compromissos financeiros. Em vez disso, os donos das casas colocavam todos os seus pertences na rua e os queimavam, deixando-os sem nada.

Havia tantos venezuelanos emigrando para Boa Vista, que suas ruas estavam cheias de compatriotas em busca de trabalho. Alguns andando a pé, outros de bicicleta, mas todos correndo o mesmo risco. Pois havia xenófobos que os atropelavam. Foram muitos casos, alguns tiveram a sorte de permanecer vivos, outros não.

Para resolver esse problema, a ação social do governo de Roraima começou a enviar imigrantes para outros estados com trabalho e casa alugada por três meses para lhes dar a oportunidade de se estabilizarem e, assim, conseguirem sua inclusão no Brasil.

Eu fiquei tão assustada com a situação de

vida que os venezuelanos naquele lugar contavam que, quando finalmente obtivemos nossos documentos, comprei uma passagem para uma cidade do sul do Brasil, onde um de meus sobrinhos morava. Acreditei que dessa forma, estaria longe de um lugar tão xenófobo e excludente. Então, em lágrimas, despedimo-nos de todas as pessoas que nos haviam acompanhado naqueles primeiros dias em terras distantes. Durante a viagem pensei em tudo o que meus compatriotas haviam vivenciado e pedi a Deus que tirasse todo o mal de meu caminho.

Quando chegamos a Florianópolis, fomos recebidos por meu sobrinho, com quem íamos morar. Da capital seguimos para uma cidade mais no interior do estado e, logo nos primeiros dias, pude perceber que era um lugar totalmente diferente daquele que eu havia conhecido. Era

um outro Brasil.

Graças a Deus, meus filhos foram muito bem recebidos em sua nova escola. Estão felizes e já fizeram novos amigos. E eu estou feliz, não só por isso, mas porque estou trabalhando, estudando e sei que com a ajuda de Deus seremos cada dia melhores. Há um futuro à minha frente, há oportunidades.

SOBRE A AUTORA

Laura Karina Rodriguez Mota nasceu em Jusepín, na Venezuela, onde trabalhava na indústria petroleira PDVSA, e veio para Brusque em 2020. Atualmente, trabalha como atendente de cafeteria e está cursando Pedagogia, na Unifebe. Apesar de estar encantada com o que tem aprendido, Laura tem o sonho de ser professora de inglês.

Sonho de Menina

Por Eliane Santos Cunha

– Mãe, eu quero morar na cidade grande, ter muitos amigos e ser rica.

– Filha, a cidade é diferente da roça!

Essa era a fala da minha mãe, quando me ouvia falar o tempo todo de meu desejo de ir para a cidade, de ver as inúmeras lojas e carros, as luzes e prédios, as escolas separadas por turma. Eu estava ansiosa para entrar na escola.

Enfim, o grande dia chegou. Com apenas 7 anos fui para a cidade grande. O meu coração estava cheio de sonhos, e eu acreditava que estava pronta para viver grandes aventuras. Eu não fazia ideia de que havia pessoas que me deixariam triste, nem que sentiria tanta falta da roça.

No primeiro dia de aula, eu vesti animada minha roupa e fui para a escola. Ao chegar, deparei-me com crianças muito diferentes. Algumas me olhavam e diziam “essa menina veio da roça, olha como a roupa dela é!?” Outras me olhavam e comentavam que meu cabelo era ruim. Eu não entendia o que poderia haver de errado com minhas roupas ou meu cabelo. Eu nunca tinha ouvido aquilo antes. Para mim, era para ser lindo.

Qualquer comportamento ou fala de distinção, exclusão, restrição ou preferência por determinada raça, nacionalidade, ascendência, cor ou ética é considerado discriminação racial. (PIMENTA, 2021).

Os dias foram passando e não conseguia fazer amigos, e eu me sentia muito mal. Então, falei com minha mãe e pedi para mudar de escola; minha mãe mudou e foi pior. Na nova escola, eu só usava o cabelo preso, porque meu cabelo “era ruim”. Depois mudaram e começaram a implicar com minha roupa, porque eu não tinha muitas roupas diferentes. Então, como meus pais não tinham dinheiro, eu aceitei a ajuda de minha professora; e, assim, comecei a trabalhar aos 9 anos de idade, fazendo faxina na casa dela, aos sábados em troca de roupas. Era para ser um segredo, mas alguém da escola ficou sabendo e contou para todos, daí começaram a me chamar de “escravinha da professora”.

Eu não tinha idade para entender o que era trabalho infantil, tampouco meus pais tinham conhecimento disso. Trabalhar desde criança na faxina era visto como “normal” para uma criança preta. Tanto pela sociedade, de modo geral, quanto pela própria família. Eu acreditava que a professora estava me ajudando realmente, mas hoje percebo como fui explorada; como minha infância foi roubada.

Até aquele momento, eu continuava sem amigos e triste. O sentimento de revolta fez morada em mim e no lugar do que era belo, de meu sonho de menina, só tinha raiva de tudo. Precisei aprender a sobreviver com aquela dor e me tornei uma criança amarga.

O tempo foi passando, e aos 12 anos descobri que havia a possibilidade de alisar os cabelos. Dessa forma, eu alisei o meu cabelo na esperança de agradar, de ser aceita como qualquer outra menina. Mas o procedimento exigia o uso de um produto químico forte demais. O cabelo ficava lindo, na minha percepção, mas o cheiro incomodava na sala, e os alunos reclamavam. No intervalo, um dos meninos puxou meu cabelo e me chamou de fedorenta, gritando que eu tinha de voltar para o lugar de onde tinha saído. A dor e a raiva cresceram em mim.

Depois desse dia, eu não queria mais voltar para escola. Eu me odiava e odiava tudo que tinha em mim. Mas, ainda assim, com toda dor e tristeza que tinha dentro de mim, eu voltei dia seguinte e continuei. Eu me encolhi, fiquei focada nas aulas, com a cara fechada. Eu estava certa de que, daquela forma, ninguém mexeria comigo. Assim, fui vencendo. Passei todo o processo da escola até terminar o Ensino Médio.

Como uma jovem adulta, eu trabalhava e podia manter o cabelo alisado, para ninguém falar nada. O procedimento de alisamento já tinha evoluído, os produtos químicos já não tinham o cheiro tão forte.

Aos 21 anos tive a oportunidade de me mudar para Santa Catarina. Eu acreditei que seria a oportunidade de me reinventar, de reescrever minha história num lugar diferente, onde as pessoas ainda não me conheciam. Eu não fazia ideia de que aqui seria ainda mais difícil. Estava preparada para sofrer o preconceito por ser uma mulher preta, nordestina e, ainda por cima, ser baiana. Essas marcas já haviam formado em mim uma casca de proteção.

Quando cheguei, fui colocar currículo numa agência para trabalhar e ouvi de uma pessoa a quem havia pedido informação:

– Vocês, que vêm de fora, têm que entender que vão ficar com o que sobra...

Isso me magoou muito, foi um soco no estômago, mas segui em frente. Logo fui chamada e comecei a trabalhar no caixa de um supermercado.

Infelizmente, no ambiente de trabalho, não era muito diferente dos outros lugares por onde passei, pois eu ouvia de clientes e de colegas de trabalho coisas do tipo:

– Essas negras vêm aqui para dar e ter casos com os nossos maridos, são interesseiras.

Crianças que choravam, ficavam apavoradas

e se negavam a ser atendidas por mim por causa de minha cor. E clientes salientes que faziam comentários e piadinhas com conotação sexual.

– O que a baiana tem, será que é quente mesmo.

Passei por outras situações constrangedoras como de ser seguida em supermercado pelo segurança, como se fosse uma ladra; não ser atendida nas lojas, ser ignorada por acharem que não teria condições de comprar algo. E, para piorar ainda mais o meu lado emocional, a raiz do cabelo cresceu e não tinha profissionais especializados em cabelos afros na cidade. Recorri a uma moça, que tentou fazer o alisamento para mim, mas meu cabelo caiu com força total. Perdi mais da metade do meu cabelo. Ficou horrível! Assim, eu fui forçada a deixar meu cabelo crescer, mas o deixava preso. Passava creme para deixar bem baixinho. Pegava os ônibus só quando não tinha muita gente, não queria ouvir ninguém falando de como meu cabelo era. Andava de cabeça baixa, triste, cheia de ansiedade, deprimida mesmo.

O tempo foi passando e eu percebi que tinha dois caminhos: ser uma pessoa frustrada e triste ou ser quem eu nasci para ser, uma vencedora, forte e linda. Escolhi a segunda opção, tomei coragem e decidi mudar. Soltei meu cabelo, ergui minha cabeça e, desde então, nada mais me abalou. No começo, tinha vontade de recuar algumas vezes, mas segui firme. Hoje, não me preocupo com o que vão falar de mim, se gostam da minha cor, da minha roupa ou do meu cabelo. E quando eu acho que tenho que falar, eu falo, não me escondo mais, nem baixo a cabeça. Vou à luta pelo que quero. Amo a minha cor, amo o meu cabelo, amo ser do jeitinho que sou.

Depois de tanto sofrimento, eu descobri a minha verdadeira identidade. Hoje sei quem eu sou. Sou mais uma filha amada de Deus, e eu acredito que foi Deus quem me deu força para viver todo o processo e hoje estar na luta e aproveitando as oportunidades de aprendizagem e crescimento. Afinal, o meu lugar é onde eu quero estar!

SOBRE A AUTORA: Eliane Santos Cunha nasceu em Una, na Bahia, e veio para Brusque em 2012. Está cursando Pedagogia, na Unifebe, e já atua como monitora de ensino na educação infantil. Eliane quer continuar os estudos e se especializar em Psicopedagogia.

O Amor de Filipe

Por Julia Gohr

No ano de 2019, eu tinha completado o Ensino Fundamental numa escola e estava me mudando para outra para cursar o Ensino Médio. Quando cheguei à nova escola, logo no primeiro dia, senti-me muito deslocada e insegura. Estava tão deslocada que assim que bateu o sinal, eu entrei na sala de aula; e foi nesse momento que avistei um aluno com sua professora auxiliar. Logo percebi que ele tinha alguma deficiência. Eu nunca havia vivenciado uma situação dessas. Não conheci nenhum aluno com deficiência na minha antiga turma, ou mesmo na escola. Por isso eu fiquei tão admirada. E minha admiração cresceu quando percebi, durante a aula, como a equipe escolar e os colegas eram amorosos com aquele aluno.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica determinam que o atendimento escolar e os serviços de educação especial devem ser assegurados aos alunos com necessidades educacionais especiais em todo o curso da educação básica. (BRASIL, 2001, p.67). E para ter acesso a esse direito, o aluno precisa ter um professor auxiliar para atendê-lo. Por isso, a presença da professora indicava que aquele aluno tinha algum tipo de dificuldade ou deficiência.

Nosso primeiro contato partiu dele. Ele percebeu, no segundo dia de aula, como eu estava envergonhada e até um pouco excluída do restante da turma que já se conhecia há mais tempo. Ele, então, chegou à sala e foi até mim, estendendo-me a mão num belo cumprimento e me disse oi. Ele comentou que se chamava Filipe, que tinha 15 anos (como eu) e perguntou meu nome. Eu respondi ao cumprimento e respondi à pergunta dele de forma tímida. Mais tarde, acabei procurando a professora auxiliar dele, que contou que ele tinha TDAH e deficiência intelectual.

O TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) é um transtorno neurobiológico de causas genéticas, difícil de se diagnosticar, que se caracteriza pela tríade: desatenção, hiperatividade e impulsividade, que se manifestam geralmente na infância. (BRANDAO, 2021).

Já a deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais. “Essas habilidades estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras [...] Muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem.” (PIMENTA, 2017).

Após nossa conversa pude analisar essas características no Filipe e observei como a professora de apoio o incluía na sala de aula, fazendo com que ele participasse dos mesmos trabalhos que a classe, que ele conversasse com os outros professores durante a aula, respondendo ou fazendo perguntas; e participasse das danças da turma, além de outras atividades.

Daí por diante, em minha rotina, foi adicionada à felicidade de Filipe. Eu o cumprimentava todos os dias. E ele começou a conversar ainda mais comigo, dava-me abraços e até um simples aperto de mão. Ele não faltava um dia sequer, pois amava ir para escola, e todos os dias mandava um áudio no grupo da sala desejando bom dia e falando que estava com saudades de todos nós. Ele não tinha esse contato somente comigo, mas com a turma toda.

Filipe acabou preenchendo nossas aulas com risos e carinhos e me aproximando de todos os colegas da sala. Um dos momentos mais importantes com ele foi em seu aniversário, quando preparamos uma surpresa para ele com balões, cartazes e um bolo. Filipe adorou a surpresa, mas de seu jeito. Eu pensava que ele iria pular de alegria quando chegasse à sala; mas, em vez disso, ele foi direto se sentar em seu lugar, como fazia todos os dias, e cantou os parabéns somente quando chegou ao seu lugar. Eu estranhei, mas depois pude sentir que em qualquer local que ele esteja, vai ser um espaço cheio de amor e alegria.

Outro momento marcante foi em nossa formatura, quando ele foi buscar o certificado dele. Toda a família dele estava presente e festejando muito. Filipe se sentia protegido, amado, incluído, e era um menino radiante.

Ao passar por essa experiência com Filipe, pude perceber a importância de atitudes inclusivas e de respeito e a influência positiva no de-

envolvimento de uma pessoa com deficiência quando a escola, os colegas de classe e a família acolhem e aceitam a pessoa da forma que ela é. Sem preconceitos.

“Como as aves, pessoas são diferentes em seus voos, mas iguais no direito de voar” (Judite Hertal).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP; 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2022.

PIMENTA, Tatiana. Deficiência Intelectual: principais características, sintomas e tratamento. Vittude Blog. Publicado em 9 de agosto de

2017. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/deficiencia-intelectual-caracteristicas-sintomas/>. Acesso em: 12, abr. 2022.

BANDAO, Rui. TDAH: conheça os sintomas, causas e tratamento. ZenKlub Blog. Publicado em 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/transtornos/transtorno-deficit-atencao-com-hiperatividade/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SOBRE A AUTORA

Julia Gohr nasceu em Brusque e está cursando Pedagogia, na Unifebe. Ela atua como estagiária num centro de educação infantil e deseja continuar os estudos para aprofundar os conhecimentos, mas já está onde quer estar: trabalhando na educação infantil.



**COMITÊ DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO**

**Estatuto da Pessoa
Com Deficiência**



>> **ACCESSE**

POEMA

Humanos Direitos Inatos

Mirtzi Lima Ribeiro
mirtzi@gmail.com

Os direitos humanos definidos assim,
Não possuem nem início e nem fim.
Didaticamente deles pode ser asseverado,
Que vem à civilização por um fêmur curado (1).

Eles existem em qualquer ação,
Por toda hipótese de situação.
Dia a dia permeiam a vida,
Que toca em alguma medida.

No toque íntimo entre homem e mulher,
Na sutileza entre homoafetivos,
No envolvimento diário de pais e filhos,
Nas relações laborais e atividades
de chanceler.

No feto que se desenvolve no ventre materno,
No afeto que pode ser rápido ou eterno,
Na amizade que se firma ou na que termina,
Na negociação que inicia ou que culmina.

Onde há situações de vida inteligente,
Todo o cuidado e zelo é pungente.
Viver é ato político que desenvolve
O ser humano na sutileza que o envolve.

Acadêmico ou prático é possível afirmar,
Que sem respeito não há como animar,
A experiência humana de ser e estar,
De agir e criar no ato de se importar.

A criança que vem a esse mundo,
Do materno lar é semente latente,
Que traz em si o potencial vivente,
Adequado a vicejar e ser fecundo.

As normas e bases dos direitos humanos,
Reconhecem e os protegem de atos inumanos.
A sociedade necessita de discricionariedade (2),
Que garanta sua dignidade em sociedade.

1.“Anos atrás, a antropóloga Margaret Mead foi questionada por uma estudante sobre o que ela considerava ser o primeiro sinal de civilização em uma cultura. O aluno esperava que Mead falasse sobre potes de barro, ferramentas para caça, pedras de amolar ou artefatos religiosos. Mas não. Mead disse que a primeira evidência de civilização foi um fêmur fraturado de 15.000 anos encontrado em um sítio arqueológico. O fêmur é o osso mais longo do corpo, ligando o quadril ao joelho. Em sociedades sem os benefícios da medicina moderna, leva cerca de seis semanas de descanso para a cicatrização de uma fratura de fêmur. Este osso em particular foi quebrado e curado”. (Blumenfeld, 2020)

2.“**Discricionariedade** é a opção, a escolha entre duas ou mais alternativas válidas perante o direito (e não somente perante a lei), entre várias hipóteses legais e constitucionalmente possíveis ao caso concreto. Essa escolha se faz segundo critérios próprios como oportunidade, conveniência, justiça, equidade, razoabilidade, interesse público, sintetizados no chamado mérito do ato administrativo.” Dicionário Informal (<https://www.dicionarioinformal.com.br/discricionariedade/>)

VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania e VII Semana de Direitos Humanos e Saúde

POEMA

Dia Internacional dos Direitos humanos 10 de dezembro

“Dia Mundial dos Direitos humanos”
Que abraçam todos os humanos Direitos,
De todos os credos e todos conceitos
Defendendo dos atos que são desumanos.

Existe esse dia porque na verdade
Falta o respeito de alguma classe,
Que carrega ofensa estampada na face
Ferindo o direito e a dignidade.

Adultos, crianças, negros e idosos,
A mulher, o indígena que os inescrupulosos
Mancharam a honra lhes tirando a paz.

Esses dons humanos nos livram da cruz
Justiça para todos os que fazem juz
Que os direitos humanos os deixem iguais.

Amaro.Poeta

The background of the entire image is a smooth, horizontal rainbow gradient. It starts with a deep red on the left, transitions through orange, yellow, green, blue, and ends with a vibrant purple on the right.

III Semana do Orgulho LGBTQIA+

III Semana do Orgulho LGBTQIA+ De 12 a 14 de dezembro de 2022

12/12/2022 Mesa-redonda com o tema: “Sexualidade, preconceito e saúde da população LGBTQIA+”.

Mediadora: Tatiane Vilhena.

Debatedores: Sara Alves Raquel, assistente social, CAPs infantojuvenil de Brusque e José Hermínio de Sant’Anna, psicólogo.

Os temas relacionados aos Direitos Humanos foram debatidos com enfoque nas relações que perpassam a identidade de gênero e a sexualidade como parte da humanidade. Foram discutidos os padrões considerados fora da cisheteronormatividade e que representam uma parcela da população brasileira. Cuidados com a saúde mental, a reivindicação de direitos como o uso do nome social, transição de gênero, harmonização facial, casamento, adoção, doação de sangue, a criminalização da LGBTfobia foram temas da mesa. Temas que envolvem os adolescentes atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS-i) de Brusque e a inserção de corpos trans nas demandas de saúde foram pontos de análise.

“Temos que acolher as pessoas LGBTQIA+ porque eles têm direitos. A gente deixa bem claro que o CAPs é um lugar seguro porque muitas vezes o preconceito vem da família, das pessoas mais velhas. Esta geração LGBTQIA+ é mais aberta e devemos ouvi-los”, analisa Sara Alves Raquel, assistente social do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS-i) de Brusque.

O psicólogo José Hermínio de Sant’Anna enfatizou as pesquisas que apontam o sofrimento causado pelo bullying como parte da tentativa de suicídio, depressão e automutilação. Dentro da comunidade LGBTQIA+ esses dados dobram, o que chama a atenção para a necessidade de políticas públicas direcionadas para as emergências de saúde voltadas a essa população.

“Esses temas perpassam mitos, lendas, pesquisas científicas, relações culturais, formas di-

ferentes de compreender e aceitar a sexualidade que implicam questões éticas, morais e religiosas. E tudo isso vai intervir nessa população em razão de um preconceito que hierarquiza. Precisamos trabalhar com informação para ampliar o entendimento da relação dessas pessoas com o mundo e a sexualidade, para o autoconhecimento e a autoaceitação”, ressalta Sant’Anna.

13/12/2022

Mesa-redonda com o tema: Rede de Apoio.

Mediadora: Juliana Marchi.

Debatedores: Evanilde Leoni, Iria Mafesoli, Daniel Mafezolli, Karla Elisa Tomasi

A live destacou que são necessários projetos que garantam a qualidade de vida para a população LGBTQIA+. Destacou-se que o apoio dos pais e responsáveis é fundamental para que os filhos consigam superar as situações de preconceitos. Apresentou-se o trabalho da FAMI-Famílias do Amor Incondicional, que integram os familiares de pessoas LGBTQIA+ com apoios, afetos, diálogos e orientações para enfatizar a importância desses grupos de acolhimento na sociedade em que vivemos.

“Vivemos em um momento de muita polaridade. E somos estimulados a ser quem somos. Olhar para as suas necessidades para um ser único no mundo é importante, mas existe uma intolerância sem medidas em julgar a essência do outro. Uma realidade controversa que gera um mal-estar necessário. É uma mudança de paradigmas. E todas as pessoas têm o direito de viver uma vida plena”, afirma a psicóloga Juliana Marchi.

As mães integrantes da FAMI-Famílias do Amor Incondicional, ressaltaram que as pessoas LGBTQIA+ precisam de muito apoio da família para poder suportar o preconceito que vem de fora. Elas enfatizam que é importante conhecer os filhos, entender os olhares deles em relação ao mundo, para poder buscar orientação.



III Semana do Orgulho LGBTQIA+

MESA-REDONDA

Sexualidade, preconceito e saúde da população LGBTQIA+



Tatiane Vilhena
Mediadora



Jose Hermínio de Sant'Anna
Debatedor



Sara Alves Raquel
Debatedora

12 de dezembro ÀS 19h
CANAL DA UNIFEBE NO YOUTUBE

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)






III Semana do Orgulho LGBTQIA+

MESA-REDONDA

Rede de Apoio



Juliana Marchi
Mediadora



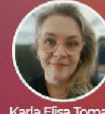
Evanilde Leoni
Debatedora



Iria Mafesolli
Debatedora



Daniel Mafesolli
Debatedor



Karla Elisa Tomasi
Debatedora

13 de dezembro ÀS 19h
CANAL DA UNIFEBE NO YOUTUBE

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)






III Semana do Orgulho LGBTQIA+

MESA-REDONDA

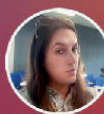
Corporalidade, dissidências de gênero e sexualidade: implicações para práticas pedagógicas



André Luiz Avelino da Silva
Mediador



Willian Roslindo Paranhos
Debatedor



Maria Zanela
Debatedora

14 de dezembro ÀS 19h
CANAL DA UNIFEBE NO YOUTUBE

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)






**Observatório de
Mortes e Violências
LGBTQIA+ no Brasil**

>> ACESSSE

“Sou homem trans, filho da Iria Mafesoli, e o meu autorrelato no contexto familiar é que minha mãe é uma pessoa simples e sempre tratou tudo com muito carinho. O que mostra que você não precisa ter muito conhecimento para entender. Depois que passamos a integrar o FAMI a nossa convivência em família ficou melhor”, explica Daniel Mafezoli, 20 anos.

14/12/2022

Mesa-redonda com o tema: Corporalidade, dissidências de gênero e sexualidade: implicações para práticas pedagógicas

Mediadora: André Luiz Avelino da Silva

Debatedores: Willian Roslindo Paranhos e Maria Zanela

RESUMO: Durante a mesa-redonda, Willian Roslindo Paranhos, pessoa não binária do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades - Afrodite (UFSC) ressaltou o papel da interseccionalidade como prática na metodologia de trabalho com as diferenças. Explicou que é necessário a compreensão do conceito do que é diferença e do que é diversidade para podermos compreender os significados de atuação com a população LGBTQIAPN+. Destacou que Gênero, raça e classe em suas interações simultâneas são elementos para a compreensão da realidade de contexto das formações sociais.

“A interseccionalidade é um processo de teorização, no fazer e refazer a teoria e a prática, e está focada na mudança social. É um paradigma relacional e inconcluído. É importante promover uma educação pelas experiências e desconstruir esse medo que se instalou de falar de gênero e sexualidade nas escolas”, analisa Paranhos.

Maria Zanela, Doutoranda em Educação (UFSC), é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Alteritas: Diferenças, Arte Educação (UFSC), do NeTrans: Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades, e do Instituto Brasileiro Trans de Educação. A convidada explica que discussões curriculares na perspectiva decolonial e pós-colonial traz a possibilidade de se pensar

uma Educação que dê conta das temáticas fundamentais das múltiplas áreas educacionais. Para ela, é necessário pensar em um projeto de sociedade que dê conta de discutir e compreender os marcadores de diferença que discutam gênero e sexualidade em processos educativos a partir das vivências, a partir de outros lugares de fala na Educação, pois o Brasil é o país que mais assassina LGBT no mundo, principalmente travestis e transsexuais.

“Precisamos compreender a questão política e ética nos processos de construção curricular, e construir novas práticas pedagógicas compreendendo a importância desses sujeitos no percurso educacional. Trazer essas questões para o âmago das nossas discussões e o quanto isso pode ser importante para cada pessoa, rompendo o fazer pedagógico que está enraizado em práticas coloniais. E desenvolver estratégias para trabalhar essas questões”, explica a pesquisadora.

Leia o artigo da pesquisadora Maria Zanela intitulado “Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão”, disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018.

>> ACESSE



Lançamento da Revista de Direitos Humanos da UNIFEBE

15/12/2022

Lançamento da Revista de Direitos Humanos LACEDH - UNIFEBE

Apresentadoras: Professora Edinéia Pereira e Professora Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop
Mediador: Professor Rogério Ristow
Debatedores: Autores

Durante o lançamento, os professores relembaram a trajetória de discussão e de ensino das temáticas relacionadas aos direitos humanos e cidadania no Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, sob a organização do Professor Ricardo Vianna Hoffmann. Lembraram da Revista da UNIFEBE - Edição Direitos Humanos (2021), com a vontade de se ter uma revista própria na área em razão da diversidade de assuntos a serem abordados. Neste ano de 2022, foi criado o regulamento da Revista de Direitos Humanos, uma ação que integra o Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos - LACEDH-UNIFEBE, aprovado no Conselho Universitário.

“O periódico é reflexo de uma construção e veio para coroar as atividades desenvolvidas. Por meio da revista será possível materializar as reflexões, estudos, pesquisas e discussões, visando à publicação científica, de forma regular das produções de colaboradores internos e externos, nacionais e estrangeiros, de conteúdos diversos acerca da temática”, ressalta a Professora Edinéia Pereira.

Os textos caminharam pelo universo da História, Educação, Direito, Psicologia e Moda, fazendo discussões, promovendo reflexões e novas teorias sobre igualdade de gênero, família, mulher, literatura, exclusão social, violência doméstica, entre outras imbricações que carecem de um olhar científico, e que esta obra apresenta com muita propriedade. Com muita satisfação, apresentamos produções científicas acerca do grande tema Direitos Humanos, permeando outras tantas áreas, permitindo perceber o quão transversal e interdisciplinar e importante o tema se apresenta.

Na live, a autora do artigo “Atendimento do-

miciliar pedagógico e direitos humanos: uma educação para todos?”, Jeime Andreia Dávalo Gonçalves, destaca que as adaptações pedagógicas são necessárias para promover a uma educação inclusiva. “Esse texto aborda de forma geral temas que envolvem a sociedade, direitos humanos e escola. A sociedade é um espaço plural, diverso e desafiador, assim como a escola. E essa pluralidade e diversidade a serem atendidas nos põem, muitas vezes, diante de um cenário de adaptações pedagógicas necessárias no intuito de alcançar esse nosso aluno”, comenta Gonçalves.

O Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE tem a satisfação de publicar a primeira Revista Científica exclusiva de Direitos Humanos do LACEDH. O periódico é resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, pelo Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos do Centro Universitário de Brusque LACEDH-UNIFEBE que, por meio de um Programa de Pesquisa e Extensão, realiza diferentes projetos com o objetivo de difundir a temática de forma transversal para todos os acadêmicos da instituição e comunidade.

“É uma alegria trabalhar com Direitos Humanos aqui na UNIFEBE, porque o nosso Centro Universitário tem se transformado em um grande polo nacional de pesquisa, reflexão, discussão e tratativa dessas questões. Isso só é possível porque nós temos a reitoria, as pró-reitorias, as coordenações dos cursos que nos incentivam e que nos dão essa possibilidade de trabalhar”, afirma o Professor Rogério Ristow.

Desejamos aos leitores excelentes reflexões.



>> **ACCESSE**

 UNIFEBE

VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania e VII Semana de Direitos Humanos e Saúde

Lançamento Revista de Direitos Humanos LACEDH UNIFEBE

 **Prof. Dr. Rogério Ristow**
Mediador

 **Prof.ª Dr.ª Edinéia Pereira da Silva**
Apresentadora

 **Prof.ª Dr.ª Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop**
Apresentadora

+ Participação dos Autores dos Artigos

15 de dezembro (quinta-feira), às 19h

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)

 UNIFEBE

VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania e VII Semana de Direitos Humanos e Saúde

Live Saúde “Dezembro Laranja: O que é câncer de pele e quais os direitos envolvidos no diagnóstico e tratamento”

 **Prof.ª Anna Elisa Amaro da Silveira**
Mediadora

 **Isadora Ferraz dos Santos**
Debatadora

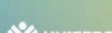
 **Amanda Herreros Godoy**
Debatadora

 **Fernanda de Oliveira Pereira**
Debatadora

16 de dezembro (sexta-feira), às 17h

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)

 UNIFEBE

VIII Semana de Direitos Humanos e Cidadania e VII Semana de Direitos Humanos e Saúde

DEBATE VIRTUAL

Os impactos da cultura na construção da igualdade de gênero

 **Prof. Dr. Rogério Ristow**
Mediador

 **Prof.ª Camila Monteiro Santos**
Debatadora

19 de dezembro (segunda-feira), às 19h

ACOMPANHE AO VIVO EM  [Youtube.com/unifebeoficial](https://www.youtube.com/unifebeoficial)



>> **Siga o LACEDH-UNIFEBE**



@lacedh.unifebe



Inscreva-se no canal
Clique aqui!

Últimas Publicações LACEDH-UNIFEBE

REVISTAS LACEDH



Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
PROPPEX

EDITAL PROPPEX Nº 27/2022

SELEÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

REVISTA DE DIREITOS HUMANOS – TEMÁTICA: INDÍGENAS

A Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, no uso das atribuições, em conformidade com o artigo 37 do Estatuto da UNIFEDE e com a observância da Resolução CONSUNI n. 38/2022, de 25.05.22, faz saber, por meio do presente Edital, que está instaurada a “Seleção de Artigos Científicos – Revista de Direitos Humanos – Temática: Indígenas” do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos da UNIFEDE (LACEDH-UNIFEDE), observados os procedimentos deste Edital a saber:

1. DO OBJETIVO

1.1 A presente chamada tem por objetivo regulamentar a submissão de artigos científicos para publicação na Revista de Direitos Humanos – Temática: Indígenas, do LACEDH-UNIFEDE, no 1º Semestre de 2023.

2. DO RECEBIMENTO DOS ARTIGOS/TEXTOS

2.1 A chamada para submissões de artigos a serem examinados e selecionados para publicação na versão eletrônica da Revista Direitos Humanos, ficará aberto no período de **21 de dezembro de 2022 até 15 de maio de 2023**, e deverá ser realizada pelo e-mail lacedh@unifebe.edu.br.

3. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1 Ao enviar o artigo/texto, o interessado aceita, irrestritamente, ainda que tacitamente, as normas estabelecidas nessa chamada, assim como as estabelecidas pela UNIFEDE, para produção da Revista Eletrônica.

3.2 Não serão aceitos para avaliação: textos de caráter pessoal, como memórias ou biografias; dissertações e teses em versão “aprovada pela banca”, isto é, que não tenham sido reformuladas e readaptadas para o formato de artigo científico.

>> **ACESSE**

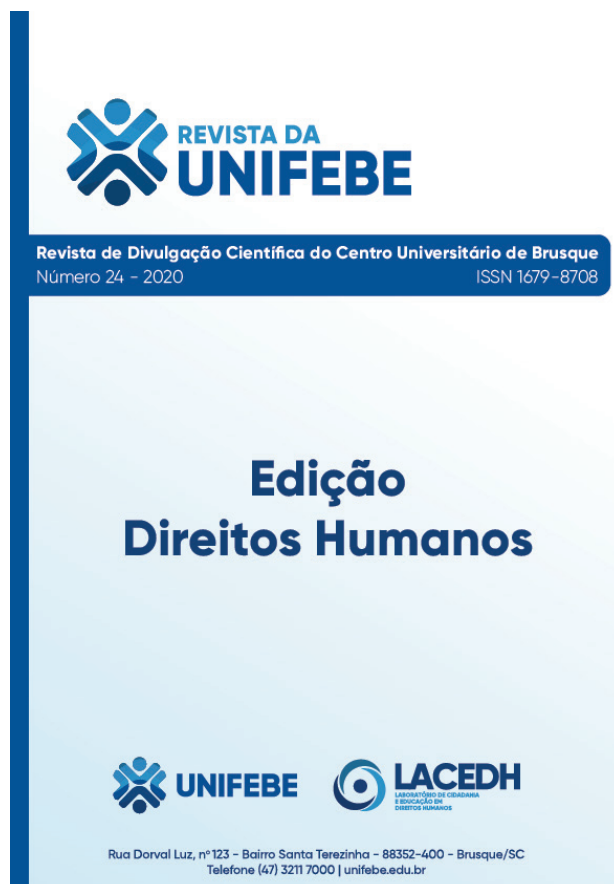
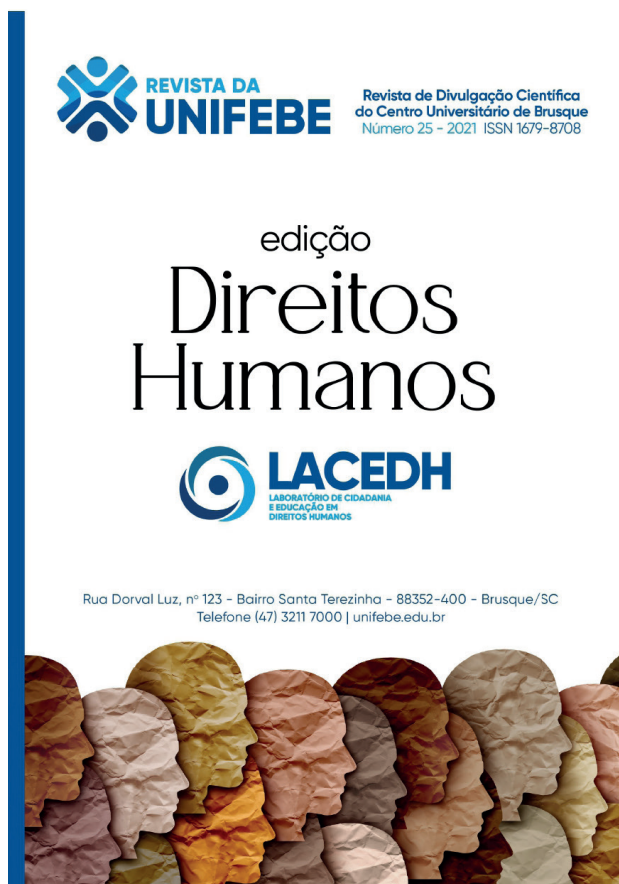


>> **ACESSE**



REVISTAS UNIFEBE

Edição Especial Direitos Humanos



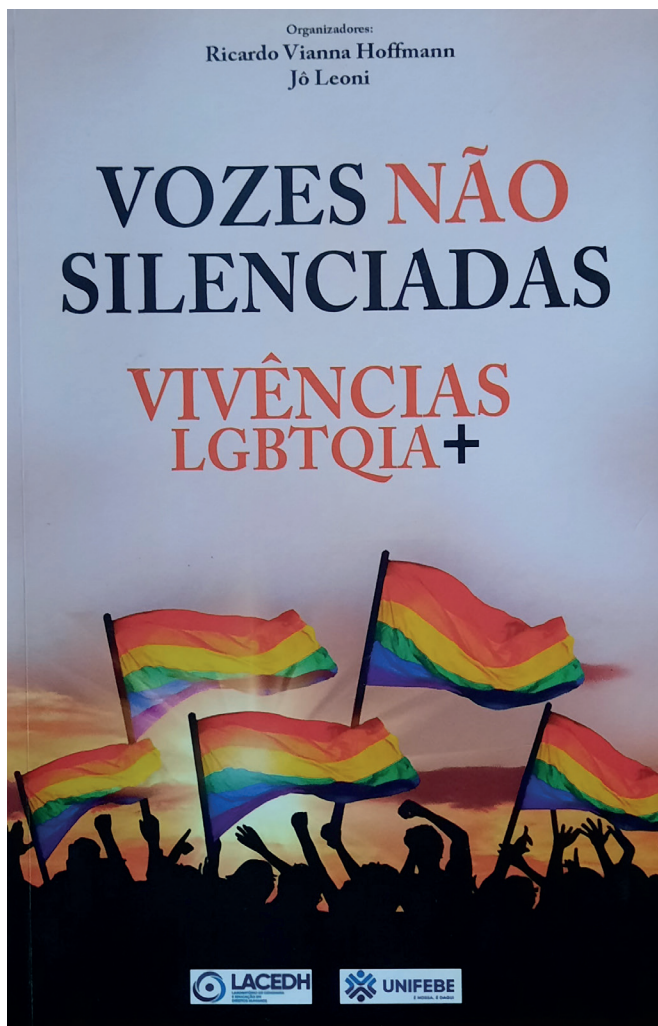
>> **ACESSE**



>> **ACESSE**



LIVROS LACEDH



UNIFEDE
É NOSSA. É DAQUI!



LACEDH
LABORATÓRIO DE CIDADANIA
E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS DA UNIFEDE



>> **ACESSE**





UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.



LACEDH

LABORATÓRIO DE CIDADANIA
E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS DA UNIFEBE



@lacedh.unifebe



lacedh@unifebe.edu.br

Fundação Educacional de Brusque - FEBE CNPJ: 83.128.769/0001-17
Rua Dorval Luz, 123 - Bairro Santa Terezinha - CEP: 88352-400 - Brusque - SC
Cx. Postal 1501 - Fone/fax: (47) 3211 - 7000